

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

ELIANA BELLINI PINTO

**DESMEDIDA DO CAPITAL: a degradação da saúde mental de
servidores públicos em uma capital brasileira**

PORTO ALEGRE
2018

ELIANA BELLINI PINTO

DESMEDIDA DO CAPITAL: a degradação da saúde mental de servidores públicos
em uma capital brasileira

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jussara Maria Rosa
Mendes


PORTO ALEGRE
2018

DESMEDIDA DO CAPITAL: a degradação da saúde mental de servidores públicos
em uma capital brasileira

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Política Social e Serviço Social e aprovada pela banca examinadora

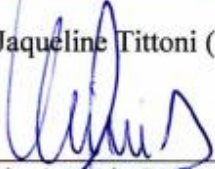
Porto Alegre, 03 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA


Prof.^ª. Dr.^ª. Jussara Maria Rosa Mendes (Orientadora – PPG PSSS/UFRGS)


Prof.^ª. Dr.^ª. Janine Kieling Monteiro (UNISINOS /PPGPSI)


Prof.^ª. Dr.^ª. Jaqueline Tittoni (UFRGS /PPGPSI)


Prof. Dr. Paulo Antonio Barros Oliveira (UFRGS)

CIP - Catalogação na Publicação

Pinto, Eliana Bellini

DESMEDIDA DO CAPITAL: a degradação da saúde mental de servidores públicos em uma capital brasileira / Eliana Bellini Pinto. -- 2018.

124 f.

Orientadora: Jussara Maria Rosa Mendes.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Saúde do trabalhador. 2. Saúde mental. 3. Servidor Público. 4. Licenças de saúde. I. Mendes, Jussara Maria Rosa, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Há muito para agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que cada passo desta jornada pudesse ser dado. Algumas foram o chão, a estrada, o lugar sólido no qual me apoiei, outras foram o guia, a mão que conduziu ou afagou, outras a soma de todas estas coisas. Um caminho que aconteceu generoso e desafiador, o sonho que se impôs ao meu viver. Tenho sido grata a estas pessoas em minha própria consciência e algumas vezes agradecido sem palavras no silêncio do coração. Mas agora é necessário dar nome a gratidão para que todos saibam que tudo está bem e que eu estou bem, graças a vocês. Por tanto...

Obrigada a equipe técnica profissional do Previmpa, em especial a Vanessa, Deise e Egon pelo carinho, troca e as boas vibrações em cada retorno. Grata também a Direção do Previmpa, aberta e disposta a contribuir com estudos para o aprimoramento das relações democráticas da Instituição com a cidadania e por depositar confiança no perfil ético da pesquisadora e da Universidade.

Às colegas de mestrado minha gratidão pela extraordinária troca intelectual e apoio nas tarefas das disciplinas, mas particularmente pelo exemplo de atuação profissional na defesa dos direitos da população trabalhadora em tempos tão sombrios.

Gratidão aos professores do Programa de Pós-graduação que com extraordinário conhecimento e dedicação elevaram a construção teórica e metodológica deste trabalho, bem como nutriram com matéria humana a alma desta pesquisadora.

As bolsistas, mestrandos e mestrandas, doutorandos e doutorandas e a Professora Dolores Wüsch do Núcleo de Estudo de Saúde e Trabalho – NEST, pela troca de conhecimentos, experiências, energias positivas e carinho ao longo destes anos de aprendizagem vividos neste querido grupo de pesquisa.

Registro minha gratidão a Professora Miriam Dias, especialmente importante num momento decisivo do mestrado.

A minha orientadora Professora Jussara Mendes por emprestar compreensão, estímulo e apoio para o prosseguimento nesta incrível jornada de formação.

A querida Cristiane por estar generosamente presente, mais uma vez.

Por fim, gratidão a minha família por tudo que me constitui e por tudo que me move.

RESUMO

Os transtornos mentais e comportamentais expressam no mundo contemporâneo o resultado de relações sociais de produção que transbordam iniquidades. O objetivo deste estudo é identificar, evidenciar e dar visibilidade a manifestação do adoecimento mental dos servidores públicos de Porto Alegre com base na análise de dados referentes a licenças para tratamento de saúde. Resposta ao contexto contemporâneo do trabalho ditado pelos influxos neoliberais e gerencialista que se expressa no Estado. Analisaram-se documentos secundários obtidos no banco de dados eletrônico de armazenamento de informações do quadro funcional do município, entre as quais licenças de saúde tipificadas pelo CID 10, Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99). Trata-se de um estudo descritivo de corte transversal envolvendo os servidores públicos municipais ativos e efetivos que solicitaram licenças para afastamento ao trabalho, entre os anos de 2008 e 2015. As variáveis foram mensuradas através da distribuição de frequência e médias descritivas. A verificação dos dados revelou o registro de 27.512 licenças, notificadas pelo CID F, ou, 17,8%, do total de licenças para tratamento de saúde, destacando-se como a segunda causa de afastamento ao trabalho. Identificou-se que 67,8% das licenças ocorreram entre servidores do sexo feminino. As licenças recaíram em maior escala para servidores com 15 a 24 anos, de exercício profissional no serviço público e com idade entre 51 e 65 anos. Os transtornos mentais e comportamentais prevalentes foram: Transtornos do humor (F30-F39) com 59,4%, Transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao “stress” e transtornos somatoformes (F40-F48) com 26,9%, e os Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substância psicoativa (F10-F19) com 10,7%. Os órgãos municipais que apresentaram maior número de licenças de saúde por transtornos mentais foram a Secretaria Municipal de Educação – SMED com 40,7%, e a Secretaria Municipal de Saúde – SMS com 23,7%, das licenças. Os cargos mais afetados pelo adoecimento mental foram os relacionados ao grupo de cargos da Educação (33,2%), grupo de cargo da Saúde e Assistência (14,6%) e grupo de cargos Operacional (12,9%). Os dois primeiros grupos de profissionais com prevalência de licenças notificadas por transtornos de humor (F30-F39) e o terceiro por uso de substâncias psicoativas (F10-F19). Analisou-se como a realidade investigada é perpassada pela conjuntura histórica e material derivada da reestruturação produtiva contemporânea e as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, refletindo-se sobre as novas formas de domínio e controle do trabalho com a intensificação da exploração da força de trabalho, a partir da flexibilização e precarização do trabalho e o abusivo resultado ao psiquismo do trabalhador. Apresentou-se o trabalho como essência do ser social e da sociabilidade humana, assim como o radical rompimento do homem com o produto de seu trabalho redundou na deturpação das relações sociais e na redução dos indivíduos à condição de objeto desumanizado.

Palavras Chave: Saúde do trabalhador; saúde mental; servidor público; licenças para tratamento de saúde.

RESUMEN

Los trastornos mentales y comportamentales expresan en el mundo contemporáneo el resultado de relaciones sociales de producción que desbordan iniquidades. El objetivo de este estudio es identificar, evidenciar y dar visibilidad la manifestación de la enfermedad mental de los funcionarios públicos de Porto Alegre con base en el análisis de datos referentes a licencias para tratamiento de salud. Respuesta al contexto contemporáneo del trabajo dictado por los influjos neoliberales y gerencialistas que se expresa en el Estado. Se analizaron documentos secundarios obtenidos en el banco de datos electrónico de almacenamiento de información del cuadro funcional del municipio, entre ellos licencias de salud tipificadas por el CID 10, Capítulo V Trastornos mentales y comportamentales (F00-F99). Se trata, de un estudio descriptivo de corte transversal que involucra a los funcionarios municipales activos y efectivos que solicitaron licencias para alejamiento del trabajo, entre los años 2008 y 2015. Las variables se midieron a través de la distribución de frecuencia y promedios descriptivos. La verificación de los datos reveló el registro de 27.512 licencias, notificadas por el CID F, o, 17,8%, del total de licencias para tratamiento de salud, destacándose como la segunda causa de alejamiento al trabajo. Se identificó que el 67,8% de las licencias ocurrieron entre servidores del sexo femenino. Las licencias recayeron en mayor escala para servidores con 15 a 24 años, de ejercicio profesional en el servicio público y con edad entre 51 y 65 años. Los trastornos mentales y comportamentales prevalentes fueron: Trastornos del humor (F30-F39) con 59,4%, trastornos neuróticos, trastornos relacionados con el estrés y trastornos somatoformes (F40-F48) con el 26,9%, y los trastornos mentales y debido al uso de sustancias psicoactivas (F10-F19) con el 10,7%. Los órganos municipales que presentaron mayor número de licencias de salud por trastornos mentales fueron la Secretaría Municipal de Educación - SMED con el 40,7%, y la Secretaría Municipal de Salud - SMS con el 23,7%, de las licencias. Los cargos más afectados por la enfermedad mental fueron los relacionados con el grupo de cargos de educación (33,2%), grupo de cargo de Salud y Asistencia (14,6%) y grupo de cargos operacionales (12,9%). Los dos primeros grupos de profesionales con prevalencia de licencias notificadas por trastornos del humor (F30-F39) y el tercero por uso de sustancias psicoactivas (F10-F19). Se analizó cómo la realidad investigada es atravesada por la coyuntura histórica y material derivada de la reestructuración productiva contemporánea y las contradicciones inherentes al desarrollo capitalista, reflexionando sobre las nuevas formas de dominio y control del trabajo con la intensificación de la explotación de la fuerza de trabajo, a partir de la flexibilización y precarización del trabajo y el abusivo resultado al psiquismo del trabajador. Se presentó el trabajo como esencia del ser social y de la sociabilidad humana, así como el radical rompimiento del hombre con el producto de su trabajo redundó en la distorsión de las relaciones sociales y en la reducción de los individuos a la condición de objeto deshumanizado.

Palabras clave: Salud del trabajador; salud mental; servidor público; licencias para el tratamiento de la salud.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Número de servidores públicos municipais que solicitaram licença para tratamento de saúde notificado pelo CID F, segundo idade e sexo, no período da amostra - 2008/2015	94
GRÁFICO 2	Número de servidores públicos municipais que solicitaram licença para tratamento de saúde notificado pelo CID F, segundo tempo de serviço e sexo, no período da amostra - 2008/2015.....	94
GRÁFICO 3	Número de servidores ativos e efetivos no município com licenças notificadas no CID F, entre os anos de 2010 e 2015.....	98
GRÁFICO 4	Número de LTS certificadas a partir do CID F no município no período compreendido entre os anos de 2010 e 2015.....	98

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Artigos publicados em periódicos nacionais sobre afastamento ao trabalho no serviço público, entre os anos de 2008 e 2017.....	16
----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Número de licenças para tratamento de saúde e quantidade de dias relativos ao afastamento do trabalho por ano da amostra (2008/2015)	91
TABELA 2	Classificação das dez maiores ocorrências de notificações de doenças, classificadas pelo CID 10, registradas nas licenças para tratamento de saúde, durante o período da amostra (2008/2015)	92
TABELA 3	Idade, sexo e tempo de exercício no cargo público municipal dos servidores públicos com registro de licenças de saúde classificadas no CID F, no período da amostra (2008/2015)	93
TABELA 4	Número de licenças para tratamento de saúde notificadas pelo CID F e número de dias utilizados, no período da amostra (2008-2015)	96
TABELA 5	Número de licenças notificadas e classificadas no CID F, segundo os órgãos municipais - secretarias, departamentos e fundação, no período da amostra (2008 e 2015)	101
TABELA 6	Número de licença para tratamento de saúde notificado pelo CID F, segundo o grupo de órgãos municipais, ocorridas no período da amostra (2008/2015)	102
TABELA 7	Número de licenças para tratamento de saúde certificadas no CID F, em relação ao grupo de cargo e o tempo de serviço do servidor municipal no período da amostra (2008/2015)	103
TABELA 8	Número de licenças para tratamento de saúde notificadas a partir do CID F e número de servidores notificados por grupo de cargo entre os anos de 2008 e 2015.....	109

LISTA DE SIGLAS

CID 10	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CMPA	Camara Municipal de Porto Alegre
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
DEP	Departamento de Esgotos Pluviais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DMAE	Departamento Municipal de Águas e Esgoto
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LTS	Licença para Tratamento de Saúde
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNE	Plano Nacional de Ensino
PREVIMPA	Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre
SEDA	Secretaria Especial dos Direitos dos Animais
SMA	Secretaria Municipal de Administração
SMACIS	Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social
SMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMC	Secretaria Municipal do Cultura
SMDH	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
SMED	Secretaria Municipal da Educação
SMF	Secretaria Municipal da Fazenda

SMGL	Secretaria Municipal de Governança Local
SMIC	Secretaria Municipal de Industria e Comercio;
SMJ	Secretaria Municipal da Juventude
SMOV	Secretaria Municipal de Obras e Viação
SMPEO	Secretaria Municipal Planejamento e Gestão
SMRT	Saúde Mental Relacionada ao Trabalho
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSEG	Secretaria Municipal de Segurança
SMTUR	Secretaria Municipal de Turismo
TMC	Transtornos mentais e comportamentais
UMPP	Unidade Médica Perito-Pericial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PARTICULARIDADES HISTÓRICAS DO TRABALHO.....	18
3	EVOLUÇÃO DA REFORMA DO ESTADO: GERENCIALISMO E COMPLEXIFICAÇÃO DO TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA.....	34
4	SAÚDE E TRABALHO: NOS LIMITES DA PRECARIZAÇÃO, DA INSTABILIDADE E DA EXAUSTÃO	63
5	ADOCIMENTO MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.....	81
5.1	CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE.....	81
5.2	EFETIVAÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA.....	86
5.3	ADOCIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO - QUADRO GERAL DE LICENÇAS.....	90
5.4	O SERVIDOR PÚBLICO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	92
5.5	OS TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO ALEGRE	95
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE I	
	LISTA DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, COM BASE NO PLANO DE CARREIRA DO SERVIDOR MUNICIPAL.....	122
	ANEXO I	
	TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA.....	124

1 INTRODUÇÃO

No cotidiano de trabalho do Serviço Social no Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre - PREVIMPA, em especial, na Unidade Médico Perito-Pericial - UMPP, é habitual o contato profissional com trabalhadores municipais que recorrem a Unidade para ao justificar a ausência ao trabalho por adoecimento e assim buscar a concessão do auxílio doença garantido pela entidade previdenciária. A avaliação é tarefa comum da prática diária da equipe técnica, composta por assistentes sociais, médicos peritos, médico psiquiatra e psicólogo, na qual o Serviço Social contribui na composição de diagnóstico sobre a condição de saúde do servidor em auxílio-doença, ou, Licença para Tratamento de Saúde - LTS. O PREVIMPA é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social como Regime Próprio de Previdência Social, regulamentado a partir da Reforma Previdenciária ocorrida em 1998. Dentre as principais atribuições da instituição está o de assegurar benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais em caso da impossibilidade destes em manter suas tarefas funcionais. Neste sentido, o adoecimento do servidor municipal desencadeia uma série de procedimentos os quais o ente previdenciário está comprometido em avaliar. Foi a partir deste espaço sócio-ocupacional e de suas demandas, nas quais as manifestações de adoecimento mental impunham um caráter desafiador ao trabalho dos profissionais envolvidos que se extraíram dados referentes às ocorrências de licenças para tratamento de saúde. A necessidade de reconhecimento do problema motivou o desejo de colaborar com estudos que auxiliassem reflexões sobre o tema, com base nas repercussões dos transtornos mentais sobre a dimensão humana e social dos servidores em processo de adoecimento, observados empiricamente. O caminho encontrado foi o de materializar a manifestação da condição de saúde desses trabalhadores produzindo-se informações sobre dados como valores concretos que poderiam dimensionar a realidade local em consonância à conjuntura socioeconômica contemporânea e seus influxos sobre o trabalho na esfera do Estado.

A relevância do que foi observado se conecta a crescente preocupação com a saúde mental das populações mundiais que vem ocupando espaço nas investigações e publicações da Organização Mundial da Saúde – OMS. A entidade elabora relatórios informativos que dimensionam a apreensão da instituição com o avanço dos problemas de saúde em todos os recantos do globo. Os relatórios sobre a saúde mundial até aqui divulgados, em linhas gerais tratam de averiguar a situação da saúde nos países membros da Organização para o desenvolvimento de indicadores e metas globais de cuidados à saúde dos povos em todo

mundo. Em destaque, o relatório publicado, em 2001, informava a existência de 450 milhões de pessoas no mundo sofrendo com algum tipo de adoecimento mental, ao mesmo tempo posicionava a depressão como a principal causa de incapacitação da população e a quarta causa de adoecimento no mundo. Previa uma evolução significativa dos casos de depressão, em 20 anos, entendendo que os episódios depressivos seriam a segunda causa de doenças entre a população mundial. A expressão dos novos indicadores sobre o crescimento das doenças mentais no mundo tem gerado pela OMS ações como Plano de Ação Sobre a Saúde Mental - 2013 a 2020, onde a instituição estabelece estratégias e metas de cobertura sanitária universal à saúde mental para os estados membros. Entre estes, o relatório publicado em 2017¹, aponta para o crescimento de 18% no número de pessoas com depressão, entre os anos de 2005 e 2015, ou, cerca de 322 milhões de pessoas no mundo. Enquanto que, no Brasil, 5,8% (11,5 milhões) da população sofre com depressão e 9,3% (18,6 milhões) com transtornos relacionados a ansiedade.

No âmbito do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho - OIT situa o estresse² associado ao trabalho como um fardo considerável a sociedade. Estima o custo da depressão relacionada ao trabalho em € 617 bilhões de euros por ano, enquanto calcula 40 milhões de pessoas atingidas pelo estresse na União Europeia (OIT, 2016). A entidade considera que o impacto do estresse no ambiente de trabalho ocasiona deterioração das condições de saúde dos trabalhadores citando com consequência doenças cardiovascular; transtornos musculoesqueléticos; burnout; depressão; ansiedade e suicídio.

A saúde dos trabalhadores brasileiros tem referência importante no perfil epidemiológico dos trabalhadores elaborado por Wunsch (2004). O estudo relevante por seu caráter investigativo, também antevê o avanço de algumas doenças relacionadas ao trabalho, hoje recorrentes no campo da saúde do trabalho. O documento revela a incidência explícita, embora discreta dos transtornos mentais nos serviços ambulatoriais de saúde do trabalhador na cidade e no estado de São Paulo e dimensiona a expansão dos transtornos mentais que viria a “assumir gradativamente maior relevância na nosologia ocupacional nas próximas décadas” (WÜNSCH, 2004, p. 103). Manifestação concreta da saúde do trabalhador na área da proteção social, o adoecimento da população assalariada foi investigado por Alves (2015), a partir do

¹ Organização das Nações Unidas - ONU Brasil. Disponível em: <http://bit.ly/2mhV8tF> Acesso em: 26/02/2018.

² Para a OIT, o estresse é a resposta física e emocional prejudicial causada por desequilíbrio entre as demandas percebidas e os recursos e capacidades percebidos um indivíduo para atender a essas demandas. O estresse relacionado ao trabalho é determinado pela organização do trabalho, pela concepção de trabalho e relações de trabalho, e ocorre quando as exigências do trabalho não corresponde ou excede as capacidades, recursos ou necessidades do trabalhador ou quando o conhecimento e as habilidades de um trabalhador ou de um grupo para atender a essas demandas não correspondem às expectativas da cultura organizacional de uma empresa.

auxílio-doença acidentário concedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, entre os anos de 2008 e 2012. A pesquisadora confirma que os Transtornos Mentais e Comportamentais - TMC é a terceira causa de concessão de auxílio-doença, prevalecendo nas concessões os transtornos relacionados ao estresse e aos episódios depressivos. No âmbito do serviço público, o Quadro 1 demonstra estudos sobre afastamento ao trabalho³ justificado por licenças de saúde realizados nos últimos dez anos e publicados em periódicos nacionais. A análise dos trabalhos confirma a prevalência de adoecimento identificado no Capítulo V, da Classificação Internacional de Doenças - CID 10, como Transtornos mentais e comportamentais (código F00-F99), em cinco dos nove trabalhos revisados. As ocorrências objetivas do adoecimento mental relatadas em localidades e ambientes diferentes da administração pública reportam a existência de elementos organizacionais comuns e transversais a estes organismos que incidem sobre os processos de trabalho, especialmente os movidos pela reestruturação do Estado e as modificações sofridas no regime jurídico dos servidores públicos estabelecidas pelo governo federal.

Quadro 1 – Artigos publicados em periódicos nacionais sobre afastamento ao trabalho no serviço público, entre 2008 e 2017.

Autor	Revista	Local	População	Causas afastamentos
Andrade et al (2008)	Revista Scientia Médica	Vitória	Servidores públicos municipais	Doenças do apar. respiratório, fatores influenciam o estado de saúde
Sala et al (2009)	Cadernos de Saúde Pública	São Paulo	Servidores públicos estaduais	Transtornos mentais, doenças osteomusculares
Cunha, Blanck e Boing (2009)	Revista de Epidemiologia	Santa Catarina	Servidores públicos estaduais	Transtornos mentais, doenças osteomusculares
Santos e Mattos (2010)	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	Porto Alegre	Servidores públicos municipais	Transtornos mentais, fatores influenciam o estado de saúde
Leão et al (2015)	Revista Brasileira de Epidemiologia	Goiânia	Servidores públicos municipais	Transtornos mentais, doenças osteomusculares
Vale et al (2015)	Revista de Psicologia	Ceará	Servidores públicos estaduais	Transtornos mentais, doenças osteomusculares
Bastos, Saraiva e Saraiva (2016)	Revista de Medicina do Trabalho	Vitória	Servidores públicos municipais	Doenças do apar. respiratório, doenças osteomusculares
Daniel, Koerich e Lang (2017)	Revista de Medicina do Trabalho	Curitiba	Servidores públicos municipais	Doenças osteomusculares, transtornos mentais
Baash, Trevisan e Cruz (2017)	Ciênc. saúde coletiva	Santa Catarina	Servidores públicos estaduais	Transtornos mentais

Fonte: organizado pela autora (2018).

³ A busca por trabalhos publicados em periódicos do Brasil teve como critério básico estudos que envolvessem afastamentos ao trabalho justificados por licenças de saúde por servidores públicos de pelo menos um órgão administrativo público municipal ou estadual.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que toda investigação científica é perpassada pela visão de mundo do pesquisador é decisiva a disposição de decifrar o conjunto de determinações históricas e materiais que supere uma perspectiva funcional, reduzida de elementos essenciais a trama em que se entrelaça informações geradas pelos dados e a gênese dos processos sociais. Para tanto, como refere Prates (2000, p. 120-121) busca-se num processo indutivo e dedutivo provocar a análise das estruturas sociais, ultrapassar as conexões visíveis dos fatos, compreender a gênese histórica da questão, bem como desvendar as relações e contradições entre estrutura econômica e as demais estruturas sociais intrínsecas as condições objetivas e subjetivas deste coletivo de trabalhadores.

A premissa teórico-metodológica é decisiva para decifrar o conjunto de determinações históricas e materiais na crescente incidência de agravos a saúde mental no trabalho. Na perspectiva de um novo arranjo produtivo transformador do mundo do trabalho contemporâneo. No sentido de superar uma concepção funcional que reduz os elementos essenciais a sociabilidade no trabalho identifica-se na gênese das relações de produção desenvolvidas no capitalismo o insidioso influxo sobre as condições objetivas e subjetivas de vida e trabalho. É preciso, por tanto desocultar o que há de perverso na organização e nos processos de trabalho que utilizam ainda, a precarização das condições e relações de trabalho para sugar todo o tempo de vida do trabalhador no limite sempre expansível da lei de acumulação capitalista. Dar ênfase para adoecimento mental do servidor público significa construir sinalizadores à questão oferecendo ao debate um panorama da realidade e uma ferramenta para a defesa de classe, enquanto os gerentes ideológicos, políticos e econômicos hegemônicos do capital dominar o Estado.

Dentre os elementos que compõe a narrativa teórica destaca-se as particularidades históricas do trabalho que dá vista a premissa do trabalho como categoria central e fundamento dos fenômenos sociais e atividade indispensável à efetivação do ser social. Em sequência, debate-se a origem do modo de produzir burguês o significado a supressão da razão e sentido do trabalho, a crise estrutural do capital e as consequências da crise para o mundo do trabalho. Na esfera estatal, discute-se acerca das requisições do capital que operaram na redefinição do papel do Estado, evoluindo para a reforma do estado, com base no gerencialismo complexificando o trabalho na esfera pública. Encerra a narrativa teórica a contextualização da saúde, saúde mental e do trabalho nos limites da precarização, da instabilidade e da exaustão do trabalhador contemporâneo.

Por fim, demonstram-se os resultados quantitativos extraídos das variáveis contidas no banco de dados analisado. Estes em síntese apresentam informações sobre o tempo de serviço,

a idade, sexo, cargo e órgão em que se expressou o adoecimento mental dos servidores públicos municipal, com base na incidência de licenças para tratamento saúde. A tarefa modelou um corpo tangível para a alma teórica revelada nas argumentações críticas sobre a conjuntura socioeconômica capitalista e sua relação com o trabalho e o Estado.

2 PARTICULARIDADES HISTÓRICAS DO TRABALHO

Para iniciar a reflexão sobre o adoecimento dos trabalhadores, no campo da saúde mental e no âmbito do serviço público municipal, nos parece indiscutível partir da análise do trabalho como princípio central as argumentações. Predisõe-se para tanto a aproximação da realidade com base em investigação da conjuntura social e econômica em relação ao singular contexto de trabalho destes servidores. O trabalho entendido aqui como categoria teórica medular e fundamento transversal aos fenômenos sociais que se desenrolam na vida cotidiana dos sujeitos sociais. Fenômenos que são expressões vivas das experiências humanas e resultado das determinações sociais que condicionam a saúde no trabalho. Desta forma, compreender as conjugações elementares do adoecimento mental no ambiente laboral pressupõe entender que a questão é perpassada pelos arranjos materiais e sociais propostos pelo trabalho.

No palco social onde os arranjos ou determinantes atuam, as manifestações objetivas e subjetivas dos grupos humanos estabelecem um modo de ser e viver a cada um e a todos: “O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem” (MARX, 2001, p.11), premissa marxiana que sintetiza, sob o ponto de vista materialista histórico dialético a organização da sociedade.

É na vida cotidiana que se expressa a prática social, espaço onde interagem atores diversos e complexos, palco humano e campo de ação ativa e reativa dirigida pelas determinações histórica e materiais de cada tempo. Neste campo, os aspectos microssociais correspondem na totalidade dos fenômenos sociais às expressões macrossociais das quais converge. Ao estudar o cotidiano Agnes Heller (1985), refere ter encontrado na dinâmica social conteúdos e significados com importâncias diferentes, onde “a organização do trabalho e da vida privada, o descanso, os lazeres, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” são fragmentos orgânicos que se manifestam na cotidianidade (HELLER, 1985, p. 18). Neste sentido, o trabalho na escala hierárquica das atividades cotidianas se mantém em estágios diferentes de prioridade em cada grupo humano onde culturalmente é definido o valor social das atividades coletivas e individuais. Na contemporaneidade a predominância do

trabalho é afirmado em todas as atividades e campos de interação humana. A sua centralidade produz e reproduz um conjunto de ações inter-relacionadas localizadas na infraestrutura econômica e, acima desta na superestrutura⁴ onde se expressa “a existência de formas do Estado e da consciência social” (BOTTOMORE, 2001, p. 27). É nestes espaços de sociabilidade que se conjuga o caráter hegemônico do capital e onde se expressam o fenômeno estudado. Combina-se para dar direção social a supremacia econômica a posse dos meios de produção, da força de trabalho e pelo domínio ideológico que conduz a um modo de existência repleto de comportamentos triviais, corriqueiros ou ao contrário a comportamentos imprevisos e de resistência. Em ambos os níveis estruturais se inter cruzam na cotidianidade os antagonismos de classes (capital/trabalho) que se expressam nas mazelas diárias polos distintos do projeto social atual onde se perpetua a primazia do trabalho na hierarquia da atividade social.

Para Marx, o trabalho é o meio de mediação do homem com a natureza, a maneira como a espécie humana elabora e domina o mundo sensível e sobre a qual expressa sua qualidade racional. No sentido ontológico, o trabalho perpassa os princípios constitutivos do ser social e da sociabilidade humana, emergindo do momento histórico em que o intercâmbio orgânico e primitivo com a natureza se distancia do modo típico animal, razão para a transformação do meio e do próprio homem (LESSA, 2008). A diferenciação do ser humano, do homem das demais espécies, ocorre como um processo à parte a reprodução biológica, comum ao mundo animal fixando-se no trabalho, artifício que processa a produção e reprodução social.

O trabalho garante o conteúdo das necessidades da vida com base nos recursos que o mundo natural oferece. O produzir desenvolve a organização e a conexão entre os homens favorecendo a vivência coletiva e atividade social dirigida à elaboração de objetos úteis socialmente. Neste aspecto, o desenvolvimento dos grupos humanos pode ser identificado pela especificidade histórica que caracterizam as civilizações, as quais espelham as suas práticas produtivas. Para tanto, Marx (1996a, p. 303) é assertivo quando afirma a substância do trabalho colocando-o na posição de “condição natural eterna da vida humana”, premissa

⁴ Nas suas obras, Karl Marx e Friederich Engels recorreram à metáfora do edifício para explicar a sociedade. A sua base ou infraestrutura seria o conjunto das relações de produção, ou seja, as relações de classes estabelecidas em determinada sociedade. Sobre esta estrutura econômica se ergueria a superestrutura, que corresponde às formas de consciência social em geral, como a política, a filosofia, a cultura, as ciências, as religiões, as artes, etc. A superestrutura compreende também os modos de pensar, as visões de mundo e demais componentes ideológicos de uma classe. A ideologia é chamada de superestrutura ideológica e o Estado é chamado de superestrutura legal ou política, incluindo aí a polícia, o exército, as leis, os tribunais e a burocracia. (GUERRA, 2017) Disponível em InfoEscola: <http://bit.ly/2ANsDeK> Acesso em: 30/11/2017

inalienável dos processos sociais materiais e históricos. Noutra aspecto, o filósofo alemão enfatiza a potencialidade do trabalho para a humanização do homem realizável no intercâmbio do imaterial (plano das ideias) com o material (plano natural). Ação que conduz o desenvolvimento e a elevação da condição intelectual e espiritual dos seres. É o que Lessa (2015, p.24) ao examinar a obra de Lukács, define como o lugar ou o momento de exteriorização da abstração humana:

A exteriorização é esse momento do trabalho através do qual a subjetividade, com seus conhecimentos e habilidades, é confrontada com a objetividade a ela externa, à causalidade. Por meio deste confronto, pode não apenas verificar a validade do que conhece e de suas habilidades, como também pode desenvolver novos conhecimentos e habilidades que não possui anteriormente. (LESSA, 2015, p. 24)

O momento da exteriorização consiste não apenas no resultado prático da ação planejada, arquitetada para um fim, mas que o trabalho objetivado no campo material tem a propriedade de subjetivar os seres a partir da generalização das experiências humanas (NETTO, 2015). As objetivações tem um caráter múltiplo como o conjunto das expressões singulares e individuais dos seres no mundo material, enquanto aquelas objetivações mais perenes constituem o patrimônio humano de suas experiências, como por exemplo as aquisições estéticas ou do conhecimento (as artes e as ciências). Portanto, o trabalho é o mais específico meio para a objetivação humana, pois é a essência da realização dos homens:

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade (Wirklichkeit). O objeto do trabalho é portanto a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectualmente, mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. (MARX, 2008, p. 85)

Nesta linha de reflexão não é equívoco salientar que no constante ciclo para a manutenção a vida, o modo como o trabalho e o produto dele flui entre os seres impulsiona e viabiliza a organização dos indivíduos no terreno da convivência social. Sendo assim, no evoluir da história quando nas coletividades primitivas a produção e consumo de produtos essenciais à manutenção da vida geraram excedentes, surge a possibilidade de troca e com ela uma nova dinâmica social, gênese das civilizações, onde principia relações sociais em base de ganhos e acumulação de valores (ENGELS, 1984). Este fato delimita a história das relações humanas vincada na produção para consumo justo e necessário, nos territórios dos clãs ou

tribos, superando um modelo de produzir e relacionar rudimentar. O domínio da natureza vai alterando as formas de elaboração de objetos úteis à coletividade suscitando novas necessidades e novas relações no circuito das trocas de mercadorias. É neste desencadear histórico-social que surge um estado humano, uma condição de ser/estar que é associada à produção para a geração de produtos excedentes. A observação mordaz de Engels revela:

Não se demorou muito a descobrir a grande “verdade” de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força de trabalho do homem podia chegar a ser objeto de troca e consumo, desde que o homem se transformasse em *escravo*. (ENGELS, 1984, p.198 - grifo nosso)

O uso do trabalho escravo para apropriação de força de trabalho humano apresenta significativa relevância nos processos de produção e, por conseguinte, na manutenção e ampliação da geração de mercadorias acima das necessidades, até um tempo muito recente da história da humanidade. Inaugura a exploração do trabalho do homem pelo homem, prática que atravessa os tempos históricos até chegar à era moderna quando lhe é atribuído outra definição ou condição, o assalariamento. Há, no entanto na face da exploração o trabalho escravo ganhos extraordinário às civilizações que se expressaram tanto na acumulação de bens ou riquezas materiais, quanto no desenvolvimento e manifestação da genialidade humana. Ao considerar as organizações sociais históricas, como a babilônica, a egípcia, a grega ou a romana pode-se supor a magnitude do trabalho escravo como base às conquistas daquelas civilizações e revela a condição cruel e contraditória das conquistas espirituais e materiais da humanidade.

Neste sentido, entender o desenvolvimento civilizatório a partir do trabalho dos conquistados, faz relacionar ao fato, o valor que Engels (1984) oferece a dominação do trabalho: o de usurpação. O pensador alemão o faz, após observar e localizar em épocas distintas, entre diversas civilizações, tipos de exploração do trabalho e de sujeição do homem, ao qual considera como estados de “avassalamento” do trabalho humano. Enumera três formas e momentos distintos de proveito abusivo do outro: no primeiro momento histórico, a escravidão, considerada como forma típica da antiguidade como já observado; no segundo, a servidão da Idade Média; e o terceiro, o trabalho assalariado no mundo moderno. (ENGELS, 1984, p. 198)

Em vista disso, no evoluir das relações produtivas num dado momento as condições históricas e materiais favoreceram a geração de excedentes para a troca e, a troca de produtos gerou a assimilação de maior força de trabalho, inicialmente pelo uso da força do trabalho

escravo. Neste momento de transição surgem duas características intrínsecas às relações de troca: a exploração do trabalho de outro e a divisão do trabalho na atividade de elaboração produtos imprescindíveis a troca, como reafirma Engels: “essa fase de desenvolvimento é, no essencial, a mesma em que nasceram a divisão do trabalho e a troca entre indivíduos.” (1984, p.198). Neste círculo de circunstâncias históricas, a divisão do trabalho acaba por superar a tradicional divisão de tarefas circunscritas aos membros das tribos e as famílias, evoluindo “naturalmente das diferenças de sexo e de idade, portanto sobre uma base puramente fisiológica” (MARX, 1996a, p 466). O parcelamento intencional do labor ou a divisão do trabalho corresponde à qualidade específica do trabalho humano útil que, em termos abrangentes, indica as variadas maneiras como os seres humanos produzem e reproduzem a vida⁵. Esclarece Braverman (1987) que na divisão do trabalho os homens possuem ofícios e executam atividades produtivas particulares para suprir necessidades coletivas formando uma totalidade de especialidades inter-relacionadas e que se complementam.

A aranha tece, o urso pesca, o castor constrói diques e casas, mas o homem é simultaneamente tecelão, pescador, construtor e mil outras coisas combinadas de um modo que, devido a que ocorre na sociedade e só é possível através da sociedade, logo compele a divisão social de acordo com o ofício. Cada indivíduo da espécie humana não pode sozinho produzir de acordo com o padrão de toda as espécies e inventar padrões desconhecidos do animal, mas a espécie como um todo acha possível fazer isso, em parte através da divisão do trabalho. (BRAVERMAN, 1987, p. 71)

Por outro lado, enquanto a divisão do trabalho em meios produtivos menos complexos não acarreta a cisão do homem com a sua essência/objeto do seu trabalho, a “divisão parcelada” do trabalho é fenômeno inerente a um desenvolvimento produtivo histórico e social específico (BRAVERMAN, 1987). Segundo o autor, o objetivo da divisão parcelada do trabalho é estratificar e simplificar as tarefas no âmbito da produção em grande escala para ganho de produtividade, só possível quando o processo, organizado em fragmentos, reduz e aprimora a tarefa retirando do homem o controle subjetivo e objetivo do objeto produzido. Em vista disso, se o parcelamento do trabalho nas manufaturas significou a separação do homem com o produto de seu trabalho, muito além deste aspecto, a subdivisão das tarefas descarta a possibilidade para o homem que trabalha a própria vida, “a vida mesma aparece só como meio de vida” (MARX, 2008, p. 84).

⁵ Conceito elaborado com base na publicação *on line* da Fundação Oswaldo Cruz, a partir do Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2009. Disponível em <http://bit.ly/2zGuPBh> Acesso em: 12/10/2017.

A diferenciação na acumulação de riquezas nos grupos humanos estabelece outra divisão social histórica relacionada ao trabalho a divisão de classes. Enquanto, a divisão do trabalho se desenvolve entre os indivíduos com base em ofícios ou em tarefas especializadas na produção de bens, a divisão de classes opera com estratificação social, através do domínio que grupos exercem sobre outros. As classes se distinguem nos processos sociais pelo papel e posição que os indivíduos ocupam na produção e apropriação da riqueza produzida pelo coletivo social. Marx as identifica, sem surpresa, nas civilizações antigas, por certo percebendo o padrão de divisão social comum em todos os coletivos humanos:

[...] verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais. (MARX, 1999, p. 7)

Juntos os dois fenômenos sociais colaboram para a composição de estratos sociais baseadas em hierarquias que a cada tempo histórico produz modelos políticos e econômicos singulares, com estruturas reflexas ao domínio e controle da produção. A hierarquização e polarização social observada na divisão do trabalho e na divisão de classe, no entanto não sofre modificações significativas com a transposição de uma civilização para outra até a era moderna. Embora, se possam observar mudanças nas estruturas sociais, a dicotomia de classe pouco muda quanto à concentração de poder econômico e político de cada época civilizatória. A inexistência de surpresa de Marx quando relata a presença de sistemas de classes em outras sociedades, propõe uma observação diferenciada a “última forma antagônica do processo de reprodução social” (MARX, 2001, p. 48) identificada pelos fundamentos essenciais ao qual foi forjada: a propriedade privada que extingue sumariamente a divisão dos bens socialmente produzidos e a apropriação dos meios de produção e do trabalho alheio.

Os modos de produção constituem as sociedades e estão, para Marx, em aprimoramento contínuo e estágio imanente de superação por outras forças produtivas⁶. O choque entre modelos produtivos díspares provoca a destruição do arranjo social que sustenta e entrava o desenvolvimento de novas relações sociais de produção, em síntese surgem relações de produção superiores às anteriores que vão determinar uma organização social

⁶ As forças produtivas são as edificações e os meios utilizados no processo de produção: meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro. Os meios de produção são recursos produtivos físicos: ferramentas, maquinaria, matéria- -prima, espaço físico etc. A força de trabalho inclui não apenas a força física dos produtores, mas também suas habilidades e seu conhecimento técnico (que eles necessariamente não dominam), aplicados quando trabalham. (COHEN, 2010, p. 64) Disponível: <http://bit.ly/2yT5aIs> Acesso: 11/11/2017.

diversa. Por outro lado, em momentos históricos onde a transição entre o velho mundo e novo mundo encontra-se no limite, o novo prevalece apenas quando todas as condições materiais para a sua existência estejam maduras e o modelo anterior esgotado (MARX, 2001).

O salto histórico, dessa maneira remete a última revolução produtiva, cuja contundência e extraordinária transformação na vida coletiva é distinta pela exploração da força de trabalho humano em parâmetros antes desconhecidos. Ao se referir à revolução burguesa, Wood (2000, p. 12) afirma com gravidade ter encontrado aí “uma forma característica de suprir as necessidades humanas muito diferentes de todas as maneiras anteriores de organizar a vida material e a reprodução social”. As diferenças que encontra revelam o desconcertante modo com que o sistema impactou a velha sociedade. O mundo que Wood vislumbra, qual seja do trabalho dominado pelo ditame do mercado, revela conquistas impensáveis ao gênero humano. Certamente o homem da idade média pouco se reconheceria, ou, ao seu universo no cotidiano atual, assim como os profetas feudais jamais puderam compreender, em suas visões apocalípticas, os pássaros de ferro voando estrondosos pelo ar. O futuro, a sociedade resignificada de Wood, pouco se assemelha a passada. O largo e rápido espaço percorrido pelas ciências exatas, naturais e humanas, pela cultura, pelas inovações tecnológicas e das comunicações, é estranho ao progresso humano comum, visto pelo giro evolutivo das eras. Todavia, as vantagens desta época, deste avanço sem precedentes em todas as áreas do conhecimento tem valor relativo e estreito quando o preço de tal progresso tem como premissa o rebaixamento das condições de existência material e espiritual dos homens capturado pelo trabalho assalariado. Mesmo que o modelo social ofereça liberdade e esta pareça aos indivíduos, lugar privilegiado a escravidão ou a servidão, “todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (MARX, 1996b, p. 341)

Fato histórico e material, a Revolução Burguesa inaugurou a era da manufatura e do assalariamento definindo alterações que desencadearam a quebra de um paradigma produtivo. A estrutura da sociedade feudal se esfacela a partir de relações sociais mediadas pelo capital. Resultado da acumulação primitiva de riquezas e da expropriação dos meios de subsistência de camponeses⁷, o modelo produtivo burguês se assenhoreou dos meios de produção

⁷ O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. (MARX, 1996b, p. 341)

(instrumentos de trabalho/máquinas, matérias primas) promovendo uma mudança irreversível no emprego do trabalho humano. No sistema produtivo capitalista há o controle de todos os elementos necessários à produção de mercadorias, inclusive o da força de trabalho⁸, indispensável para empreender a transformação de produtos naturais em bens para troca. Peça chave do processo de produção capitalista o trabalho tem uma propriedade especial que não se perde no desenvolvimento das forças produtivas: ser insubstituível como força criadora de valor. Lessa esclarece que em qualquer situação, mesmo diante da alta tecnologia não há “possibilidade de eliminação do trabalho manual, do trabalho que opera o intercâmbio orgânico com a natureza, mesmo que o processo de automação se desenvolva ao infinito” (LESSA, 2007, p 196). Por tanto, em sintonia com Marx deixa entendido que enquanto perdurar o modo de produção capitalista, o trabalho do proletário será o esteio da valorização do capital. Assim sendo, o trabalho em face a necessidade do capital é o elemento “mágico” para a criação de riqueza, porquanto é a própria fonte de valor e fator primordial a produção de mais-valia.

No mundo do trabalho capitalista, temos uma distinção importante no trabalho que se move subsumido a malha das determinações do sistema de mercado. Esta distinção é representada pelo trabalho abstrato, dividido em trabalho produtivo e improdutivo, ambos assalariados (LESSA, 2009). O primeiro diretamente implicado na produção de mais-valia, e o segundo limitado a realizar a conversão da “riqueza que já existia sob a forma de dinheiro, na riqueza sob a forma de capital pela retenção do seu salário” para o capitalista, ou seja, “concentra a riqueza já produzida e difusa na sociedade *para* mãos da burguesia” (LESSA, 2009 - grifo nosso).

Nos dois casos é oportuna a reflexão sobre o poder que se estabelece sobre a força de trabalho assalariada, pois não há para ambos o domínio do próprio fazer. A natureza do sistema, estabelecida na propriedade dos materiais e meios de produção, restringe os indivíduos a venda da sua capacidade de trabalho sujeita a tarefa prescrita. O governo irrestrito sobre a força de trabalho significa para o comprador desta mercadoria, deter o controle do corpo e da vontade dos sujeitos que produzem. Para Marx (1996a, 447-448), o comando deliberado da energia física e anímica da força de trabalho se expressa como exigência indispensável e necessária a efetivação da produção. Já que diante de um

⁸ Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1996, p. 285)

contingente de trabalhadores que atuam de forma cooperativa⁹, não há um objetivo comum que se materialize sobre o objeto produzido, mas apenas a compensação da tarefa executada pelo salário. O fato torna o comando da produção um desafio, pois dirigir com precisão o processo fabril tem como finalidade ocupar, tanto quanto possível o tempo de trabalho para maior alcance de mais-valia, ao mesmo tempo, manter mínima a resistência do trabalhador as exigências e pressões para mais e melhor produzir.

Todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos. (MARX, 1996a, p. 447)

Neste sentido, comandar ou dirigir o processo fabril assume características específicas que em suma expressa uma natureza “despótica” sobre o processo social de elaboração de mercadorias e sobre o processo de valorização do capital (MARX, 1996a, p. 448). A transferência do comando contínuo e direto da produção para o trabalhador individual ou a parcela deles deu origem a “uma espécie particular de assalariados” (Ibidem, p. 448). A força produtiva daí resulta em um conjunto de trabalhadores, executando individualmente tarefas parciais que se complementam no processo de produção orientado por trabalhadores em níveis ou posições hierárquico-diferenciadas. Na escala da produção supõe progressão e sofisticação da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho é um fenômeno que acompanha a partilha das tarefas mantendo e organizando a vida cotidiana desde os tempos mais remotos, tal como nas comunidades tribais. Nestes tempos, a distribuição das tarefas, ao qual Marx chama de divisão natural do trabalho, ocorria com base na divisão das atividades pelo componente sexual, ou, pelas diferenças entre os sexos de acordo com a idade e a vitalidade do corpo. A alteração social da partilha de tarefas entre sujeitos é ferida por relações produtivas que historicamente basearam-se na lógica acumulação de valores. A alteração se evidencia com o desenvolvimento das forças produtivas no interior das fábricas quando a divisão do trabalho torna-se articulada, planejada e sistematizada. A racionalização das tarefas passa a ser o espírito que assombra o

⁹ Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa só no processo de trabalho, mas no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos. Com a entrada no mesmo eles são incorporados ao capital. Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital. [...] Seu pressuposto, ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Este coincide com a existência do próprio capital. (MARX, 1996, p. 449-451)

trabalhador e sustenta a efetivação da mais-valia. Os métodos de natureza científica, pensados para a otimização da produção e apropriação exponencial do tempo de trabalho, repercutem estranhos à natureza humana. A fixação de parâmetros e fronteiras entre o trabalho mecânico (trabalho morto) e o trabalho humano (trabalho vivo) foi aproximada como se o próprio trabalhador fosse parte da engrenagem de produção. De modo, a converter a atividade no trabalho em um processo controlado, restrito e manipulado. Por si, a divisão do trabalho tende a baratear a força de trabalho fracionado-a em atividade simples dentro do todo produtivo.

O principal sistema de gestão do processo de produção introduzido e disseminado nas indústrias, no final do século XIX, início do século XX, pautava-se pela administração científica formulada por Taylor¹⁰, que propunha a racionalização e organização do trabalho a partir do dimensionamento do tempo nas operações de produção. A administração científica, entre outros princípios centrais, apoiava-se em três pilares básicos: a dissociação do processo de trabalho da especialidade dos trabalhadores; separação da concepção e execução (separação do trabalho mental e manual); utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução (BRAVERMAN, 1987). Os princípios acentuam drasticamente a fragmentação do trabalho e a dissociação irreversível entre o trabalho e o produto do trabalho, a tal ponto que proferirá Marx, anos antes da proposta inovadora de Taylor:

Ela (*a divisão do trabalho*) aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas [...] Os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre os diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial [...] (MARX, 1996a, p. 474 – grifo nosso)

O método taylorista que estabeleceu princípios de gestão do trabalho foi compatível às forças produtivas de sua época e sendo ao longo do tempo aperfeiçoado mesclado a outros, sempre em vista a elaboração de estratégias de coerção e modos de controle do trabalho para alcançar níveis de maior produtividade. Por sua vez, em compasso evolutivo ao método de Taylor, o modelo gerencial contemporâneo afirma o seu domínio sobre os trabalhadores na exploração da dimensão subjetiva e autoinduzida de trabalho para “aplicarem sobre si mesmos os princípios da economia permanente de tempo e de custo”, implicando que “cada

¹⁰ Breve reflexão, realizada por Antunes (2002, p 190) sobre os parâmetros de trabalho de Taylor: “entendemos o taylorismo e o fordismo como o padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril.”

trabalhador torna-se um sucedâneo da lógica taylorista” (LINHART, p. 138, 2015). Sendo assim, observa-se no desenvolvimento histórico/material do capital uma percepção mais complexa do papel dos indivíduos na organização do trabalho. A estruturação racionalizada do trabalho desempenha um papel indiscutível à exploração da força de trabalho compelindo o aprisionamento da “máquina humana” a sistemas cada vez mais sofisticados quanto perversos de dominação que acabam por silenciar as conexões e interações objetivas, libertadoras e expressivas do trabalho.

Nesta linha de pensamento, no modo de produzir capitalista a força de trabalho é contratada para essencialmente despender de nervos, músculos e sentidos num processo dirigido e alheio a atividade de trabalho, tanto quanto é alheio o produto sobre o qual foi despendida energia criativa (MARX, 1996a). A venda da força de trabalho para o mercado demanda a submissão compulsória à efetivação da atividade produtiva seja como ela se apresentar. A submissão acarreta a desefetivação do trabalho em seu caráter fundante do qual emerge o ser social. No entendimento de Marx há na relação de compra e venda da força de trabalho o desligamento do pressuposto central do trabalho, enquanto a “atividade do trabalhador não é sua autoatividade. Ele pertence a outro, é a perda de si mesmo.” (MARX, 2008, p.83) Assim, na ciranda do mercado, se estabelece uma relação de estranhamento entre a atividade, o produto do trabalho e o homem que produziu. Preso à cadeia produtiva do qual participa como mercadoria, a liberdade para a elaboração objetiva e subjetiva do mundo lhe é retirada, mesmo negada a possibilidade de realização e expressão das múltiplas habilidades de cada indivíduo na elaboração de bens para uso social. Pois, no movimento que empreende em busca dos elementos que nutrem a vida haveria de se reconhecer no mundo, antes transformado pela materialização da sua vontade e espelho de suas aptidões. O trabalho estranhado, dessa forma desqualifica a tarefa e o desenvolvimento total do potencial criativo, em estado livre com fim social superior para cada indivíduo e para a coletividade, o trabalho então reduzido “a auto atividade [...] a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física” (Ibidem, p. 85). Para o trabalhador o processo de produção de mercadorias rompe com a possibilidade de concepção do objeto produzido determinando que o estranhamento seja consequência da relação que provoca a sujeição do trabalho à necessidade de subsistência. O trabalho estranhado delega, em última análise, “o domínio de quem não produz sobre a produção e o sobre o produto” (Ibidem, p. 87), compreendendo-se que na relação de subsunção do trabalho ao capital, o princípio de estranhamento pressupõe sempre o princípio de exploração, ambos intrínsecos a relação de poder exercido sobre a força de trabalho (ALVES, 2013, p. 63). O sistema não viabiliza, nem tão pouco deseja diante das

exigências de produção e reprodução social a manifestação da subjetividade humana, sem ter um sentido utilitário ao próprio capital. Sendo assim, embora os impeditivos a plena realização da omnilateralidade¹¹ humana em contraste a natureza unilateral¹² da sociedade capitalista, o mundo dos homens continua em progresso. Antunes (2002, p. 133) ao abordar o tema utiliza o termo trabalho estranhado ou estranhamento diferentemente ao de alienação para examinar o curso das conquistas humanas. Para o autor, o desenvolvimento as forças produtivas interagem com o desenvolvimento da capacidade humana. No entanto, o autor afirma que a evolução da capacidade dos homens nem sempre entra em sintonia com o aprimoramento da personalidade humana, mas ao contrário identifica aspectos que permeiam esta relação que podem deformá-la e até mesmo degradá-la.

A realidade social no qual se revela a degradação e o aviltamento da personalidade humana, referida por Antunes, se expressa especialmente invulgar neste período de crise estrutural do sistema capitalista. Mészáros entende que a sociedade, mas sobretudo o capital passa por “problemas crescentes e destrutivamente intensos *que* terão de ser enfrentados” (2005, p. 2 – tradução nossa), problemas derivados da incontrollabilidade da capital e da inexistência de solução efetiva a questão crônica da crise. O enfrentamento, enquanto reação capitalista tem demandado pressão indescritível sobre o trabalhador, se fundamentando na mais aguda posição de ataque contra trabalho que visa a recuperação do padrão de lucratividade perdida no ciclo interminável da crise.

Observado por Marx, há mais um século e meio atrás, o empenho em garantir condições mais expressivas na extração da mais-valia relativa¹³, permeia as estratégias de

¹¹ O homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades – as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre. [...] Ele (*Marx*) se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas, enfim. (SOUZA, 2009 - grifo meu) Disponível em: <http://bit.ly/2Ayz3KA> Acesso em: 09/11/2017

¹² A unilateralidade burguesa se revela de diversas formas: de início a partir da própria separação em classes sociais antagônicas, base segundo a qual se desenvolvem modos diferentes de apropriação e exploração do real; revela-se ainda por meio do desenvolvimento dos indivíduos em direções específicas; pela especialização da formação; pelo quase exclusivo desenvolvimento no plano intelectual ou no plano manual; pela internalização de valores burgueses relacionados à competitividade, ao individualismo, egoísmo, etc. Mas, acima de tudo, a unilateralidade burguesa se revela nas mais diversas formas de limitação decorrentes do submetimento do conjunto da sociedade à dinâmica do sociometabolismo do capital.[...] A dinâmica da vida social é determinada pelo movimento de valorização do capital, que submete os indivíduos, em geral, a agente da sua ‘vontade’. (SOUZA, 2009) Disponível em: <http://bit.ly/2Ayz3KA> Acesso em: 09/11/2017.

¹³ No entanto, a característica essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia relativa. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a

sobrevivência do sistema na economia de mercado e de livre concorrência a partir desenvolvimento dos meios de produção. Uma vez que a crise também é compreendida pela estagnação do consumo, onde o valor de um produto é “medida determinada de tempo de trabalho cristalizado” (MARX, 1996a, p. 173), impõe ao sistema a retomada da lucratividade passando pelo realinhamento do valor dos produtos realizado pelo trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Destarte, como via de regra às crises há o esforço dos compradores da força de trabalho em levar ao extremo o consumo da habilidade e potencialidade do trabalhador, expandindo-as a limites pouco razoáveis.

O extremo do rearranjo dos padrões de acumulação leva a precarização sistemática do trabalho articulada a complexa fragilização do tecido social, expondo a classe trabalhadora à degradação, a condições determinadas de trabalho e vida que interferem no equilíbrio orgânico e anímico dos trabalhadores. Os métodos de exploração de classe estagiam no limite das contradições capitalistas e se situam na “dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo” (Mészáros, 2005, p. 5 – tradução nossa). Contradições com sua dinâmica de eliminação inexorável da sua fonte de vida. Adverte Antunes:

A exploração sem limites da força de trabalho é em si expressão das contradições estruturais de dada forma de sociabilidade que, ao mesmo tempo em que não pode prescindir do trabalho vivo para sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo, impondo-lhe o sentido mais profundo de sua mercantilização: a abreviação de seu tempo de uso como resultado do aprofundamento, pelo adoecimento, de sua característica de mercadoria de alta descartabilidade. (ANTUNES, 2015, p. 423)

Neste sentido, a indispensável apropriação do tempo de trabalho excedente, seja pela extensão e/ou a intensificação da jornada de trabalho está sempre implicada a necessidade de valorização do capital e a forma como se organizam e desenvolvem as forças produtivas, como necessidade mesma de sobrevivência. Em todos os estágios históricos do capitalismo, convertido o trabalho em mercadoria há registros contundentes de que a incapacidade do sistema em ocasionar o bem estar social tem gerado fatores agravantes à saúde dos trabalhadores. As publicações de E. P. Thompson¹⁴ (1963), assim como de outros estudiosos

intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho. (MARX, 1996, p. 41)

¹⁴ Ellen Wood ao citar a obra de Thompson, refere-se a ela desta maneira: “O modo como se estabelece, os imperativos do mercado, no período que conduziu a industrialização, foi descrito de maneira sumamente vivida por E. P. Thompson. Em sua obra, o desenvolvimento do capitalismo ganha vida não apenas como um processo de proletarianização, particularmente em seu clássico *A formação da classe trabalhadora inglesa* (1963), mas

auxiliam a dimensionar o problema, em sintonia a investigação realizada com sensibilidade e olhar crítico, por Engels (2010), em seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” que descreveu as condições de vida dos proletários nas cidades industriais inglesas do século XIX. A narrativa de Engels oferece um panorama detalhado sobre a exploração burguesa à classe operária e como se expressava a vida cotidiana sem poupar reflexões que indicasse a vida indigna e imprópria ao desenvolvimento humano dos operários ingleses.. Nos escritos, revelava a precária estrutura urbana dos bairros da classe operária, as péssimas condições de moradia, o adoecimento recorrente, as relações familiares adulteradas, o envilecimento moral, a violência, prostituição e mendicância, o abandono, o esquecimento dos combalidos e a morte dos trabalhadores, resultado da dura vida operária. Em resumo, ficou explícito para Engels e para o leitor atento que a abordagem às determinações sociais influi na saúde do trabalhador da época, especialmente pela observação da degradação física e espiritual dos trabalhadores, sujeitos às longas e exaustivas jornadas de trabalho, principalmente as crianças e mulheres, ao baixíssimo nível salarial e às terríveis e insalubres condições ambientes nas manufaturas. O autor, entre tantas questões observa a fragilização do tecido social, a partir do afrouxamento dos laços de cooperação entre as pessoas, fenômeno que passou a ser constante e recorrente no palco da vida cotidiana das cidades operárias.

Embora, exista um distanciamento entre a realidade descrita por Engels e a realidade complexa do mundo do trabalho transformado pelo “liberalismo radical” (VIEIRA, 2015) neoliberal, vê-se que a exploração acima dos limites do proletário inglês, do século XIX, redundou na degradação da condição de vida e saúde dos trabalhadores, paisagem urbana que retorna a vida contemporânea na condição de barbárie.

A superexploração da força de trabalho vem ocupar lugar determinante nas estratégias para recuperação e retomada da lucratividade e a valorização do capital. Pode-se dizer que a prática de assalto ao tempo de trabalho é recorrente às crises que ocorrem durante todo o século XX. Por isso, ao contrário de um fenômeno histórico isolado, estas fazem parte de uma unidade histórica em que se explicita a contradição capitalista, o “sistema das mil mortes” (WOOD, 1995, p. 121). A morte aparente é referência aos ciclos de expansão e retração do capital que se articulam na roda viva das crises, caracterizadas pela sobreposição cumulativa entre superprodução e superacumulação (BEHRING, 2009b, p. 157). Na atualidade, explica Mézáros (2002, p. 95), para o capital já não há espaço para concessões, sejam aquelas mesmas que responderam as questões reguladoras do trabalho efetivadas a partir da melhoria

também como confronto vivo entre os princípios do mercado e as práticas e valores alternativos.” (Wood, 2001, p 65)

do padrão de vida da classe trabalhadora, enquanto a autoexpansão produtiva oferecia resposta às necessidades do sistema (Welfare State). Ou, qualquer outra ação, via mediações organizadas pela sociedade, entre o trabalho, o Estado e o mesmo o capital para modificação mínima dos parâmetros de efetividade do padrão de lucro capitalista.

A lucratividade do capital tem oscilado persistentemente ao longo das últimas três décadas negando ao investimento capitalista o seu sentido primordial. Por sua relação intrínseca à constituição do valor, o trabalho sofreu o assalto enérgico do sistema sobre seu modo de ser, na deliberada intenção de subverter os ganhos sociais e conformações estabelecidas duramente pela classe. Antunes é enfático ao abordar o assunto salientando a intensidade das modificações que atingiram o trabalhador “não só a sua materialidade”, mas também provocaram “profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, *afetando* a sua forma de ser” (ANTUNES, 2002, p. 21 – grifo nosso). Para tanto, expedientes ideológico-pragmáticos escrupulosamente urdidos, exercitados na base material do projeto neoliberal de reafirmação do capital, contribuíram para a transformação no mundo do trabalho e a forma como se regulou o movimento dos indivíduos no enredo da trama social (ANTUNES, 2007, p. 58).

Em linhas gerais, a crise acumulativa do capital deu espaço ao desenvolvimento e assimilação de extraordinários mecanismos tecnológicos (nas áreas da informática, robótica, comunicação) que se infiltraram em todos os poros dos processos produtivos (ANTUNES, 2002, p. 21), conectando instantaneamente todas as atividades de produção e favorecendo a elaboração de novos processos de gestão e organização do trabalho. Delineando por consequência um novo perfil de trabalhadores apropriado a interação a métodos produtivos flexíveis aplicados pela vanguarda japonesa toyotista. Em síntese, os traços constitutivos do toyotismo se caracterizam por alguns aspectos diferenciados que:

[..] ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque) [...] Para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor "qualidade", é preciso que a produção se sustente num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina que fundamenta o fordismo. E a chamada "polivalência" do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando "várias tarefas simples" [...] (ANTUNES, 2002, p. 33)

Nesse sentido, o processo flexível de produção descrito basilarmente por Antunes revela a expansão dos contextos generalizantes do novo modo de produzir, cujas determinações e exigência aos trabalhadores tiveram repercussão em todos os espaços em que o trabalho assalariado foi chamado a atuar. A ideologia que impregna o novo receituário de trabalho demanda funcionalidades renovadas para o trabalhador exigindo maior qualificação, atitude participativa, multifuncionalidade e polivalência. Além destes recursos, condicionais e seletivos para qualificação ao emprego, o trabalhador se submete a lógica de comprometimento a um “time de colaboradores”, parceiros empenhados em atingir metas de produtividade para ganhos de todos. Estratégia discursiva ilusória e manipulatória, cujo objetivo final é a intensificação das condições de exploração da força do trabalho – “o operário deve pensar e fazer *pele e para* o capital” (ANTUNES, 2015, p. 232 – grifos nosso). A gestão toyotista, modelo produtivo do momento e salvaguarda da lucratividade do capital, opera nas esferas subjetivas dos trabalhadores no sentido de articular mecanismos de coerção/consentimento individual às demandas sistêmicas do capital. A prática de ajuste do trabalhador ao perfil idealizado para melhor cumprir metas de produtividade, sempre expansivas, implica na “manipulação incisiva da mente e do corpo por conteúdos ocultos e semiocultos das instâncias intrapsíquicas” (ALVES, 2013, p. 99 - 100). Organizadas com base na manipulação de valores pelo medo, “medo como afeto regressivo da alma humana” (ALVES, 2013). O medo derivado de um estado de insegurança que perpassa todas as relações de trabalho, assim como está presente nas manifestações sociais, em face ao precarização do trabalho e o desemprego estrutural crescente.

Tratou-se de refletir sobre um conjunto de conceitos a respeito do trabalho retratando seu caráter essencial à vida humana e fundante à organização de estruturas sociais fluidas da interação material dos homens com a natureza. Os desdobramentos históricos e materiais que envolvem o trabalho, o situa como mediador entre as necessidades e as possibilidades concretas de manutenção da vida e como princípio gerador da sociabilidade nos grupos humanos. Colocar o trabalho em evidência tem o sentido de reconhecer o quanto o modelo produtivo capitalista ocasiona o sombreamento da generacidade humana impossibilitando aos indivíduos produzir a própria essência. A essência que se expressa pelo trabalho, enquanto manipulado e dominado a um fim estranho ao desenvolvimento pleno da vida, na geração de “subjetividades autênticas e emancipadas” que viabilizam a liberdade, a manifestação das múltiplas capacidades humanas. (ANTUNES, 2007, p. 182). Dessa maneira é possível sugerir a partir das totalizações, até aqui provisórias da realidade que a supressão do sentido do trabalho e a subsunção total do homem para o capital, podem influir decisivamente no

adoecimento mental dos trabalhadores na radicalização da exploração física e mental da força de trabalho, a partir dos condicionamentos a organização do mundo trabalho contemporâneo.

Para Marx (1996a, p. 383) o capital não apresenta “a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador”, por tanto mercadejar com o trabalho subsumindo-o de forma consentida ou coercitiva, sujeita o trabalhador a uma complexa rede de fatores que vão degradando e derruindo a dimensão física e, especialmente a dimensão psíquico-anímica individual e coletiva de classe (ALVES, 2013, p. 99). O adoecimento psíquico torna-se um problema cujas dimensões têm superado agravos ocupacionais comuns e anteriores à reestruturação produtiva e às políticas de gerenciamento e organização do trabalho.

3 EVOLUÇÃO DA REFORMA DO ESTADO: GERENCIALISMO E COMPLEXIFICAÇÃO DO TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA

As afirmações contidas no Manifesto Comunista, elaborado em 1848, em meio a conflitos e lutas pelo poder político em vários países europeus (Primavera dos Povos), repercutem no mundo contemporâneo tanto quanto a época da publicação dos seus escritos. Feito em tom de chamamento e esclarecimento, o Manifesto se mantém atual ao apontar o poder transformador e perturbador da iniciativa burguesa/capitalista na sociedade. Neste aspecto, o Manifesto evidencia a habilidade do sistema de mercado em se impor as estruturas sociais como agente renovador e dirigente do curso e conformações sociais.

A burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário. A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso, todas as relações sociais. [...] Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. [...] Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado. (MARX, 1999, p. 12)

O sistema, de tal maneira domina a sociedade que, Mészáros (2002)¹⁵ não refuta em afirmar: “o capital é um modo abrangente de controle da nossa vida. Nossa produção deve ser controlada pelo capital em todas as dimensões. Na economia, na política, na cultura, até mesmo na religião.” A contundência do pronunciamento do filósofo húngaro, entra em sintonia com a percepção de que o sistema capitalista possui ampla capacidade de articulação

¹⁵ Fragmento da entrevista concedida pelo filósofo István Mészáros, ao Programa Roda Viva, no Brasil, em 08/07/2002. Disponível em: <http://bit.ly/2i8gLZS> Acesso em 12/11/2017.

e influência sobre as instituições e os agentes sociais constituindo-se em uma ordem de poder que manipula práticas ideológicas e de crenças, de adesão e fidelidade que marcham continuamente para a concretização de mais-valor. O sistema de ordens do capital envolve um domínio que se expressa além do controle econômico, mas também se aplica como movimento hegemônico que se cria e recria numa “teia de instituições, relações sociais e ideias” (BOTTOMORE, 2001, p. 177) que fluem para a vida cotidiana¹⁶. A ascendência dos parâmetros econômicos, políticos, culturais capitalista sobre a sociedade, encontra ressonância nas análises de Marx (2011) que ressalta, em toda sua obra, a revolução social radical provocada pela adoção da propriedade privada e da liberdade individual que conferiu a alguns homens o poder sobre os demais. Mészáros (2011, p. 702) avalia o valor intrínseco desta perspectiva, em que destaca com afirmativa incisiva o poder econômico onipotente da sociedade burguesa, como uma estrutura de controle totalizante, baseado na posse das forças produtivas (Mészáros, 2002). O autor, dessa forma constata a dimensão do poder do sistema e a sujeição decorrente em todas as áreas da atividade humana,

[...] desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2011, p. 96)

No mesmo sentido, Wood (2001), ao citar Polanyi, enfatiza não apenas o desconcertante controle do sistema às relações sociais, mas também sobre a psique humana, destacando a inquestionável influência do modo de produzir sobre a subjetividade dos sujeitos e da coletividade, que repercutem na construção da individualidade, no modo como se relacionam e nas expectativas que produzem. A ingerência do sistema capitalista no complexo sistema social contemporâneo, certamente se manifesta nos espaços de trabalho onde a capacidade humana de objetivação e subjetivação é posta em xeque e com ela o equilíbrio mental diante da ausência de significado no trabalho. Soma-se a ausência de significado, o contexto de exploração do trabalhador, que em vias cada vez mais irracionais (intensificação da jornada de trabalho; precarizações de toda ordem – do salário, dos ambientes de trabalho,

¹⁶ Sobre a categoria cotidiano, Netto (2000, p. 86-87) enfatiza que na “idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e penetra todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado, um difuso terrorismo psicossocial se destila de todos os poros da vida e se instala em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginários, a gratuidade do ócio, etc) convertem-se em limbos programáveis.”

da lei e dos elementos reguladores; pressões por produtividade; ameaça de desemprego; entre outros) converge para a elaboração de premissas de aceitação e submissão à organização e aos processos de trabalho. Para tanto, a captura da subjetividade do trabalhador se torna o recurso recorrente para a atual forma de produzir pois é desejo irreprimível do capital – “capturar o pensamento operário, integrando suas iniciativas afetivas intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias” (ALVES, 2006, p. 96).

No desenvolvimento e aprimoramento das relações de produção capitalista as consequências sociais, econômicas, políticas e culturais na dinâmica social provocaram análises de pensadores de todas as correntes do conhecimento. Estes pensadores dedicaram-se a explicar o nexos, a causalidade das contingências sociais geradas pelo modelo produtivo de mercado, em especial os defensores históricos da economia de mercado, os liberais: Adam Smith e David Ricardo, e ainda, John Maynard Keynes, Milton Friedman e Friedrich Hayek. O pensamento liberal de Smith oferece sustentação à ascensão burguesa promovendo ideias baseadas na livre iniciativa e no livre comércio, no direito a propriedade, creditando no estabelecimento do bem-estar social pela mão invisível do mercado. Adam Smith funda os pilares, a essência, o fundamento básico de qualquer iniciativa econômica e política do desenvolvimento capitalista, mesmo nas propostas liberais radicais de Keynes, Friedman e Hayek. No entanto, os pensadores liberais não puderam encobrir o caráter contraditório do modelo produtivo capitalista, cuja prática de sobrevivência é a contínua irrigação de tempo de trabalho excedente no jardim de onde floresce a natureza capitalista.

A rigor, o capitalismo se constituiu em uma ordem produtiva, baseado na apropriação dos meios de produção e no trabalho assalariado – premissa para a produção de mercadorias. A finalidade, como Wood (2001) refere é a acumulação de riquezas:

O capitalismo é um sistema em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é que o grosso do trabalho na sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão de obra por um salário [...] *Desta maneira*, o objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto expansão do capital. (WOOD, 2001, p. 12 – grifo nosso)

Logo, a produção de mercadorias gera necessariamente o reinvestimento em novo produto, como um processo infinito de auto expansão do capital. O curso acumulativo iniciado pelo investimento nos meios produtivos exige que se siga o ciclo de valorização

continuamente, sob pena de recuo e perda de lucratividade do valor investido. Este giro que faz crescer incessantemente a massa de capital evolui sempre em sentido de ampliar a atividade produtiva em relação a si mesmo e em relação ao mercado¹⁷. Neste caso, o mercado é “lugar em que as leis coercitivas da concorrência desempenham um papel decisivo” (HARVEY, 2011a, p. 43), pois a função de manutenção orgânica que porta induz ao reinvestimento em sentido compulsório. Assim, o esforço de superação entre empresas deve contemplar a permanência e a sobrevivência no mercado, em meio a pressões, acirramento e competitividade na conquista territorial e política de mercado (Ibidem, p. 43). O processo de valorização do capital é impulsionado necessariamente para sua ilimitada reprodução mediado por mecanismos incontroláveis. Sendo irrefreável, apenas encontra limite nas próprias contradições¹⁸, pois os mesmos princípios que o nutrem, também se erguem como barreiras que o ele próprio produz na sua expansão.

A valorização do capital, fundamentalmente depende da capacidade de extrair e ampliar o tempo de trabalho não pago, possibilitando a manutenção dos níveis crescentes de acumulação representada pela taxa de lucro. Seja, na “forma econômica direta ou na reprodução expandida da sociedade” (Mészáros 2011, p. 100). Em dado momento, se o processo de apropriação das horas de trabalho excedente entrava, o curso vital do sistema perde força, emergindo riscos consideráveis ao equilíbrio sociometabólico do capital. Por consequência ao encontrar barreiras, o sistema todo entra em crise afetando tanto as esferas socioeconômicas, quanto políticas. Historicamente, para Harvey (2011a), os momentos de desaceleração econômica, em que houve grave desestabilização do capitalismo, resultaram em crises agudas no sistema, como as ocorridas, em 1848, 1929, 1973 e 2008. Em todas elas, o remédio usado para refrear o mal - a baixa lucratividade - seguiu a administração de doses maciças de recessão e desemprego e com ela grande sofrimento a classe trabalhadora. Os impulsos do sistema para a autopreservação podem ainda levar à utilização de dispositivos drásticos para promover a reversão dos impasses causadores da imobilização e retenção dos fluxos do capital. Na modernidade, estes dispositivos foram deflagrados pela regulação

¹⁷ Neste caso, Marx (1989b, p. 157) entende a relação entre produtores capitalistas como um “sistema anárquico da concorrência produz o mais desmesurado desperdício dos meios de produção sociais e das forças de trabalho, ao lado de inúmeras funções agora indispensáveis, mas em si e para si supérfluas.”

¹⁸ Longe de serem naturais, as crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza, também reproduzindo e criando outras contradições como as existentes entre: 1) a racionalidade da produção em cada empresa e a irracionalidade do conjunto da produção e dos mercados capitalistas; 2) a maximização dos lucros de cada corporação empresarial e suas refrações na concorrência, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucros; 3) o crescimento da produção de mercadorias e a estagnação ou redução da capacidade de consumo. (MOTTA, 2009, p. 3)

econômica militar¹⁹, a partir de conflito bélico que envolveu muitos países, em duas grandes guerras mundiais, cujas proporções foram devastadoras e catastróficas a humanidade, o impasse desencadeou um longo período de desenvolvimento social e prosperidade ao capital.

As crises quando emergem disparam um alerta que desperta a necessidade de recuperar a lucratividade mesmo que, para tanto, evoque a irracionalidade no planejamento e execução de medidas reparadoras. Neste compasso, o que se segue é a destruição dos componentes produtivos como a lógica da autopreservação do capital, pois a autodepreciação permite sobre os escombros da produção voltar a um ponto em que seja possível retomar o caminho de crescimento, assim como um processo encontra-se referido na apresentação do livro *O Capital*:

Devastação manifestada na depreciação das mercadorias ou simplesmente na destruição dos estoques invendáveis, no surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas, na falência de muitas delas e sua absorção por outras a preço vil, na desvalorização geral do capital e, por fim, no desemprego maciço, que inutiliza grande parte da força produtiva humana e reconstitui, em proporções maiores, o exército industrial de reserva. (Apresentação “O capital”, 1989, p. 57)

Desta maneira, as crises econômicas que eliminam porção generalizada das forças produtivas tendem a abrir espaço ao reinvestimento dos capitais acumulados e o retorno dos fluxos de produção e circulação, permitindo a reordenação dos elementos constitutivos do modelo produtivo. Não é equívoco afirmar que as crises se sucedem inexoravelmente do ápice econômico e progressão social (alcance de grande produtividade, pelo desenvolvimento do desenho/técnico e da organização/administração fabril, bem como pelo largo uso da força de trabalho e elevação dos salários), para a um período de declínio diante a saturação da produção e da falta de cenários próprios à assimilação de grandes volumes de produtos e valores, que acarretam por fim na desaceleração do sistema.

Observa-se, neste estágio do desenvolvimento capitalista que evoca o neoliberalismo, uma complexa desestruturação dos mecanismos de valorização dos capitais (produtivo e financeiro), que afeta as fundações básicas do sistema havendo repercussões nas engrenagens que movimentam a reprodução da vida social. A voracidade da crise não tem respeitado a difundida crença de auto regulação e estabilidade do sistema, pois os elementos que

¹⁹ A guerra – ou a disputa de conflitos por meio do choque de interesses antagônicos – no passado não foi apenas um elemento necessário, mas também uma válvula de segurança do sistema do capital, pois ajudou a realinhar a relação de forças e criar as condições sob as quais a dinâmica expansionista do sistema poderia ser renovada por um período determinado, ainda que limitado. (MÉSZÁROS, 2011, p 333)

promovem a queda tendencial da taxa de lucro tem se sobressaído às medidas de recuperação e crescimento. Uma vez que, os ajustes realizados a partir das crises anteriores desviaram as objeções e as forças opostas à lucratividade, mas não solucionam as questões centrais, que fazem voltar o investimento capitalista a repetidos e incessantes recomeços. A sucessão e a falta de solução às crises de valorização do capital têm como causa seus princípios contraditórios, onde inevitavelmente se embarça ao reduzir o tempo de trabalho necessário e ampliar o tempo de trabalho excedente como meio de formar valor (MÉSZÁROS, 2011, p. 100). Em passagem do Grundrisse, Marx (2011) explica com detalhes a reprodução do valor e a dinâmica do processo referindo:

O seu pressuposto é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como o fator decisivo da produção da riqueza. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. [...] A riqueza efetiva se manifesta antes – e isso o revela a grande indústria – na tremenda desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, bem como na desproporção qualitativa entre o trabalho reduzido à pura abstração e poder do processo de produção que ele supervisiona. [...] O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário. (MARX, 2011, p. 940-941)

À vista disso, num momento socioeconômico muito mais sofisticado e complexo que a época do filósofo alemão, uma crise com característica estrutural impacta a sociedade hodierna com grande efeito no mundo do trabalho ao ocasionar às populações e à força de trabalho a subversão das necessidades coletivas e individuais às necessidades do próprio sistema. Pois, pesa sobre si o desemprego estrutural, o subemprego, ou, a ameaça do desemprego resultado do mundo do trabalho seletivo, flexibilizado e precarizado. Por quanto, no reino desenfreado da competição e livre concorrência intercapitais, se efetuam golpes quase fatais à classe trabalhadora colocando em xeque conquistas e direitos sociais duramente granjeados pela organização e luta de classe.

A recente, mas não menos longa crise recessiva, iniciada na década de 1970, marca um período histórico que objetivou reações extremas dos senhores do mercado, em face aos sinais de capitulação do sistema produtivo. Os sinais transmitidos desde a inicial crise

energética (conhecida como a Crise do Petróleo) tornou visível à existência de fissuras no sistema. As rupturas nos processos de produção e circulação causou um movimento de reação que impôs mudanças no “interior do padrão de acumulação”, repercutindo no mundo do trabalho a partir da “destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha” (ANTUNES, 2007, p. 36-26). Acrescentou-se a este dinamismo patrocinado pela iniciativa capitalista, a reformulação dos padrões de produção, o aumento do nível exigências para a massa de trabalhadores e, com eles, a fragilização da saúde dos trabalhadores. Notadamente, a saúde mental, diante das questões de controle da força de trabalho alçadas ao plano subjetivo como estratégia de superexploração do trabalhador para geração de mais-valia.

O contrafluxo do crescimento econômico contemporâneo ocorre após o cenário de superprodução de mercadorias promovida pelo modelo econômico e político keynesiano fundido organização do trabalho taylorista/fordista. O modelo de Keynes que visava superar as consequências do pós-guerra (1945) se baseou numa forma de sociabilidade fundada no compromisso/pacto entre capital/trabalho mediado pelo Estado. Sustentou a reestruturação dos Estados e das relações internacionais impedindo o renascimento das rivalidades geopolíticas que, entre outros fatores desencadearam a segunda grande guerra. O roteiro empreendido combinou o Estado, o mercado, as instituições democráticas e de classe, num conjunto de estratégias que assegurou a “paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade”, nos domínios internos e externos às nações. Nações que elegeram, neste cenário, um modelo de organização internacional para mediação de conflitos, através de discussões e deliberações políticas e econômicas, a partir dos acordos de Bretton Woods, e da instituição de vários organismos de representação mundial, como a Organização das Nações Unidas - ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI (HARVEY, 2011b, p. 19). O projeto de Keynes esboçou um Estado forte, centralizador e regulador das iniciativas dos agentes econômicos que visava estimular com base no controle estatal o crescimento da economia. Para tanto se propõe a “disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento, até mesmo *contrair* déficit público para controlar o volume de moeda disponível e as flutuações da economia” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.85 – grifo nosso). O Estado agia então “por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos”, assumindo um poder conciliatório legitimado pela especialíssima conjuntura histórica do pós-guerra (Ibidem, p.85). Propunha um maior controle sobre as oscilações da taxa de lucro mantendo em níveis aceitáveis a produção e circulação de bens, promovendo ainda, como base sustentável a reprodução social com o pleno emprego e a proteção social (Ibidem, p. 86).

Nas palavras de Harvey (2011b), o que ocorre, singularmente, nos Estados europeus é que convertem em suas políticas de governo os princípios baseados nas propostas do Welfare State,

O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado — ou, se necessário, intervindo, ou mesmo substituindo tais processos — para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como "keynesianas" foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instrução etc.). (HARVEY, 2011b, p. 20)

O “liberalismo embutido” do Welfare State, segundo Harvey (2011b), como modelo político-econômico sistematizou amplamente as iniciativas das instituições estatais e privadas, determinou que os processos de mercado fossem cercados por fundamentos restritivos (sociais e políticos) e regulatórios, às vezes contendo o mercado, mas por outro lado liderando estratégias para a cadeia produtiva e o consumo ganhar vitalidade. Estes fundamentos garantiram os aumentos significativos das taxas de crescimento nos países de economia avançada, vendo-se a impetuosidade do capital ceder espaço ao planejamento keynesiano. O Estado por sua vez abriu campos internos às instituições representativas da classe trabalhadora permitindo o convívio democrático entre forças antagônicas nas esferas de decisão (HARVEY, 2011a, p. 20-21), tornando o Estado mais permeável às demandas dos trabalhadores, favorecendo ganhos significativos à proteção social e a cidadania.

O contexto de entendimento político, econômico e social, se manteve até fins da década de 1960, constituindo a chamada era de ouro da expansão capitalista. Derrota pela exaustão do modelo keynesiano ocorre, por fim à ruína do “liberalismo embutido” e o rompimento do capital com a política de conciliação de classes. É a alternância na dinâmica da expansão do capital que, neste período reverte-se em uma “crise secular de produtividade que resultou do excesso constante da capacidade e da produção do setor manufatureiro internacional” (ANTUNES, 2007, p. 30). No processo da crise de superprodução surgiram desequilíbrios fiscais, com a queda da receita de impostos e a elevação dos gastos sociais, o sistema de controle das taxas de câmbio foi insuficiente e as taxas de juros passaram a oscilar. Deflagrou-se a migração de grande massa de capital para o setor financeiro especulativo em razão da dificuldade do mercado em efetivar taxas de lucro satisfatórias, o que induziu não só a migração destes ativos a improdutivos, mas crescimento acelerado de capital financeiro a partir do final da década de 1970.

Dessa maneira, a crise que se sucede é para Harvey (2011b), Antunes (2007), ou Mészáros (2011), uma crise com caráter cumulativo, crônico e permanente, com a perspectiva de uma crise estrutural, diferente das crises cíclicas tradicionais. Comenta Harvey (2011b, p. 26) que os “efeitos redistributivos e uma desigualdade social crescente” são formas persistentes e resultado estrutural do projeto neoliberal que denotando no limite social um padrão deformador que se aprofunda. Para estes estudiosos, isto ocorre porque as dimensões fundamentais do capital - produção, circulação e consumo, fases necessárias ao ciclo de expansão - sofrem desordens crescentes, fazendo com que diante das contradições intrínsecas ao sistema apresentam uma disposição a repeti-las cumulativamente. Os impasses a ordem de valorização geram aplicação de mecanismos para deslocamento temporariamente viáveis destas contradições, por vezes equivocadamente compreendidos como uma superação definitiva, fato que não tem se concretizado efetivamente.

As crises econômicas revelam o limite da queda das taxas de crescimento do capital tendo como objetivo “racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe” (HARVEY, 2011a, p. 18). Em vista disso, sob o imperativo do lucro e retomada dos fluxos de valorização, a classe dominante aposta na geração de válvulas de escape, ou, mecanismos de deslocamento da crise, que por exemplo pode se focar no âmbito da circulação, desordenada com o esgotamento da expansão dos mercados. Estas, como lembra Harvey (2011b), buscam a reconfiguração do sistema por um conjunto de programas e instrumentos de ação sociopolíticos que tenta se reafirmar, no contexto contemporâneo, através das propostas neoliberais.

O neoliberalismo pôs ao chão a política econômica do Welfare State retomando valores ideológicos liberais clássicos, como a ampla liberdade de mercado sem os freios regulatórios do Estado. Para tanto, ousou através de estratégias políticas: desmontar o setor produtivo estatal privatizando o Estado, desregulamentar o mercado e os direitos do trabalhador e ainda promover um insidioso processo de reestruturação da produção e dos processos de exploração do trabalho (ANTUNES, 2007, p. 31). Tão profundamente reverteu as lógicas de interação social que disparou questionamentos sobre a centralidade do trabalho na sociedade julgando-se ver o nascimento de uma nova questão social, em face a expressões originais de desemprego, do empobrecimento e da exclusão social.

Como visto, a conjuntura neoliberal provoca efeitos sociais importantes às questões do cotidiano do homem que trabalha. Dessa forma, se o modo de produção ainda se mantém sob o domínio capitalista, então o que pode diferenciar a conduta neoliberal da conduta

econômica e política usual do sistema, sendo notável que a pragmática neoliberal alterou a vida social e até mesmo foi capaz de subverter o mundo do trabalho, alterar as funções do Estado, suscitando questionamentos como os comentados anteriormente.

O neoliberalismo, conjunto de teorias econômicas e políticas que sustenta a reestruturação produtiva do sistema capitalista, (constitui-se em um conjunto de ideias e proposições para organização do novo padrão de produção capitalista) podem ser considerados como uma reprodução extrema dos princípios ideológicos liberais, ou, como o conceitua Vieira (2015) uma ideologia liberal radicalizada. Estes princípios foram filosoficamente apoiados no Iluminismo²⁰, nascido no século XVII, reconhecido como o século das luzes, por sua abundância de pensadores que romperam com o pensamento medieval. Difundia particularmente o reconhecimento da razão (consciência crítica) e da liberdade, valores apropriados pela ideologia liberal burguesa, reelaborada e defendida por pensadores clássicos como Adam Smith ou Ricardo. As ideias iluministas ofereceram bases favoráveis ao pensamento renovador burguês. As premissas defendidas delegavam a todos os homens direitos naturais invioláveis: direito à vida, à liberdade e à propriedade. Ao fim do feudalismo, estes direitos passaram a ser como princípios mediadores das relações sociais, mistificando a posição de igualdade e liberdade entre os homens. Em crítica, a dominação material imposta pelo sistema e falsidade de seus dogmas, Marx muitas vezes desconstrói os valores difundidos pela sociedade liberal burguesa, assinalando com precisão uso enganador destes elementos - “Na livre concorrência, não são os indivíduos que são liberados, mas o capital [...] A livre concorrência é o desenvolvimento real do capital” (MARX, 2011, p. 872). Assim, distante do sentido emancipador dos princípios iluministas, constituída por substância ideológica ajustada, o sistema capitalista conjuga lógicas maleáveis (embora não afastadas daqueles valores iniciais) e premissas econômicas de controle social. Entre estas, o neoliberalismo em meio à instabilidade estrutural contemporânea, surge uma resposta classista, uma nova ortodoxia que mantém suspensa a contradição fundante do sistema “a produção socializada e a apropriação privada da riqueza” (MOTTA, 2009, p. 3).

O neoliberalismo mostrou-se a alternativa exequível para o restabelecimento econômico mundial, após o Consenso de Washington. Realizado, em novembro de 1989, o evento reuniu na capital federal americana, funcionários do governo norte-americano e das

²⁰ Segundo o Dicionário de Filosofia - ILUMINISMO (in. Enlightenment; fr. Philosophie des lumières; ai. Aufklärung; it. Illuminismo). Linha filosófica caracterizada pelo empenho em estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana. Nesse sentido, Kant escreveu: "O I. é a saída dos homens do estado de minoridade devido a eles mesmos. Minoridade é a incapacidade de utilizar o próprio intelecto sem a orientação de outro. (ABBAGNANO, 2007, p. 534-535)

instituições financeiras internacionais ali sediadas, como o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (BATISTA, 1994, p 5). O importante encontro serviu para diagnosticar e dar apoio afirmativo às ações empreendidas pela estratégia neoliberal, em alguns países latino-americanos, em particular o Chile. Neste sentido, o Consenso de Washington foi decisivo para o reconhecimento das premissas neoliberais, porque embora o “formato acadêmico e sem caráter deliberativo *agrupou* num conjunto integrado, elementos antes esparsos e oriundos de fontes diversas” (BATISTA, 1994, p. 6), unificou estratégias, obteve opinião favorável e formatou as expectativas do governo norte-americano para ganhar respaldo as suas recomendações. Nestas condições o neoliberalismo é apresentado e aceito como a resposta a uma “série de idas e vindas e de experimentos caóticos” que tencionava reverter a persistente negatividade econômica internacional iniciada com a crise de 1970 (HARVEY, 2011b, p. 23). Ao analisar o encontro²¹ entre autoridades internacionais em Washington, o ex-diplomata Paulo Nogueira Batista, reitera:

Não se tratou, no Consenso de Washington, de formulações novas, mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências. Um consenso que se estendeu, naturalmente, à conveniência de se prosseguir, sem esmorecimento, no caminho aberto. (BATISTA, 1994, p. 5)

Com o endosso, a ordem neoliberal arrastou irresistivelmente as plataformas políticas e econômicas no mundo, promovendo a necessidade candente de reestruturação do modelo produtivo. Em síntese, as propostas de reordenação continham dez orientações básicas, em operação que deveria obedecer às linhas mestras do planejamento neoliberal que, segundo Batista (1994) foram: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); direito à propriedade intelectual. Neste sentido, as articulações circundadas pelo poder hegemônico instituem marcos ideológico, econômico e político para a

²¹ O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington".[...] O ideário neoliberal já havia sido contudo, apresentado de forma global pela entidade patrocinadora da reunião de Washington - o Institute for International Economics - numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America*, de cuja elaboração participou, entre outros, Mário Henrique Simonsen.

efetivação daquelas orientações introduzidas pelos organismos internacionais. Portanto, o neoliberalismo emerge como um “esquema integral geopolítico *que promove* a violência política, militar, ideológica, jurídica e estatal” (CARDENAS, 2015, p. 7 – tradução e grifo nosso) sinalizando um período diferenciado do desenvolvimento social.

Na dimensão ideológica o neoliberalismo impregnou o mundo de uma postura competitiva e individualista impondo à sociedade e aos seus cidadãos a responsabilidade da conquista do bem-estar-social e acesso aos bens socialmente produzidos, seja pelo esforço pessoal e disposição ao trabalho. Os padrões neoliberais não contestam a desigualdade social, mas assume postura conservadora onde uma “sociedade de iguais é antinatural e prejudicial à construção de uma igualdade de oportunidades que torna os indivíduos responsáveis por seus erros e sucessos, *assim como* pela punição ou recompensa a receber” (PEREIRA, 2017 – grifo nosso acrescido). Direciona-se por sistema de proteção social mínimo com foco na satisfação das necessidades de lucro do capital, afora a prioridade de satisfação das necessidades humanas como direito.

Na dimensão econômica promoveu a reorganização produtiva, com a formação de grandes oligopólios e crescente atividade financeira especulativa, medida artificial para ganhos de capital, além de promover a reestruturação produtivo-tecnológica apoiada na radical transformação do mundo do trabalho que converteu o trabalho e submeteu o trabalhador ao consumo exponencial do seu potencial de produzir valor. Identificando a precarização do homem-que-trabalha, Alves (2012) revela que a exploração constitui um novo parâmetro para o consumo da força de trabalho focado na radicalização qualitativa do trabalho estranhado. Determinação capaz de desestabilizar nos indivíduos o ser genérico e em consequência ocasionar significativos distúrbios à saúde de homens e mulheres, ainda que a extraordinária produtividade alcançada no século da tecnologia informacional e da robótica (ALVES, 2012).

Por outro lado, para obter eficácia, o plano neoliberal teve de contar com elemento muito específico na estrutura social que atua no contingenciamento da proposta oferecendo o suporte indispensável à reorganização dos padrões de acumulação, pois é este elemento que realiza aquilo que as instituições supranacionais (organizações materiais que multiplicam o domínio do capital) não são capazes de estabelecer em espaços geopolíticos soberanos (BEHRING, 2009a, p. 5). Esta afirmação tende a admitir de modo definitivo uma tendência na conduta do Estado, uma inclinação no modo de mediar, regular e operar na vida social, dando margem a um posicionamento parcial às questões de exigem o gerenciamento do interesse coletivo, ao contrário do pressuposto das teorias clássicas que defendem o conceito

de Estado como um ente neutro, imparcial atuando para o bem comum, referido por Bourdieu (2014, p. 35 - 36) como o “ponto de vista dos pontos de vista em um plano mais elevado”.

Essencialmente para Marx e Engels, o Estado é o resultado das elaborações sociais condicionadas ao um tempo histórico, um poder que não expressa “a realidade da ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão, como afirma Hegel” (ENGELS, 1984, p. 191). O Estado, isto sim, nasce como poder delegado para assegurar a guarda das riquezas individuais e como potência de ordem e de contenção às lutas classes. Produto do conflito entre classes tem a face identificada à classe dominante (Ibidem, p.193). Assim, entende Marx que a sociedade burguesa enquanto manteve o controle sobre o modelo econômico “conquistou, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno”, manifestando suas funções e atribuições como “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX, 1999, p. 14 - 15). Esta função tendenciosa do Estado, para pensadores como Lenin (2011, p. 37), representa que a subsistência deste modelo de regulação social sobrevive à impossibilidade de solucionar os antagonismos existentes entre capital e trabalho. À vista destas afirmações fica compreendido que o Estado constituiu-se socialmente a partir de uma premissa dicotômica, em que a dualidade de interesses produz a função estatal e a função é um exercício de moderação pendendo inexoravelmente para o interesse da classe hegemônica.

Por dentro da teoria do Estado burguês há uma concepção intelectual que amplia a leitura histórica marxista sobre as estruturas sociais que compõe a sociedade, nela o Estado e as forças que rivalizam espaço de poder em seu interior. A sociedade política e a sociedade civil²² na visão de Gramsci são esferas que correspondem juntas a superestrutura, ou, ao Estado ampliado. Esta duas esferas têm papel conjunto na formulação das relações de poder, onde as classes sociais articulam ações para exercício da hegemonia – é no âmbito da sociedade civil que se trava entendimentos/lutas para ganhar posição a partir do consenso, enquanto por intermédio da sociedade política que se executa estratégias de dominação através da coerção (COUTINHO, 1992, p. 77-78). A composição da sociedade civil de Gramsci denota um avanço na compreensão das relações dialéticas entre infraestrutura e superestrutura, em razão a totalidade da estrutura social observada por Marx.

²² As duas esferas de Estado ao qual se refere Gramsci são compostas, segundo Carlos Nelson Coutinho, pela: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de estado em sentido estrito ou de Estado coerção) que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc) (COUTINHO, 1992, p. 76 - 77 – grifos do autor)

O teórico italiano examina a sociedade civil e situa aí novos elementos que interagem e realizam a mediação entre a estrutura econômica (infraestrutura - forças produtivas para Marx) e o Estado-coerção (superestrutura - para Marx composto pelo Estado, as religiões, as artes, etc). Estes elementos são organismos ou instituições sociais que se agrupam em torno de ideias ou assuntos de interesse e que entram em associação e/ou disputa para ocupar os espaços de decisão na sociedade (COUTINHO, 1992, p. 77-78). Destaca-se desta maneira, a identificação de novos e mais complexos mecanismos organizativos/institucionais no âmbito da sociedade civil que tomam o poder estatal, mantendo o controle interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos privados (partidos, sindicatos, associações, conselhos) conferindo o predomínio de certo padrão de pensamento que molda e fundamenta as ações do Estado.

Embora Marx, não tenha previsto a diversificação dos elementos que comporiam a sociedade civil de Gramsci, onde floresce o campo de lutas ideológicas, o filósofo alemão compreendeu que historicamente o pensamento hegemônico é reflexo da dominação conjunta do campo material e espiritual da sociedade. Assim, a ideologia de classe é a manifestação das relações materiais dominantes em forma de pensamentos, ou, nas próprias palavras de Marx (2001, p. 48-49): “ideias de sua dominação”, ou ainda, “ideias dominantes de sua época”. Uma vez que, os sujeitos da classe dominantes sendo seres racionais elaboram ideias sobre seu contexto, ideias que regem os movimentos concretos neste domínio.

Em conclusão, para Marx a sociedade civil é a “verdadeira sede, o verdadeiro palco de toda história” onde se efetua historicamente a sociedade, afirmando-se no exterior como nacionalidade e organizando-se no interior como Estado (Idem, 2001, p. 33). Portanto, como realização das relações sociais, o Estado é consequentemente produto da sociedade, influenciando e sendo influenciado, neste ambiente de trocas recíprocas, onde circulam as ideologias ou conjuntos de valores que acompanham e determinam a atuação do Estado. Dessa forma, quando se realiza a análise sobre o papel do Estado na evolução das relações sociais e de como sua função converge e se adapta a filosofia vigente, deixa mais explícito as tendências da sua atuação. As iniciativas estatais têm sido fundamentais em todos os períodos de desenvolvimento capitalista, mais notadamente neste momento em que as contradições do sistema têm gerado impactos decisivos ao fluxo de valorização do sistema sobrecarregando as estruturas sociais a ele cingidas.

O modelo de Estado intervencionista reservou as políticas econômicas e sociais um perfil regulatório, do qual a reestruturação proposta pelo projeto neoliberal precisou se desvencilhar. O projeto amparado pelas “teorias do planejamento estatal centralizado” se posicionou em desacordo com o princípio central, mantido no poder e nas restrições impostas

pelo Estado aos negócios na esfera privada, em detrimento às ações independentes e livres do mercado (HARVEY, 2011b, p. 30). As soluções para a desaceleração da economia passavam ao largo deste poder e, ao contrário dele, seria necessário reduzir a influência dos organismos estatais e as práticas políticas que exercia. Fórmula de governo prescrita e adotada pelo Estado socialdemocrata, da Inglaterra, da década de 1970 (Ibidem, p. 32). No país britânico, a transformação das relações do Estado com o mercado e os trabalhadores, em razão de sua significância e arrojo, teve de ser construída a partir do consentimento da população por meio da efetivação de um senso comum, visto a cultura democrática e a solidez da sociedade civil. Por outro lado, em territórios nacionais de economias periféricas e elites comprometidas com o capital internacional, a alternativa à reorganização do padrão de acumulação se impôs por um método agressivo e coercitivo visto no arbítrio das ditaduras no Chile e Argentina na década de 1970 (Ibidem, p.49). O fato é que a construção do consenso social, como estudado por Gramsci, para a ascensão do ideário neoliberal, em dada circunstância se torna uma opção para o sistema, pois para aplicação do receituário de superação econômica houve necessidade de redefinir acordos e de revogar avanços assegurados pelas políticas sociais e os marcos regulatórios de proteção ao trabalhador. Para tanto, o programa mobilizou instituições da sociedade civil para criar alianças, conquistar apoios e divulgar sua premissa ideológica contra o Estado cerceador da livre iniciativa. A sedução de boa parte dos meios de comunicação e a atração de intelectuais à causa auxiliou a conformação da opinião pública e o estabelecimento de disposições favoráveis ao neoliberalismo como meio de ajustamento à nova ordem social (Ibidem, p. 50). A propaganda ideológica que transformou o Estado em responsável pelas mazelas sociais (econômicas, sociais, políticas e culturais) conquistou para si reivindicações populares que afloram em todos os recantos do globo, favorecendo o campo para à manipulação política do Estado em proveito do grande capital.

Nesta perspectiva, Wacquant (2012) sustenta que o neoliberalismo é uma doutrina econômica não invasiva e centrada no mercado com um contexto político tangível, cuja base institucional articulada é representada pelo Estado, o mercado e a cidadania. Articulação de dimensões sociais onde as dinâmicas propostas “aparelha o primeiro para impor a marca do segundo a terceira” (WACQUANT, 2012, p. 510). O autor, dessa forma reafirma o papel decisivo do Estado para expansão do mercado e efetivação de suas demandas determinada pela indispensável função reguladora que o caracteriza. Assim, ao contrário de deixar de influir na atividade produtiva via dimensão política, o Estado faz uso de seu poder para adequar regras econômicas convergindo para a adaptação da sociedade às mutações que o padrão produtivo estabelece a cada queda de lucratividade.

O papel do Estado no processo de produção e reprodução social desmistifica o valor depreciativo que o próprio sistema propaga sobre o Estado. Colabora com esta reflexão a observação de Wood sobre o projeto societário atual e o sistema capitalista. Para a autora, em última análise, o sistema precisa de estabilidade social, jurídica e administrativa para obter sustentação e este tipo de regulação minuciosa que o sistema requer têm sido fornecidos pelo Estado territorial (WOOD, 2014, p. 138). Na mesma linha de análise, Behring (2009a, p. 9) sustenta a função imprescindível do Estado para o sistema capitalista, decididamente nos ciclos em que há estagnação econômica. Seguindo por este exercício dedutivo conclui-se que se é no ciclo descendente de valorização do capital em épocas particularmente críticas, a atuação estatal tende a ser agente mobilizador da reação capitalista. Logo, a difundida imparcialidade do Estado poucas vezes aconteceu na história moderna, porque ao final, como afirma Nogueira (2003, p. 191 - 192) a sociedade civil, espaço onde se poderia compactuar e formular projetos de sociedade e possibilidades de novas sociabilidades “não é hoje hegemônica: não é capaz de dirigir”, nem se impor como projeto societário alternativo.

Por outro lado, Mészáros (2011, p. 1078) entende que em razão da recente e grande crise estrutural, se avizinha a possibilidade modificação do projeto de sociedade. Para tanto, refere que isto somente pode se efetuar inicialmente na “arena política propriamente dita”, assim para fugir a uma reedição do passado econômico e a inércia política-institucional, a ação não se limita estrita aos espaços institucionais. A opção então,

[...] é utilizar os potenciais crítico -liberadores inerentes ao momento historicamente favorável à política socialista, bem como tornar suas metas radicais uma dimensão permanente do corpo social como um todo, defendendo e difundindo seu próprio poder transitório através de uma efetiva transferência de poder para a esfera da autoatividade da massa. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1078)

Os autores, Nogueira e Mészáros observam que é do íntimo da sociedade, que deve vir à tona discussões, acordos e articulações que formam oposição democrática e popular para enfrentamento ao projeto societário hegemônico vigente. Para estes o marco inicial de um novo paradigma social é a classe que em movimento estabelece a direção e a força necessária à definitiva superação de um modo de viver.

Neste ínterim, impulsionado pelo receituário de organismos econômicos internacionais, a nova face do Estado se apresentou como referência para governos em todo o mundo. O realinhamento produtivo instado pelo neoliberalismo provocou alterações profundas na organização administrativa dos governos. Como visto a contrarreforma do Estado junto a reestruturação produtiva e a ofensiva ao trabalho formou nos padrões de

acumulação atuais um conjunto de medidas fundamentais à retomada do padrão de lucratividade e dos ganhos do capital com feição global. As iniciativas mobilizam forças no interior do Estado para “liberar, desimpedir e desregulamentar a acumulação de capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social da ‘lógica democrática’, passando para a lógica da concorrência do mercado” (MONTAÑO, 2002, p. 29). Neste sentido, entre tantas recomendações oriundas do receituário econômico referendadas pelo FMI e o Banco Mundial, Cárdenas (2015) elucida as propostas que planejaram e orientaram a reestruturação dos Estados nacionais:

Como forma de governo, o neoliberalismo baseia-se em valores corporativos como a competência, o interesse, a descentralização, a deslocalização, o fortalecimento do poder individual e as limitações dos poderes centrais. Estima-se que as instituições do Estado devem operar sob os parâmetros de competência, eficiência e eficácia das empresas privadas e que, em vez de promover o bem comum ou o desenvolvimento da sociedade civil e da justiça social, o governo deve promover a transformação da mentalidade burocrática e substituí-la por visões empresariais para garantir o mercado livre. Os funcionários do governo não devem se ver como garantidores do bem público, mas como participantes responsáveis no funcionamento do mercado. (CÁRDENAS, 2015, p. 7)

Como discutido por Harvey (2011b), as iniciativas de reordenamento econômico perpassadas pela reforma do Estado foi assumida inicialmente por países centrais, como a Inglaterra, em 1979, e os Estados Unidos da América, em 1980. No Brasil, o alinhamento econômico baseado nas propostas neoliberais foi assumido gradativamente, a partir de 1990, com a posse do primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura militar. As ações chegaram associadas à crença de absoluta necessidade de modernização do país, em campanha eleitoral que se apropriam simbolicamente da esperança no enfrentamento às questões recorrentes a nação como à inflação e às históricas desigualdades sociais no país dos descamisados e dos marajás, enquanto trabalhava para conservar os interesses das oligarquias políticas e da elite nacional. O próximo governo toma posse, em 1995, marcado pela substituição da administração do presidente impedido constitucionalmente. O presidente com respaldo das urnas implementa sem restrições a contrarreforma do Estado, pairando na órbita dos fluxos reestruturantes do capital. Em última análise, as iniciativas do governo para oferecer continuidade às reformas estruturais, viabilizou a execução de ações extremas para “a manutenção da dominação tradicional efetuando a transnacionalização radical da economia nacional” (SOUZA FILHO, 2000, p. 9). Em análise sobre este período de reformas, Evaldo Vieira (2015) ressalta que o governo rendeu-se ao esperado pelos organismos internacionais, governando mais para o exterior e menos para o país deixando aos brasileiros um legado

contrário às expectativas de renovação política e econômica: “Reformou-se, reformou-se, e o catastrófico modo de fazer política no Brasil e a miséria social ampliaram-se com o extenso crescimento demográfico entre os pobres” (VIEIRA, 2015, p. 678). O saldo deixado para o país foi o legado de um novo Estado para uma nova era de barbárie social²³.

A modernização do país defendida pelos governantes pautou a inserção do Brasil na vanguarda da economia mundial, para tanto, os planos de governo indicavam ser necessárias tanto reformas na ordem econômica e financeira quanto uma reforma administrativa²⁴. Dessa maneira, plano de governo ganha impulso com base no acordo efetuado junto aos órgãos financeiros internacionais para ajuste da dívida externa. Acordo exige em contrapartida o alinhamento formal do país à agenda neoliberal, com a ampliação da austeridade fiscal, a dinamização das privatizações e a execução das reformas institucionais. A preconizada reforma institucional tem marco inicial, em 1995, através da Medida Provisória nº 813/95, que previu a alteração da Secretaria de Administração Federal, para Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), espaço governamental de planejamento e execução das ações de reorganização estatal conduzido por Luiz Carlos Bresser Pereira. A Proposta de Emenda Constitucional 173/95, lançada no mesmo período da medida provisória e viabilizada pela Emenda Constitucional 19/98, modifica o capítulo da administração pública, acrescenta normas às disposições constitucionais gerais e estabelece normas de transição. De maneira geral, altera a estabilidade do servidor no serviço público, as remunerações e o regime jurídico dos servidores, permite celebrar contratos de gestão, a flexibilização na gestão das estatais, a descentralização administrativa para estados e municípios, o controle social da administração pública, reaplicação dos recursos com a economia de despesas em cada órgão ou entidade. (BRASIL, 1998).

A adoção de novos parâmetros na administração estatal e o florescimento do gerencialismo no Estado brasileiro surge em meio ao “intenso debate sobre a crise de governabilidade e credibilidade do Estado na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990” (PAULA, 2005, p 37-38). No país, as discussões promoviam uma combinação de

²³ Segundo Giovanni Alves (2011) - A “barbárie interior a civilização do capital” ou barbárie histórica pode ser identificada com os modos de brutalidades que vigoram nas sociedades de classes (guerras, massacres, degradação humana e destruição em massa). O capitalismo histórico como a sociedade de classes mais desenvolvida, reiterou, em escala planetária, brutalidades terríveis a serviço da expansão do capital. Por exemplo, nas etapas do colonialismo e imperialismo, os atos de brutalidades são inomináveis, expondo com vigor a concepção de Marx da “barbárie interior a civilização do capital”. Deste modo, a barbárie que ressurgiu no interior da civilização burguesa aparece como “barbárie histórica”. Disponível em: <http://bit.ly/2CaSvOz>. Acesso em 02/01/2018.

²⁴ A reforma do aparelho do Estado era circunscrita a reforma do Estado que abrangia diversas áreas do governo e também a sociedade brasileira. (VIEIRA, 2015, p. 663)

ideias que incorporava ao debate a necessidade de recuperar o tempo de desenvolvimento econômico e social perdido²⁵, efeito propagado da ineficiência do Estado. Ineficiência relacionada a sua incapacidade: de manter equilibrada as contas públicas devido a constância dos déficits públicos; de controlar a situação fiscal em deterioração; de inviabilizar pela regulação de mercado o desenvolvimento econômico tecnológico; de fracassar no combate a inflação, etc.. Por outro, defendia a importância de reformar as bases estatais para acertar o passo da sociedade ao ritmo da modernidade e da competitividade no mercado globalizado. As discussões sobre o papel do Estado no contexto da crise emergiram dos efeitos institucionais e sociais acumulados historicamente ao longo do desenvolvimento da nação brasileira. Em que pese o nascimento dos valores clientelistas, patrimonialista e fisiológicos retratados na política, resultado do modelo de sociedade nacional vincado na escravatura e no poder de uma elite conservadora, não se trata de um debate vazio de conteúdo. Desse modo, as reformas defendidas se pautavam em problemas concretos que foram assimilados com astúcia pelo projeto de contrarreforma encarando o problema de lucratividade e do padrão de acumulação do capital a partir da realidade brasileira. A assertiva ideológica trabalhava a “globalização” como rota irreversível a economia, principalmente ao aparelho estatal que se apresentava inadequado aos princípios dinâmicos, flexíveis e transnacionais indispensáveis para elevar as nações ao patamar das economias de ponta. (NOGUEIRA, 2011, p. 45 - 50) O governo nacional, dessa forma compromete-se a seguir o exemplo “exitoso” dos países desenvolvidos como afirmava o presidente brasileiro, na Apresentação textual da edição do Plano Diretor da Reforma do Estado.

É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. É preciso reorganizar as estruturas da administração com ênfase na qualidade e na produtividade do serviço público; na verdadeira profissionalização do servidor, que passaria a perceber salários mais justos para todas as funções. Esta reorganização da máquina estatal tem sido adotada com êxito em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento. (BRASIL, 1995)

²⁵ A referência ao tempo perdido se estabelece e é conceituada, segundo Gilberto Maringoni da revista *Desafios do Desenvolvimento*, editada pelo IPEA como um período que referente a década de 1980. “Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como “a década perdida”, no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores.” Disponível em: <http://bit.ly/2pNIDtN> Acesso em: 27/12/2017.

A apresentação do Plano Diretor materializada nas palavras do presidente exibiu a proposta elaborada pelo governo para promover o desenvolvimento do país desatrelado às forças que o imobilizaram. A proposta se sustentou na emergência de um consenso político nacional²⁶ fundado em aliança social-liberal (PAULA, 2005, p. 38), no qual se formulou um projeto amplo de contrarreforma do Estado. A reforma do aparelho do Estado para o governo federal deveria proporcionar a superação dos entraves históricos da administração burocrática avançando para anulação dos impedimentos e a fluência das relações de mercado nos padrões da administração gerencial.

Neste sentido, torna-se relevante compreender a trajetória da administração pública brasileira para melhor diferenciar os contextos em que se processa a organização do trabalho especificamente no âmbito da administração pública municipal, assim identificar neste locus de trabalho a geração de requisições e cenários laborais próprios. Partindo-se do pressuposto que estas transições organizacionais e processuais de trabalho podem repercutir na saúde dos servidores públicos investigados. Pois é no ambiente concreto das realizações políticas do Estado que se desenha a relação do público com o privado mediado pelo trabalho do servidor público organizado e processado com base num sistema de ordens e poder.

A estrutura burocrática (aparato técnico-administrativo e profissional) surge no Estado moderno para cumprir as funções delegadas e pactuadas (normas e condutas ordenadas) pelo conjunto político para pensar e agir nas interrelações cotidianas. Sobretudo, a burocracia é produto de relações sociais históricas determinadas, onde ambos, Estado e burocracia, exprimem uma forma política de dominação de classe. Analisando a burocracia Kovács (1972, p. 41-42) enfatiza que, para Marx, a burocracia é uma relação social essencial e não um fenômeno causal que encontra solução na racionalização da gestão, em geral incapaz de resolver os confrontos permanentes entre a realidade e os princípios administrativos. Salienta que enquanto os assuntos de interesse social foram monopolizados por uma organização distante da sociedade será inviável suprimir o papel de domínio e de controle social exercido; para tanto, seria necessário a modificação das relações sociais de produção para promover a autonomia ou a autogestão dos indivíduos. Por sua vez, Weber entende que a burocracia se caracteriza, pela natureza técnico-científica e profissional, pela regulamentação e pela impessoalidade e a legitimação da autoridade. Sustenta Souza Filho (2006, p. 94) que “a

²⁶A despeito de podermos contar o início da reforma brasileira a partir dos governos Collor e Itamar (1990/1994), é no governo do presidente Cardoso que se efetiva uma proposta fundamentada teoricamente e determinada a ser cumprida. Dispondo de governabilidade, eleito pela coligação de grandes partidos nacionais, o PSDB e o PFL, com rápida adesão do maior partido brasileiro, o PMDB, o presidente implementou com empenho a reforma do aparelho do Estado. (GURGEL, 2017, p. 162)

burocracia é a expressão da administração capitalista, na medida em que define racionalmente o emprego econômico e adequado dos recursos para atingir os fins da expansão do capital.” A função utilitarista visualizada por Souza Filho está aliada ao caráter conservador da burocracia hegemônica, interpretada por Kovács (1979, p. 72) no vínculo das decisões centralizadas aos princípios autoritários que se apoiam em obediência manipulada onde o descumprimento das obrigações e procedimentos é passível de punição legal.

Na recente história do Estado brasileiro é possível reconhecer a configuração de três modelos de administração pública: a patrimonial, a burocrática e a gerencial. Embora, seja foco da reflexão a administração burocrática e gerencial, por se tratar das mais recentes configurações organizacionais estatal, a administração patrimonial deve ser abordada por ainda encontrar-se presente nos arranjos políticos e na cultura burocrática do país.

A administração patrimonialista se originou nas monarquias absolutas tendo como pressupostos: a tradição que lega o domínio a uma autoridade sacralizada; a autoridade pessoal que externa o poder arbitrário/compassivo, subjetivo; a obediência que se fixa a regras tradicionais (COSTA, 2012). Estrutura-se na relação entre súdito e monarca contratada em bases de confiabilidade e fidelidade, onde o patrimônio público e os interesses públicos se mesclam ao do soberano. Para Weber: “Tudo é então completamente baseado em "considerações pessoais", isto é, na atitude assumida frente aos requerentes concretos e frente às circunstâncias, censuras, promessas e privilégios que são puramente pessoais” (WEBER, 2002, p. 785). O patrimonialismo no mundo contemporâneo se estabelece como a condição política de apropriação do público pelo privado, subsistindo como costume nefasto a aplicação de decisões democráticas para a consolidação da cidadania. Fato destacado por Costa (2012, p. 50) ao comentar que “essa configuração invadiu os Estados liberais, perpetrou-se como clientelismo e fisiologismo nas democracias representativas e confrontou-se com as demandas da sociedade civil”, subsistindo como modelo arcaico, mas eficaz a propósitos escusos e alheios ao bem comum.

O patrimonialismo no Brasil tem origem na constituição política e econômica social fundada no colonialismo e nos traços escravocratas da sociedade brasileira. Estes traços persistem e influenciam as questões sociais e políticas no país recorrentemente, sob a feição de personalismo, favoritismo, coronelismo e clientelismo. As expressões modernas do patrimonialismo, em especial o coronelismo e o clientelismo referem-se à transferência do poder senhorial para o âmbito público estatal brasileiro representando práticas e estratégias que, embora condenadas pela postura ética que sai em defesa da democracia, ainda sobrevive culturalmente nos labirintos do poder e recantos do território brasileiro.

Ultrapassando uma linha do desenvolvimento social e político da era moderna, a administração burocrática veio contrapor-se ao modelo patrimonialista cuja resposta estava aquém dos parâmetros do Estado feudal. Essencialmente a administração burocrática submeteu o poder e domínio na sociedade a uma relação racional, técnica e instrumental mediada por normas e leis. No entendimento de Weber (2004) a dominação racional-legal se apoia num conjunto sistematizado de regras acordadas e acatadas no âmbito de influência do poder instituído, dessa forma a obediência se efetua mais pelo caráter impessoal das normas e não pela imposição do poder vincado na tradição secular do príncipe. Os elementos que compõe a organização burocrática exprimem qualidades ou características que consistem no próprio sentido racional do domínio. Formas que a distinguem particularmente do patrimonialismo, como por exemplo, a separação entre a propriedade pessoal/privada e a organizacional/pública. Para Weber (2002, p. 212):

[...] a razão decisiva do avanço da organização burocrática sempre foi sua superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma. [...] é análoga a relação entre uma máquina e os métodos não mecânicos de produção de bens. Precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, discrição, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais alcançam o ótimo numa administração rigorosamente burocrática (especialmente monocrática) exercida por funcionários individuais treinados [...]

O avanço citado por Weber entra em sintonia com as necessidades de estruturação administrativa do Estado moderno. Atuando sob o pano de fundo liberal e diante da ampliação dos encargos públicos e da complexidade das demandas sociais a superação do modelo patriarcal se pauta por soluções administrativas mais próximas ao rigor científico, a impessoalidade e a neutralidade nas atividades e mediações sociais, prevendo o controle formal e sistematizado dos processos e do material humano que opera o sistema.

Dessa maneira, no Estado brasileiro, período que se equivale à década de 1930, a ruptura com os padrões clientelistas e coronelistas da política, reflexo da defasada economia agrícola de exportação, trouxe novas estratégias de modernização do país, e junto aquele que seria a primeira reestruturação da administração pública no país (aconteceria novamente em outras duas ocasiões). O modelo administrativo burocrático implantado pelo presidente Vargas, seguia planos de crescimento através de forte intervenção do Estado na economia nacional com a criação de empresas estatais e de conselhos regulatórios na área econômica, para tanto houve estímulos a adequação das rotinas públicas às necessidades desenvolvimentistas e um realinhamento do trabalho no serviço público. Embora, os esforços

de renovação dos costumes administrativos, estes não conseguiram superar as práticas patrimonialistas arraigadas ao processo político-administrativo brasileiro havendo uma simbiose entre o novo e velho hábito. Por sua vez, a segunda reforma instituída no país conseguiu alguns êxitos orientados para maior eficiência e eficácia organizacional com a reformulação de princípios e conceitos de gestão tecnocrata. Mas por se fixar em um período de restrição democrática (a reforma ocorre no ano de 1967, a partir do Decreto-Lei 200/67) os preceitos administrativos por óbvio se adaptaram aos interesses estreitos da ditadura militar (COSTA, 2012) e da elite brasileira envolvida com o estado de exceção. Elite que conjugou interesses próprios à bárbara ação de dominação para a integração do Brasil ao processo de acumulação ampliada do capital internacional.

O gerencialismo, no marco da terceira proposta de reformulação da administração pública brasileira, segundo sintetizam Misoczky, Abdala, e Damboriarena (2017, p. 187) foi a “racionalidade que justifica e propõe a reprodução da lógica de mercado em todas as dimensões da vida associada, operando como uma matriz teórico-ideológica subsidiária do neoliberalismo, com uma função organizadora das práticas sob a égide do mercado.” Esta racionalidade demarcou o campo da nova gestão pública visceralmente enraizada na ideologia “liberal radicalizada” (VIEIRA, 2015). Encontrou acolhida franca nas aspirações de governo social-liberal, pois segundo o autor do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado brasileiro é para os braços do sistema que a Plano deveria seguir: “O mercado é certamente um mecanismo maravilhoso. Não tenho restrições à ideia de que todas as reformas econômicas devem ser orientadas ao mercado” (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 17). Dobrou-se, o governo a retórica neoliberal, sob a justificativa de imprimir ao país o crescimento sustentado da economia, sem, no entanto, considerar as necessidades e objetivos reais para a mudança nos parâmetros burocráticos, nem tão pouco dimensionar o abalo da retração do Estado sobre extratos sociais e ao bem público.

O objetivo dos mentores brasileiros do Plano era assegurar diretrizes de governabilidade que garantisse a aplicação e a legitimação das formulações originais do trabalho de reforma delineado pelo governo. O Plano Diretor da Reforma do Estado, para tanto seccionou o aparelho do Estado em quatro setores: o núcleo estratégico; atividades exclusivas; atividades não exclusivas e produção de bens e serviços para o mercado²⁷, identificando nestes campos

²⁷ Costa (2012) detalha os setores, segundo o Plano de Reforma: a) *Núcleo Estratégico*, que corresponde ao governo em sentido lato, responsável pela definição das leis e das políticas públicas, e pela cobrança do seu cumprimento, pelas decisões estratégicas. É representado pelos três Poderes.; b) *Atividades Exclusivas*, que concentra os serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado (regulamentar, fiscalizar, fomentar). É o caso da cobrança de impostos, da polícia, do serviço de trânsito, do controle do meio ambiente,

de atividades do estado prioridades e princípios próprios. Aos princípios acrescenta atributos essenciais que balizam a ação administrativa como a eficiência, a qualidade e a efetividade. Nesse sentido, o planejamento objetivou colocar em movimento três dimensões estratégicas:

[...] a) reforma patrimonial, que se faz principalmente através de processos de privatização e terceirização; b) a reforma fiscal (ou ajuste fiscal), voltada para a redução de despesas e, eventualmente, para o aumento das receitas; c) a reforma gerencial, orientada para o aumento da eficiência dos serviços públicos. (COSTA, 2010, p. 241)

As três ações combinadas partiram do pressuposto do aprimoramento do desempenho do aparelho do Estado. As medidas repercutiram amplamente em todas as áreas do domínio público como, por exemplo, sobre os serviços prestados a população pelas políticas sociais fragilizada com a divisão das responsabilidades estatal com a iniciativa privada, tendo como base as privatizações e as terceirizações. Entretanto, sem discutir com mais profundidade os efeitos para a sociedade da ausência do Estado na tarefa da proteção social, constitui objeto desta análise destacar o fato de que a reforma administrativa nos moldes gerencialista orientada para o aumento da eficácia e eficiência dos serviços públicos trouxe consequências importantes à organização do trabalho, mas indiscutivelmente ao material humano de que é composto o Estado. Os novos parâmetros da administração pública gerencialista reconhecidos por Valle e Leite como “formas esquizoides de trabalho” (2015, p. 178) determinaram o enfrentamento de contextos no serviço público pouco propício a concretização da saúde e da saúde mental dos servidores públicos dada à incompatibilidade entre quantidade e qualidade da atenção prestada a cidadania.

Segundo o plano de reforma do aparelho do Estado é possível distinguir quatro setores (núcleo estratégico; atividades exclusivas; atividades não exclusivas e produção de bens e serviços para o mercado) que possuem características, prioridades e princípios específicos dentro do Estado. Levando-se em conta esta especificidades, tomou-se como referência a reestruturação patrimonial, fiscal e gerencial através de medidas e práticas transversais que modificaram a organização e os processos de trabalhos, seus valores objetivos e subjetivos. Para tanto se obedeceu a finalidade do Plano que nos quatro setores se concentrou em aumentar a governança, limitar a ação do Estado e descentralizar local e regionalmente a ação

do subsídio à educação básica, da compra de serviços de saúde pelo Estado, entre outros; c) *Serviços Não-Exclusivos*, que corresponde ao setor em que o Estado atua junto a instituições públicas não-estatais e privadas, justificando-se por envolver direitos fundamentais (p.ex. educação, saúde) ou economias —externa relevantes (p. ex. universidades, museus); d) *Produção de Bens e Serviços para o Mercado*, que concentra as áreas de atuação das empresas. São atividades que, embora empresariais, permanecem no aparelho do Estado devido ao seu valor elevado de investimento (p. ex. infraestrutura).

do Estado. Dessa maneira, a ação concreta e objetiva de reestruturação dos setores da administração pública produziu na dimensão patrimonial as privatizações e terceirizações impelindo a fragmentação e empobrecimento dos serviços prestados à população. Como também segmentou os propósitos do trabalho, ocasionou a fragilização da proteção normativa do trabalhador, precarizou as condições de trabalho para um contingente de trabalhadores que executam as tarefas do Estado. Na dimensão fiscal a reforma atuou no sistema previdenciário, ocasionando o cerceamento dos direitos adquiridos na Constituição de 1988. Entre os direitos revogados ou alterados estavam o fim da obrigatoriedade do regime jurídico único, a implementação do caráter contributivo para todos; a flexibilização da estabilidade dos servidores estatutários; a limitação rígida da remuneração dos servidores públicos; o limite de idade e carência para fins de aposentadoria; a eliminação da isonomia como direito; a proibição de acumulação entre aposentadorias e salários. A alteração das regras previdenciárias rebaixa a condição do servidor público levando à gradual precarização do trabalho favorecendo a insegurança e a vulnerabilidade no trabalho. Na esfera gerencial a implementação de ferramentas, métodos e planos de produtividade e metas com base em indicadores de desempenho e de eficiência (BRASIL, 1995), transfere ao servidor estatal a proletarianização de sua condição com a intensificação e a sobrecarga de trabalho, acentuada na conjugação das medidas fiscal e patrimonial executadas pelo Plano de Reforma.

Visto pelo senso comum como o problema nacional a ser solucionado e como ideia utilizada para adesão popular a reconfiguração estatal, a imagem negativa do servidor público justificou as mudanças que atingiram este trabalhador e o Estado. A ofensiva contra revolucionária do capital, no entendimento de Misoczky, Abdala e Damboriarena, (2017, p. 188) “se posicionou na verdade contra o trabalho.” Ao fundo, a finalidade da contrarreforma, enquanto estratégia vinculada a ideologia liberal radical foi um esforço para a restauração do poder de classe, em oposição ao poder da classe trabalhadora (HARVEY, 2011b, p. 72) com base e por dentro do aparato burocrático.

Embora, o mentor do Plano de Reforma do Estado tente afastar sua proposta de vitalização do Estado do projeto liberal radicalizado e “professe a originalidade de suas proposições” (MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 190) com o distanciamento dos conceitos da Nova Administração Pública²⁸, o plano não pode ser

²⁸ Nova Administração Pública – NAP, teoria unificadora, geral e normativa - se dissemina a partir dos países centrais anglo-saxões, com apoio das agências internacionais de financiamento e cooperação - e suas prescrições (visão gerencial de Estado, ênfase nas relações contratuais, privatizações, cidadão-cliente, descentralização, gestão por resultados, flexibilização das relações de trabalho, articulação entre público e privado e empreendedorismo como valor, entre outras) funcionam como matriz para processos de reforma

desligado da influência dos governos centrais capitalistas e a todo ordenamento de práticas orientadas para modificar o papel estatal na retomada e fruição de acumulação de valor. Fato que autores como Souza Filho (2006, p. 302) defendem explicitamente ao inferir que o propósito do gerencialismo é em qualquer caso a identificação da administração pública com administração privada.

Desta maneira, no conjunto de propostas que renovaram a gestão do Estado se percebe uma parcela focada em equiparar as solicitações do novo mundo do trabalho à função pública ao comum da exploração do trabalho assalariado no padrão produtivo atual. No sentido de não bastar à contrarreforma provocar a ausência do Estado frente às necessidades sociais. O receituário hegemônico ao esfacelar os serviços e bens produzidos para a cidadania renovou os antagonismos de classe reproduzindo no ambiente estatal a exploração e precarização no trabalho. Desta maneira, desprezou as particularidades e finalidades da função públicas solapando conquistas e direitas deste coletivo de trabalhadores indispensáveis à execução da tarefa pública para a sociedade.

A rápida análise dos modelos administrativos utilizados pelo poder público demonstra que houve estímulos históricos comuns à organização estatal, ou seja, elegeram-se parâmetros administrativos condizentes e moldados às necessidades de desenvolvimento e expansão capitalista no país. Dessa forma, o exercício que resgata a progressão da administração burocrática no país auxilia a compreensão sobre a influência que o paradigma gerencial trouxe a organização e gestão de processos do trabalho no serviço público. E no limite da atividade a aferir a resposta à saúde dos trabalhadores. Prevê-se ainda, na expressão da saúde do quadro funcional, uma dinâmica fortemente vincada pelo poder hierárquico ou político que pode contribuir para a materialização de um ambiente propício a realização profissional, ou, o desencadeamento fatores que originam sofrimento no trabalho, diante da complexidade da atividade profissional no âmbito do Estado.

Para tanto, a nova administração pública implantada no âmbito federal precipitou o realinhamento do Estado e tomou de assalto todas as esferas de governo brasileiro. No primeiro momento a administração municipal da cidade de Porto Alegre assimilou a mudança das regras e normatizações redefinidas pelo poder federal aplicada na reforma Estado iniciada em 1995, com o Plano de Reforma do Estado. No entanto, as forças políticas partidárias que dariam início a comutação do modelo burocrático baseado na produtividade na gestão pública municipal seguiram outro ritmo ao federal.

implementados, com nuances decorrentes de especificidades nacionais e momento histórico, desde os anos 1980. (PUELLO-SOCARRÁS apud MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017)

O cenário municipal à época da contrarreforma do Estado brasileiro apresentou particularidades que o diferenciou do momento político nacional dotado de ideias reformistas conservadoras que incluíam a adoção de parâmetros gerencialistas na administração federal. A direção política no Brasil após a ditadura foi articulada para ajustar a permanência dos representantes políticos da elite brasileira na esfera de poder do Estado. Para tanto, conciliaram-se forças para responder e anular o crescimento dos movimentos de esquerda que se organizaram durante o período de arbítrio, ao mesmo tempo em que se manejaram os anseios populares por democratização com discurso de ampliação da cidadania e da justiça social. Dessa forma, os governos que se sucedem ao de Tancredo Neves/José Sarney – 1985 a 1990 (eleito pelo voto indireto, através de Colégio Eleitoral composto por deputados e senadores federais) dá início a fase de consolidação democrática. Os governos de Fernando Collor de Mello/Itamar Franco (1990 a 1995 – primeiro presidente eleito por voto direto, após a ditadura militar), e mais tarde, Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), a partir de forças ligadas ao ideário neoliberal, impuseram medidas para modelar o papel estatal na economia. Ao contrário, na esfera municipal, a vontade popular posicionaria o governo sob a vertente política partidária vinculada a tradição trabalhista de Leonel Brizola ao eleger o primeiro prefeito eleito por voto popular, em 1986. O fenômeno de ruptura popular com as elites políticas conservadoras no município vai se perpetuar por quatro mandatos seguidos, de 1989, até o ano de 2005, com a ascensão e reeleição de prefeitos vinculados ao Partido dos Trabalhadores. Inaugura-se na administração municipal uma tradição de governos de esquerda e de cunho trabalhista por quase 20 anos ininterruptos. Destaca-se que a partir da posse de Olívio Dutra, em 1989, evidenciou-se uma prática de gestão diferenciada que inverteu as prioridades de governo, incluiu a cidadania nas decisões de interesse público e valorizou as causas populares imprimindo a participação da população e da sociedade civil na negociação e deliberação de agenda política municipal. A nova cultura de gestão política e econômica adotada pelo governo municipal trouxe uma alteração significativa no exercício da cidadania e delegou uma identidade democrática positiva à esfera pública, onde a priori o fortalecimento e valorização dos servidores municipais transitou pelos espaços de trabalho.

Após quatro mandatos consecutivos na prefeitura de Porto Alegre, os nós conjunturais aplicados pelo sistema de mercado às esferas econômicas e políticas regional e nacional não puderam ser superados no âmbito municipal acarretando o acirramento das mazelas sociais gerando para o governo trabalhista desgaste político partidário junto à população. O desgaste efetivou, ao final do longo tempo no poder, o desejo popular de outros rumos a administração municipal. Em 2005, assume a prefeitura uma vertente política que converge para o projeto

societário neoliberal e a defesa do modelo gerencialista na administração pública apostando na gestão de padrões modernos, qualificados e eficientes de serviços para a cidade, aos moldes do plano de reforma administrativa do governo federal. Para tanto, a prefeitura adotou um modelo de planejamento estratégico para a cidade baseado no convênio de assessoria firmando com Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade e o Movimento Brasil Competitivo²⁹, imprimindo no Modelo de Gestão³⁰ o empenho a resultados.

Pioneiro e inédito, pois em 2005, o Prefeito de Porto Alegre implementou, pela primeira vez no Brasil, uma ferramenta de administração pública baseada na transversalidade de ações (agrupadas por eixos e programas estratégicos), as quais tinham como alvo atingir objetivos finalísticos que impactam direto na vida dos cidadãos, ultrapassando, portanto os tradicionais governos hierárquicos e verticais fundamentados em secretárias estanques. (COSTA, 2010, p 29)

O plano estratégico elaborado pelo governo municipal, em 2005, estabeleceu critérios para ajustar o crescimento e progresso da cidade com base em ferramentas e metodologias que visavam aumentar a eficácia e reduzir os gastos do aparelho municipal. Para tal, propôs princípios de territorialidade, transparência e transversalidade, sobre três pilares de Gestão: Estratégia, Processos e Conhecimento. O Modelo de Gestão considerou para a Gestão Estratégica a elaboração de ações para identificar e articular objetivos e atores, orçamento e estratégias, adequados às metas estabelecidas. Enquanto, na Gestão de Processos previu o monitoramento sistemático das tarefas públicas mensuradas a partir de indicadores de desempenho e análise de cronogramas. Por sua vez, a Gestão de Conhecimento operou com propostas que favoreciam o entendimento sobre os processos organizativos e a mudança de paradigmas culturais na operacionalização da tarefa pública tanto entre os agentes estatais, quanto os entre agentes políticos (MATTE, 2010, p. 15 - 17). O bom cumprimento do plano previa a otimização e melhor desempenho orçamentário e administrativo da gestão com a finalidade de prestar serviços qualificados à comunidade e para atuar como fomento para o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Passados, cinco anos do estabelecimento do plano de gestão, em artigo publicado na página eletrônica da Escola de Gestão Pública do município, a Coordenadora Geral do

²⁹ Na página eletrônica da instituição esta refere que possui [...] como objetivo principal levar a expertise do setor privado, em gestão, para as administrações públicas brasileiras. Ao promover a parceria entre os setores público e privado, o MBC investe na construção de uma cultura de governança e gestão de excelência, promovendo melhorias de serviços essenciais à população. Disponível em <http://bit.ly/2F93kCO> Acesso em; 06/01/2018.

³⁰ Informação reproduzida de artigo disponível na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de autoria de Izabel Christina Cotta Matte. Disponível em: <http://bit.ly/2CPIdIg> Acesso em 06/01/2018.

Gabinete de Planejamento Estratégico de Porto Alegre, discorreu sobre a estrutura do modelo de gestão, bem como os desafios que se apresentavam naquele momento a implantação e implementação do sistema. Entre os três pilares da gestão, Estratégia, Processos e Conhecimento identificou aspectos positivos e importantes na execução do planejamento, assim como aquelas ações que a priori deveriam ser aprimorados. É relevante destacar no documento os comentários realizados as questões referentes à Gestão de Conhecimento que envolve a comunicação e capacitação dos agentes públicos,

Atualmente atuamos com uma participação muito restrita de servidores, o que torna o processo bem mais difícil de implementar. A alta administração também necessita ser mais envolvida para que atue mais diretamente com seus líderes. A dificuldade de compreensão destas ferramentas e metodologias voltadas ao gerenciamento e à busca por resultados são enormes na prefeitura [...] (MATTE, 2010, p. 16)

O diagnóstico feito pela Coordenação do Plano Estratégico destacou o limitado envolvimento e participação dos servidores municipais na sistematização dos processos e a ausência de compreensão sobre as metodologias e ferramentas de gerenciamento utilizadas. A ideia central do pronunciamento parece indicar baixa adesão e falta de afinidade com o novo sistema dificultando o bom fluxo dos processos induzido pelo modelo de gestão. Na manifestação ficou entrevisto que a perspectiva gerencial introduziu práticas e discursos pouco compatíveis com a realidade especialíssima da burocracia municipal contemplada anteriormente com métodos participativos e democráticos na gestão da coisa pública. Neste sentido a implementação do modelo gerencial parece esbarrar em processos de trabalho fundados em práticas burocráticas reminiscetes, onde a última vivência administrativa pontuava a intenção do governo em distribuição mais equilibrada do poder com e para a cidadania. A mudança no foco estratégico, nas lideranças internas e nos processos de trabalho pode ser resultado do estranhamento apontado pela Coordenação do Plano e estes interferir na complexa composição subjetiva individual e coletiva do trabalho (nas áreas intelectual, emocional, espiritual, simbólica e de interesses), bem como as práticas hierárquicas de reconhecimento e valorização do trabalho por padrões de produtividade reverter-se em sofrimento ao longo do trabalho. Logo, assoma-se à carga física e psíquica do servidor estatal o caráter social das políticas públicas e a responsabilidade de reprodução social assumida pela esfera pública, infinitamente diminuída na proposta da contrarreforma do Estado e exponencialmente aumentada para os braços e mentes daqueles que executam as tarefas do Estado.

A evolução do Modelo de Gestão aplicado no município é verificada na manutenção do comando político conservador na cidade, até o ano de 2017. O fato aprofunda a implementação da gerência por resultados com o aprimoramento das ferramentas técnicas e metodológicas de controle estratégico e orçamentário. Neste sentido, a mudança na cultura administrativa encontrou, segundo nova manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento (2014), um ponto de equilíbrio e adesão a proposta por gestores e servidores municipais:

Hoje, Porto Alegre conta com um quadro de funcionários mais focado em resultados, habituado a trabalhar por Programas Estratégicos transversais e com uma preocupação constante com o monitoramento e a avaliação das políticas públicas. Nesse grupo, surgiram lideranças e foram despertadas novas habilidades e motivações, num saudável processo de renovação da gestão pública. (PORTO ALEGRE, 2014)

O depoimento afiança um novo lugar dos recursos humanos na gestão do município, detectando avanço na cultura de trabalho e a adesão dos agentes públicos ao processo, presenciando-se naquele momento a assertividade da proposta. Fato que não deve de todo ser contestado, Brulon, Ohayon e Rosenberg (2012, p. 279) sustenta haver pontos positivos no planejamento gerencial incorporado à administração municipal ao identificar a transparência no uso dos recursos públicos na cidade com o acesso às informações por meio dos portais eletrônicos, a melhoria no atendimento ao usuário e a redução/equalização dos gastos públicos. No entanto, embora se observe que a modernização tecnológica administrativa no município com o uso positivo das técnicas e ferramentas de gerenciamento, a participação popular na gestão e controle público foi no mesmo sentido desprestigiada e diminuída ao longo do processo. Para tanto, Merlo e Traesel (2012, p. 228) afirmam que os modelos gerenciais são implementados sem orientação para a sociedade desconsiderando-se o papel social do Estado, visto que o social tornou-se objetivo secundário diante a eficiência econômica, esta entendida como fim, enquanto deveria ser apenas um meio.

4 SAÚDE E TRABALHO: NOS LIMITES DA PRECARIZAÇÃO, DA INSTABILIDADE E DA EXAUSTÃO

A medicina nascida na Grécia procurava entender a saúde e o adoecimento como resultado do processo de interação dos indivíduos com a natureza fugindo a conotação do sagrado para explicação do surgimento das doenças. A compreensão hipocrática sobre o bem

estar e a saúde refere a importante relação de equilíbrio entre o homem e seu meio para o bom funcionamento orgânico dos indivíduos, este entendido como natural e social, no qual o trabalho está incluído como elemento ativo e determinante. Dessa forma, ao recuperar as premissas gregas da antiguidade indo à era moderna, muitos filósofos e médicos empreenderam estudos e experiências sobre o adoecimento no trabalho, levando em conta o nexos dos adoecimentos e afecções às condições ambientais da atividade laboral. O médico italiano, do século XVII, Bernardino Ramazzini (2016), destacou-se especialmente ao aprofundar estudos sobre os males da população relacionando-os as atividades de trabalho comuns ou peculiares as coletividades por ele atendidas. Ramazzini alertava para a interferência dos ambientes e processos de trabalho na origem das doenças e recomendava aos seus pares que se acrescentasse na anamnese clínica a pergunta: “e que arte exerce?” (2016, p. 296).

Do ponto de vista da saúde como bem coletivo mediado pelas relações de produção capitalista entende-se que são múltiplas e complexas as circunstâncias que determinam a saúde/doença das populações. Reconhece-se uma linha comum e única que entrelaça os fenômenos sociais e balizam a maneira como a saúde se manifesta socialmente. Esta razão permeia a estruturação das condições de vida e trabalho dos indivíduos e dos coletivos humanos constantemente em movimento. A gênese destas determinações é identificada no longo caminho da ascensão burguesa ao alterar irreversivelmente o paradigma produtivo da sociedade feudal e o modo como passou a se manifestar a saúde dos povos. Para tanto, apropriou-se dos meios de subsistência do campesino feudal induzindo grande parcela deles ao assalariamento e à acirrada disputa pela sobrevivência no meio fabril, submetendo-os à degradação da vida relegada ao pauperismo na privação dos meios de subsistência. Para os nascentes proletários, a tarefa de sobrevivência passou a ser realizada em espaços onde vicejavam “precárias, perigosas, insalubres e extenuantes exigências de trabalho” (PEREIRA, 2009, p. 79), num ambiente não menos aviltante que os espaços urbanos, ocupados pela massa operosa no entorno das manufaturas do início da revolução industrial. Contexto social descrito com propriedade por Engels (2010), no livro em que narra a vida da classe operária londrina, onde destaca as mazelas de homens, mulheres e crianças que adoeciam e morriam à sombra das grandes manufaturas. A barbárie social inaugurada naquele momento para indignação de Engels, mas tende a se aproximar da realidade atual, quando do cotidiano contemporâneo emergem fenômenos similares sinalizando transformações importantes nos processos sociais derivados da reestruturação produtiva.

A exploração do trabalho, uma constante no modo de produzir capitalista, será sempre a maneira de sobreviver à acumulação do capital. Ao longo do desenvolvimento do modelo produtivo imposto pela burguesia se engendrou formas diferentes para a apropriação de valor à custa da capacidade da força de trabalho. A apropriação requer capturar as habilidades individuais concretas e objetiva, fluida e subjetiva, conjugadas a energia e gênio humano. Assim, a necessidade irrefreável da geração de mais-valia impõe desde formas mais rudimentares de proveito da força de trabalho, até modelos mais sutis de aproveitamento com tendência maior ao consumo mental da força de trabalho. Nos dois casos reproduzem-se condições de saúde compatíveis com os processos de trabalho que cada etapa evolutiva do capital promove ocasionando desigualdades históricas e a materialização dos determinantes sociais no perfil patológico de coletividades. Para Laurell (1982, p. 9) estes traços são distinguíveis “conforme o modo particular de combinar-se o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção”, presenciando-se a alteração e particularização destas condições de saúde com a mudança do padrão produtivo contemporâneo e desmonte dos direitos e flexibilização do trabalho.

A preocupação com o estado de saúde dos trabalhadores foi demandada num estágio muito particular da produção quando se tornou indispensável ocupar toda força de trabalho disponível sem constranger os lucros esperados. Para tanto, na primeira metade do século XIX, ao tentar minimizar o problema, Robert Darnham, proprietário de uma fábrica têxtil inglesa, contrata o Dr. Robert Baker, para detectar no interior das manufaturas os fatores nocivos que atuavam sobre a saúde dos trabalhadores. O industrial desejava prevenir e auxiliar o breve retorno dos operários à linha de produção contando que os serviços médicos fossem prestados em confiança e em defesa dos seus próprios interesses. O contrato de trabalho pactuado entre o médico e o industrial estabeleceu que as ações devessem ser centradas na especialidade médica e de ser responsabilidade única do clínico. Assim como, as ocorrências de saúde ficariam transferidas forçosamente ao profissional da medicina (MENDES; DIAS, 1991, p. 342). A estratégia adotada pelo industrial inglês repercutiu em outros espaços produtivos e em outros países em razão dos ganhos com o material humano da produção. Os cuidados de prevenção e promoção da saúde no espaço laboral empreendido pelo industrial tinha um caráter estritamente racional, objetivo, sobretudo para manter em garantia o controle das peças produtivas conformando-as para o sistema. Surge assim, na Inglaterra, em 1830, o primeiro serviço de medicina do trabalho, enquanto especialidade médica.

A medicina do trabalho enfrenta o adoecimento do trabalhador centrando suas decisões no saber médico baseando diagnósticos na teoria da unicausalidade que condiciona o fenômeno à natureza biológica e individual dos indivíduos. Em vista do ambiente de trabalho tende a isolar riscos específicos situando sua ação sobre decorrências e não sobre as causas do adoecimento, prescrevendo soluções em razão dos sintomas, ou, associando-as a uma doença plenamente reconhecida. (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 23) O modelo de atendimento às necessidades de saúde dos trabalhadores estruturado na Inglaterra disseminou-se por países com bases industriais em todo mundo. Porém, segundo Mendes e Dias (1991, p. 342) a assistência à saúde do trabalhador se efetivou de maneira precária, neste momento do desenvolvimento produtivo, visto inexistência de seguro social e a fragilidade das políticas de saúde pública e do trabalhador. O fato ocorre durante longo período de amadurecimento das estratégias de prevenção à saúde do trabalhador e fez com que os serviços médicos das empresas ocupassem um lugar “vicariante” diante as obrigações do Estado junto ao trabalhador (MENDES; DIAS, 1991, p. 342). Mesmo assim, em meados do século XX, a Organização Internacional do Trabalho – OIT incentiva à formação de médicos do trabalho e o fortalecimento dos serviços de Medicina do Trabalho. Estabelece ao longo da década de 1950, diretrizes e normas para formação e organização dos serviços de proteção ao trabalhador, culminando, em 1959, com a edição da Recomendação 112 - OIT, sobre "Serviços de Medicina do Trabalho", aprovada pela Conferência Internacional do Trabalho. Para Mendes e Dias (1991) e Mendes e Oliveira (1995) as conceituações e normatizações da Medicina do Trabalho elaboradas para preservar a saúde dos trabalhadores expressaram uma visão onipotente da medicina, própria da concepção positivista da prática médica imersa num contexto favorável a sua disseminação. Neste contexto, as conceituações sustentaram o nascimento da administração científica do trabalho implantada nas indústrias por influência dos estudos de Taylor e mais tarde aprimoradas por Ford.

Após a destruição radical e tremenda devastação das forças produtivas ocorridas com a segunda guerra desenvolveram-se novos campos de conhecimento na área da saúde no trabalho. Elaboraram-se os primeiros conceitos de Higiene Industrial, de Ergonomia e fortaleceu-se a Engenharia de Segurança do Trabalho. Ao mesmo tempo, em que houve impulso à renovação dos processos industriais a partir da geração de novas tecnologias, equipamentos e a síntese de novos produtos químicos. Com a reconstrução dos sistemas produtivos, Mendes e Dias (1991) sustentam que a Medicina do Trabalho não suportou oferecer respostas aos problemas de saúde causados pela evolução dos processos industriais sendo insuficientes as necessidades dos trabalhadores, mas sobretudo não conseguiu ser

efetivo aos imperativos dos empregadores do ponto de vista dos custos. A solução para este impasse surge com a expansão da área de intervenção médica, desta sorte agregando ao diagnóstico outros saberes profissionais voltados também a considerar o ambiente de trabalho como causa de agravos a saúde.

Os intensos estudos sobre saúde e trabalho produzidos nas escolas de saúde pública estadunidenses, da década de 1950, incorporaram a multicausalidade como conceito importante às teorias da Saúde Ocupacional ao conjugar as investigações de saúde sobre o ambiente de trabalho e o corpo do trabalhador. Dessa forma, a Saúde Ocupacional considerou a existência de um conjunto de condições de risco no espaço laboral apreendido pela clínica médica pela exposição às características ambiente e os efeitos biológicos a esta exposição considerando como critérios de avaliação da doença a inter-relação entre o agente, o hospedeiro e o ambiente e sua proveniência (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 23). A triangulação causal trouxe uma visão mais alargada sobre as considerações de agravos a saúde do trabalhador, em tese observada por um conjunto profissional mais diversificado diante dos múltiplos fatores de risco que se somavam aos conceitos da área.

A Saúde Ocupacional no Brasil avançou em momento posterior ao americano, embora seguisse caminhos semelhantes para consolidação do modelo dentro do país, seja na área acadêmica, na formação de instituições ou na elaboração de legislação que adequasse regulamentações baseadas em seu conteúdo técnico. Embora, o avanço da concepção da saúde no trabalho percebido pela “racionalidade científica da atuação multiprofissional”, para Mendes e Dias (1991, p. 344) a Saúde Ocupacional não consegue se desvencilhar do referencial mecanicista³¹ da medicina do trabalho, tão pouco concretizar o caráter interdisciplinar firmado como princípio de atendimento focado nos fatores multicausais. Bem como houve um descompasso entre a formação, a aplicação das técnicas profissionais e o ritmo da transformação dos processos de trabalho e, por fim, apesar de focar o problema no conjunto de trabalhadores, prossegue atuando como se estes fossem "objeto" da atividade.

[...] se os agentes/riscos são assumidos como peculiaridades “naturalizadas” de objetos e meios de trabalho, descontextualizados das razões que se situam em sua origem, repetem-se, na prática, as limitações da Medicina do Trabalho. As medidas que deveriam assegurar a saúde do trabalhador, em seu sentido mais amplo, acabam por restringir-se a intervenções pontuais sobre os riscos mais evidentes. Enfatiza-se a utilização de equipamentos de proteção individual, em detrimento dos que

³¹ Mecanicismo - doutrina pela qual os seres vivos podem ser explicados e compreendidos por meio de uma série de causas e efeitos de origem físico-química. Dicionário Aulete Digital – Disponível em: <http://bit.ly/2FMbZeF> Acesso em: 17/01/2018.

poderiam significar a proteção coletiva; normatizam-se formas de trabalhar consideradas seguras, o que, em determinadas circunstâncias, conforma apenas um quadro de prevenção simbólica. (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997, p. 23)

Embora se observe que este modelo de enfrentamento às questões de saúde do trabalhador contemplam parcialmente as complexas questões que se expressam no cotidiano do trabalho, salienta-se que os modelos de atenção resultaram da atitude reativa do capital as lutas e a organização dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho. Visto que a exploração desenfreada da força de trabalho, ao longo do desenvolvimento do modo de produzir capitalista se reproduz irredutivelmente sobre interesses antagônicos e insuperáveis entre patrões e empregados. Portanto, a resistência da classe assalariada a barbárie social que eclode em todas as dimensões da vida cotidiana é o impulso que origina movimentos de reivindicação ao cuidado no âmbito da saúde do trabalho. Nesta perspectiva, Mendes e Wunsch (2011, p. 462) sustentam que “a expansão da área da Saúde do Trabalhador é resultado da capacidade de organização de diferentes agentes políticos” que estabelecem um jogo forças ideológicas que tendem positiva ou negativamente na regulação e alcance de medidas preventivas e de promoção à saúde do trabalhador.

A partir do aprimoramento tecnológico e organizacional acontecidos com a reestruturação produtiva da década de 1970, esforços e estratégias mais sofisticadas foram empreendidas para adequar o trabalhador a métodos e processos produtivos e organizacionais. O processar da produção em bases tecnológicas alterou as requisições físicas e mentais do trabalhador havendo uma inter-relação entre a reação orgânica e a lógica da tecnologia. Assim, a nova roupagem do trabalho modifica o perfil epidemiológico dos trabalhadores acompanhando a também nova abordagem conceitual de Saúde do Trabalhador, fato que auxilia a leitura totalizante dos processos de adoecimento e a efetivação nos mesmo marcos de ações preventivas e de promoção a saúde do trabalhador.

O campo da Saúde do Trabalhador conceitualmente resulta da grande agitação social e política das décadas de 1960 e 1970. Era o fim da era de ouro do capitalismo. A luta por melhores dias fazia afluir ideias e movimentos onde brotavam discussões sobre as contradições e a viabilidade hegemônica da sociedade das mercadorias. Assim, como realizava uma crítica àqueles trabalhadores que apostaram na conciliação de classes, na mediação do Estado e no Welfare State como solução ao distanciamento de classes. O inevitável rompimento do pacto conciliatório capital/trabalho gerado pela crise de expansão e acumulação do capital incidiu sobre o emprego e a renda reacendendo a classe para as

questões de proteção ao trabalhador. Assim, sob pressão recessiva, a organização dos trabalhadores italianos impulsionou a geração de medidas normativas de grande importância à saúde e à segurança do trabalho e ao reconhecimento do exercício de direitos fundamentais dos trabalhadores. O movimento toma corpo em muitos países, tanto da Europa quanto da América do Norte chegando à América Latina e, especialmente no Brasil, em meio a fortes reivindicações que exigiam democratização e a retomada do desenvolvimento econômico visando à justiça social. Para tanto, ideologicamente os movimentos sociais e de trabalhadores sustentam o paradigma social crítico pretendendo romper com a concepção hegemônica de saúde e trabalho. Concepção que entendia o adoecimento no trabalho derivado da interação de três elementos únicos no interior da produção diferente da perspectiva defendida que situava a saúde dos trabalhadores como um processo social.

No Brasil, a integralização de campos do conhecimento deu origem à Saúde Coletiva e em seu escopo originou-se um espaço para estudos sobre saúde e trabalho. Este espaço englobou e reformulou a Saúde Ocupacional e a Medicina do Trabalho, nascendo sob o nome inspirado no livro de Mario Testa (1974), o campo da Saúde do Trabalhador, que para Tambellini (2013, p. 26)

[...] se propunha assumir uma saúde dos trabalhadores em sua dimensão integral, ou seja, onde o trabalhador não seria considerado apenas como agente do processo de trabalho, mas como um ser humano em suas múltiplas dimensões políticas, sociais, biológicas e pessoais onde teria privilégio a prevenção. (TAMBELLINI, 2013, p.)

O aprimoramento do campo da Saúde do Trabalhador, no Brasil, contou com intensa colaboração dos países latino-americanos, apoiados pela Organização Panamericana da Saúde – OPAS, viabilizando trocas de estudos e experiências, propiciaram debates sobre temas comuns que suscitaram ações compartilhadas e de amparo mútuo. Por sua vez, desdobrando-se do Movimento da Reforma Sanitária, em 1986, ocorre a I Conferência de Saúde do Trabalhador, que delineia as bases da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, que iria influenciar a elaboração da Constituição de 1988. Inspirou a normatização da proteção à saúde do trabalhador lançando bases para o desenvolvimento de ações públicas que sustentasse preocupações mais efetivas ao direito do trabalhador na área da saúde laboral.

A Saúde do Trabalhador tem como premissa o reconhecimento de que o trabalho se materializa no modelo de produção capitalista por um amplo conjunto de elementos que estabelecem a maneira como o trabalho é executado. A organização do trabalho, categoria conceitual chave na Saúde do Trabalho, prevê e fixa as condições de convivência, a

hierarquia, o ritmo, a avaliação, o controle e a divisão do poder nas relações de trabalho (PAPARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011, p. 121). Atua objetivamente nas questões que envolvem o domínio sobre a tarefa, sobretudo na esfera da elaboração subjetiva do trabalho com base na captura da subjetividade da força de trabalho que se exercita na autonomia aparente dos flexíveis, multifuncionais e polivalentes trabalhadores do mundo tecnológico fabril. Ou, ainda quando nos planos tecnológicos inferiores de reprodução do capital, em sistemas de controle do trabalho que modulam a rigidez e maleabilidade, coerção e consentimento. Para ambos sistemas, a precarização do trabalho nos moldes neoliberais é aliado indispensável à subsunção do trabalho ao capital e fonte dinamizadora dos agravos à saúde do trabalhador.

Neste sentido, entre a gradual mutação de velhas e novas formas de trabalho, a reestruturação do padrão produtivo contemporâneo se articula a um processo de desmonte dos direitos, da proteção social dos trabalhadores e de fragilização da organização coletiva de classe. Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010, p. 231) reafirmam este entendimento ao compreender que a precarização é um processo multidimensional, pois na esfera do trabalho atingem os vínculos contratuais, a organização e às condições de trabalho, as identidades individuais e coletivas, a representação e a organização coletiva. Enquanto para Alves (2013, p.85) trata-se de um movimento de desconstrução da relação salarial que implica não apenas na alteração das formas de consumo da força de trabalho como mercadoria pelo capital, mas na desefetivação do homem como ser genérico.

Centro da dinâmica do capitalismo flexível, a precarização pressupõe uma fase de exploração cada vez mais radical da força de trabalho impondo a lógica de trabalho do curto prazo, do tempo fugaz, das metas de produtividade, da agilidade e adaptabilidade e da multifuncionalidade. Onde, se perde a figura do emprego estável e se estabelece a insegurança, a competição e o individualismo e o rompimento dos laços e vínculos sociais, mas, sobretudo instala-se o tormento das “consciências e dos inconscientes” (BOURDIEU, 1998, n. p.) gerando condições favoráveis para a instalação da gestão pelo medo que desestabiliza todos os trabalhadores.

Para o campo da Saúde do Trabalhador, os processos de trabalho tem considerável valor à configuração dos elementos que compõe a análise sobre o desenvolvimento de fatores que incidem na saúde do trabalhador. Os processos de trabalho são planejados para satisfazer as necessidades e expectativas de valorização do capital com a adequação dos meios existentes para esta finalidade. A constituição dos processos de trabalho pode revelar os padrões ou o nexos biopsíquico do desgaste da força de trabalho, para tanto é preciso mensurar

através da prática dialética de decomposição e recomposição de suas totalidades quais os elementos que possuem ascendência sobre os desgastes de determinado coletivo de trabalho (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 106). Tendo em mente que o processo de trabalho encarna uma lógica histórica e material de seu tempo possuirá componentes (objeto, instrumento e o trabalho) dinâmicos entre si, caracterizados como técnicos (químicos, mecânicos, etc) e sociais (organização e divisão do trabalho) característicos ao contexto social ao qual está relacionado. É relevante destacar na Saúde do Trabalhador o papel de protagonismo do trabalhador. Para Mendes e Wunsch (2011, p. 463) no campo da Saúde do Trabalhador se conjugam as contradições inerentes ao capital e ao trabalho e, nesta relação o trabalhador deve ser entendido como agente político operante na dicotomia de classes, ao contrário da conotação de sujeito passivo situado como objeto de estudo clínico no campo da saúde e na prática de cuidado. As autoras, por sua vez debatem a perspectiva evolutiva do conhecimento na área da saúde e trabalho, concluindo que:

A concepção atual de saúde do trabalhador entende o social como determinante das condições de saúde, sem negar que o adoecimento deve ser tratado e que é necessário prevenir novas doenças, privilegiando ações de promoção da saúde. Tal concepção entende que as múltiplas causas dos acidentes e das doenças do trabalho têm uma hierarquia entre si, não sendo neutras e iguais, havendo algumas causas que determinam outras (MENDES; WUNSCH, 2011, p. 467).

Propõem Mendes e Wunsch (2011) o enfrentamento do adoecimento do trabalhador. Para estruturar e planejar formas de enfrentamento indicam como diretriz central a integração de ações capazes de envolver a proteção, recuperação e promoção da saúde do trabalhador, em abordagem transdisciplinar, intersetorial e participativa em cada proposta. Explicitam a complexidade da questão diante das múltiplas variações nos processos de trabalho destacando que o trabalho e a saúde evoluem em mesmo compasso “evidenciando a atualidade do nexo produção-reprodução da força de trabalho-consumo-ambiente-saúde-doença, vistos na sua integralidade.” (MENDES; WUNSCH, 2011, p. 468). Portanto, no campo da Saúde do Trabalhador, a investigação se compromete a avaliar um processo social contínuo que envolve forças políticas e econômicas determinadas e condicionantes que fazem pender a balança que oscila segundo o peso dos elementos que influem nos processos de saúde/doença, ora em favor da saúde, ora da doença. Faculta a análise das particularidades da investigação com base em contextos micro e macro social, sem os quais a leitura da realidade ficaria comprometida a aspectos focalizados desconectados à rede de determinações nos quais é tramado o fenômeno.

O trabalho em circunstância ideal poderia constituir-se meio de satisfação, prazer e fonte mantenedora e multiplicadora da vida manifesta em sociedade. No entanto, na era moderna o trabalho tem revelado uma faceta que o distancia do ideal, pelo menos para grande parcela da coletividade mundial. A distância entre a satisfação e a insatisfação no trabalho está implícita nas respostas orgânicas e psíquicas dos trabalhadores que fala em nome das circunstâncias em que se efetiva o trabalho. O trabalho interfere em esferas tão extraordinárias da condição humana que diante de excepcionais requisições ao trabalhador faz eclodir formas de desgastes e distúrbios que acompanham as múltiplas agressões sociais, organizacionais e ambientais presentes em todos os setores da economia que empregam a força de trabalho. As mudanças geradas pela recente reestruturação produtiva disparou a remodelação da organização do trabalho, bem como alterou significativamente os processos de trabalho demandando a intensificação e densificação do trabalho. Acercou-se de todo tempo de vida do trabalhador configurando um controle exacerbado da livre expressão individual, no atual momento refere Antunes (2015, p. 413) “o domínio do trabalho é, mais do que nunca, domínio do tempo de trabalho” que se alarga sem limite.

Porém, não é nova a articulação de formas de dominação do trabalhador para promover a adesão à exploração vertiginosa da força de trabalho. A exploração associada à sistematização metódica dos processos de trabalho foi idealizada, enquanto método científico, por Taylor, no início do século XX. Embora o taylorismo não associasse técnicas subjetivas ao seu método, por certo desempenhou papel importante no despertar do uso do conhecimento científico para propiciar resultados verticais na produção. Logo, a preocupação empresarial com produtividade não demoraria a sondar os aspectos subjetivos do trabalho. Estudos pioneiros liderados pelo sociólogo Elton Mayo, na cidade de Chicago, Estados Unidos, tiveram como finalidade diagnosticar as causas do baixo rendimento e eficiência dos trabalhadores numa fábrica de componentes de telefonia, da empresa Western Electric Company, no final da década de 1920. A abordagem investigativa realizou conclusões e pôs em prática técnicas que obtiveram resultados surpreendentes para a empresa. Assim, no campo da formação, a evolução do estudo gerou a Teoria de Relações Humanas voltada à área de gestão humana no trabalho. Os conceitos elaborados foram utilizados para mediar conflitos e desenvolver técnicas humanizadas e adaptativas à organização do trabalho levando em conta processos de trabalho menos rígidos, onde o princípio produtivo não se restringia uma série de prescrições laborais fundadas em um relacionamento hierárquico aos moldes do taylorismo. No entender de Seligmann-Silva (2011, p. 37) ‘a suavização’ dos métodos empregados na produção dissimulava práticas de coerção. Para a autora, as propostas tinham a

intenção de facilitar o domínio sobre os trabalhadores para adesão aos ritmos nocivos da produção voltados aos interesses econômicos implícitos às novas práticas. A teoria impactou positivamente os campos teóricos que dispararam estudos sobre os processos mentais e o trabalho ensejando que novas investigações aprimorassem o conhecimento e a aplicação de ideias que induzissem a adequação psíquica dos indivíduos ao processo de produção.

O campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho – SMRT acolhe uma multiplicidade de áreas de saberes sob uma perspectiva e princípio que privilegia a aplicação de objetivos éticos aos estudos comprometidos com os sujeitos que compõe o mundo do trabalho. Logo, a dimensão teórica e metodológica confere um desafio de integração entre saberes para a SMRT, com diálogos comuns e por vezes complementares em algumas frentes. Neste sentido, Seligmann-Silva (2011), distingue três referenciais teóricos e modelos de investigação que enfocam o duplo aspecto do tema, sejam as questões laborais e a constituição de distúrbios mentais. Os referenciais agregadores à SMRT são identificados como aqueles os que possuem: abordagens com centralidade na teoria do estresse; abordagens com base na corrente psicanalítica; abordagens a partir da proposta social crítica e do conceito de desgaste.

O conceito de desgaste, formulado com base na apreensão das determinações sociais em saúde, comum à Saúde do Trabalhador, oportuniza e auxilia o estudo do impacto da organização e do processo de trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores. Seligmann-Silva (2011, p. 135) ao destacar o conceito de desgaste elaborado por Laurell e Noriega (1989), como “perda de capacidade potencial e/ou efetiva, corporal e psíquica” do trabalhador, confere ao desgaste o resultado do trabalho estranhado/alienado, enquanto atividade “deformada e deformante” das faculdades psíquicas dos trabalhadores com consequência ao estado orgânico destes. A identificação da autora das deformações causadas à psique humana no trabalho estranhado/alienado está em sintonia com o pensamento de Marx (1996a) que compreende a perda da individualidade e da qualidade humana na tarefa produtiva. Para este a tarefa executada com ausência objetiva e subjetiva do gênio humano, pressupõe a desefetivação do próprio trabalho e a negação de sentido para o ser genérico que se processa pelo trabalho. Na atualidade, as consequências psicossomáticas do trabalho estranhado abrangem todos os âmbitos do trabalho assalariado não se tratando de quadro focalizado a um tipo profissional como destaca Alves:

Se o jovem Marx, ao tratar do trabalho estranhado tinha em mente o proletário industrial, do sistema industrial que surgia, hoje, o trabalho estranhado e suas manifestações psicossomáticas, atinge a totalidade viva do trabalho, da linha de

produção a linhas de escritórios administrativos; do operário ou empregado pouco qualificado as chefias implicadas nas metas de produtividade e desempenho da produção e reprodução capitalistas. O que significa que o trabalho estranhado, na medida em que envolve todo o loci da produção do capital, inclusive seus capatazes diretos, se manifesta através desta anulação da pessoa humana. (ALVES, 2006, p. 100-101)

Logo, não se perde de vista que no processo de adoecimento mental há determinações econômicas, políticas, culturais e sociais que se introduzem na dinâmica de trabalho. O desgaste mental, desta maneira deriva das determinações externas e internas ao processo de trabalho, nunca relacionado a uma causalidade comum que desconheça a totalidade dos elementos que circundam a atividade do trabalhador. Ao mesmo tempo, as cargas de trabalho podem contribuir para o desgaste mental, atuando como força que opera reciprocamente entre os elementos externos (físicos, químicos, biológicos), internos (ritmo, controle, tensão anímica) e a estrutura orgânica dos trabalhadores. A intensidade em que as cargas vão incidir sobre a subjetividade da força de trabalho está relacionada às variações e à lógica da produção capitalista com seus avanços tecnológicos e organizativos.

As cargas psíquicas, para Laurell e Noriega (1989) se manifestam de duas maneiras no âmbito do trabalho: a primeira definida como sobrecarga psíquica, se expressa a partir de situações ou condições de tensão em que se instaura um estado de ansiedade e preocupação por longo período. Entre outros motivos pela necessidade de atenção ou concentração permanente ao ritmo de trabalho, ou, ainda pela supervisão ou controle opressivo sobre a tarefa de trabalho. O segundo tipo de carga psíquica no trabalho é aquele conhecido por subcarga psíquica. Está relacionado à negação das habilidades abstratas ou capacidades psíquicas do trabalhador, decorrentes, por exemplo, da simplificação do trabalho a tarefas repetitivas e mecânicas, ou, à impossibilidade do trabalhador controlar o planejamento e execução do trabalho.

Para, Paparelli, Sato e Oliveira (2011, p. 124) a tensão no trabalho é nutrida pelos elementos integrantes da organização e do ambiente de trabalho, tais como a “divisão do trabalho, conteúdo das tarefas, ritmo de trabalho, relações de poder, condições ambientais, formas de avaliação e controle, hierarquias etc.” Fato exacerbado pelas novas requisições do mundo do trabalho flexibilizado que amplia seu controle/dominação sobre a força de trabalho ajustando a subjetividade do trabalhador não apenas no espaço de trabalho, mas também na vida cotidiana onde os costumes, valores, hábitos e comportamentos replicam relações sombreadas pela relação social fetichizada. Dessa forma, ao reduzir a sociabilidade humana à relação entre objetos transpõe-se para o mundo do trabalho o mesmo tratamento oferecido a

peça produzida, cujo valor, forma e necessidade é moldado para consumo fugaz. O trabalhador faz assim parte de um mecanismo despojado de outras intencionalidades, senão às necessárias de funcionamento do sistema que exacerba a exploração dos seus valores essenciais, consumo que visa produção em ritmo cada vez mais veloz.

Neste sentido, na rotina do dia a dia, nos espaços das relações interpessoais controladas e programada pelo ritmo do capital, Seligmann-Silva (2011, p. 143) identifica trajetórias de vida e trabalho guiadas pela reversão de princípios e crenças que reforçam a coisificação das pessoas e com ele o afrouxamento dos laços sociais. A encenação de novos modos de ser e viver desfavorece a manutenção de valores cruciais a ética humana existindo uma relação simbiótica entre a vida cotidiana e a esfera do trabalho. A precarização das relações de trabalho da qual deriva a degradação da vida social acirra o desencontro do trabalhador com o sentido do trabalho e diminui a capacidade biopsíquica de superação e adaptação do trabalhador as requisições e precarizações do mundo do trabalho flexibilizado. As tensões e pressões presentes em organizações que sob o foco da produtividade operam com estratégias que promovem o medo, insegurança, sujeição, competição, individualismo e a captura do tempo e da subjetividade do trabalhador, ao fim derrubam as barreiras de proteção emocional do trabalhador. A falta de proteção individual ou coletiva dos grupos de trabalho pode se expressar de maneira não mais contornável ao equilíbrio orgânico dos trabalhadores possibilitando o desenvolvimento de doenças psicossomáticas. Por outro lado, na sinergia entre os desequilíbrios do campo mental e físico converge-se para a desconstrução da autoimagem do trabalhador, entendendo-se que o sofrimento nestas duas dimensões humana implica na geração de estigmas difíceis de ser superados.

Seligmann-Silva (2011) cita a contribuição de Yves Clot para análise dos desgastes psíquicos no trabalho, tendo como premissa a afirmação ou negação das características próprias de cada pessoa, a partir do desenvolvimento e o acúmulo de experiências ao longo da atividade profissional. Esta corrente de pensamento acredita que o trabalho saudável se objetiva enquanto incorpora experiências significativas no percurso profissional e estas servem como suporte e memória a “unidade biopsíquica” dos sujeitos que trabalham (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 144). No sentido inverso, quando a experiências de trabalho se concentram num o fluxo de atividades submissas a uma prescrição fixa, desconectada do real, opera-se com o impedimento, com a anulação da capacidade de agir e de tomar decisões. O sofrimento da ação solicitada e ao mesmo tempo negada decorre em um “conflito de avaliações: pela chamada ambígua a uma iniciativa ao mesmo tempo convocada e repudiada”

(CLOT, 2001, n. p.). É um investimento psíquico dos indivíduos no trabalho estranhado, um esforço para percorrer uma rota indefinida e alheia as próprias necessidades , onde o percurso:

[...] é também aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos - aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou sonha poder fazer alhures. É preciso acrescentar a isso – o que é um paradoxo frequente – aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem a fazer ou ainda o que se faz sem querer fazer. Sem contar o que se tem de refazer. (CLOT, 2007, p. 116)

O que Clot quer afirmar é o desconforto psíquico que emerge da rigidez das metas e da padronização do desempenho em desencontro a função psicológica do trabalho. Demanda que para o autor decorre do menosprezo dos saberes adquiridos, onde, sobretudo importa a efetivação da tarefa independentemente da capacidade ir além da atividade. Clot realiza uma reflexão que se aproxima as condições que podem promover o desgaste mental dos trabalhadores do serviço público. Pois, observar-se que as requisições da população junto aos serviços públicos ficam limitadas a prescrição profissional orientada pela gestão burocrático-política e aos impedimentos oriundos da desestruturação e precariedade do aparelho público. Para o autor o que custa ao psiquismo do trabalhador é muito além do esforço de seguir o fluxo do trabalho, mas o sacrifício de refrear seu próprio ímpeto, a tensão contínua do não realizado. Dessa forma, “a fadiga, o desgaste violento, o estresse se compreende tanto por aquilo que os trabalhadores não podem fazer, quanto por aquilo que eles fazem” (CLOT, 2001, n. p.), pautando a existência de um círculo vicioso e conflituoso entre o ser e o fazer.

O reconhecimento do trabalho contribui largamente para a construção da identidade do trabalhador e fortalecimento dos arranjos psíquicos de sua individualidade, pois se refere ao prazer no trabalho e a resposta afetiva que contribui para realização de si mesmo. Assim, o reconhecimento dá sentido ao que é vivenciado no trabalho, promove a perspectiva subjetiva de integração, o engajamento do corpo e da inteligência aos objetivos do grupo de trabalho. No entanto, astuta manipulação do reconhecimento como ferramenta de controle pela gestão do trabalho contemporâneo, transforma o imperativo das metas e a avaliação do desempenho em formas perversas de subtrair maior adesão e esforço à tarefa produtiva. Gaulejac (2007, p. 37) entende a gestão gerencialista como um modo quantofrenico³² de misturar práticas, prescrições e avaliações racionalizadas, regradas por medidas irracionais, irrealistas,

³² Para Gaulejac (2007) a obsessão pelo número. Enquanto para o dicionário Infopédia quantofrenia é o termo criado pelo sociólogo americano P. Sorokin (1889-1968), para designar ironicamente a excessiva tendência para introduzir a quantidade e a medição nas ciências do espírito (estatística, psicométrica, sociometria, etc.). Disponível em: <http://bit.ly/2E9LVMr> Acesso em: 24/11/2017.

inaplicáveis e de julgamentos arbitrários. Para Gaulejac (Ibidem, p. 37) as metas de trabalho são na realidade um sistema de organização de poder que legitima valores funcionalistas e utilitaristas que visam a mobilização psíquica do trabalhador, ou seja,

[...] por um sistema sociopsíquico de dominação, fundado sobre um objetivo de transformação da energia psíquica em força de trabalho. [...] O trabalho é representado por uma experiência interessante, enriquecedora, estimulante. O essencial não é mais o respeito pelas regras e normas formais, mas a emulação permanente para realizar os objetivos. A mobilização pessoal torna-se uma exigência. Cada um deve ser motivado para preencher seus objetivos com entusiasmo e motivação. [...] O desejo é solicitado permanentemente: o desejo de sucesso, gosto pelo desafio, necessidade de reconhecimento, recompensa pelo mérito pessoal. (GAULEJAC, 2007, 108-109)

Dessa forma, o impulso dos desejos estrategicamente capturado como energia psíquica canalizada para o cumprimento de metas faz com que o trabalhador encare o caráter abusivo do sistema. As metas e o ideal numérico é uma impossibilidade e apenas uma norma exequível se considerasse os contextos imperfeitos, erráticos, instáveis, duvidosos da realidade. A perversidade da ética de resultados é não estabelecer qualquer limite para a relação de exploração, pois quanto mais inalcançável a meta, mais distante o reconhecimento do trabalho e maior a dependência e a submissão do trabalhador ao sistema.

No gerenciamento do trabalho, chama à atenção de Danièle Linhart (2015) a estratégia organizacional que visa a docilização da força de trabalho provocando o que a pesquisadora denomina como precarização subjetiva do trabalhador. A precarização subjetiva opera na subversão das experiências acumuladas no trabalho anulando as referências seguras de um processo de trabalho reconhecido, a partir da mobilidade no interior da instituição, das mudanças nas rotinas e dos colegas de trabalho, da multifuncionalidade, etc, Neste sentido a “precarização subjetiva consiste justamente em instalar um sentimento de vulnerabilidade idêntico aos trabalhadores precários mesmo entre aqueles que não o sejam” (LINHART 2015, p. 138). O importante na constatação de Linhart são as inúmeras possibilidades institucionais de manipular a autonomia do trabalhador no âmbito da organização do trabalho transformando cenários de trabalho em palcos cambiantes de responsabilidades e de saberes ameaçadores a estabilidade emocional diante da tarefa imprevista.

O trabalho dominado será sempre uma condição presente na relação capital/trabalho, mesmo em processos produtivos com escalas diferenciadas no desenvolvimento tecnológico das forças produtivas. Trata-se de uma cultura de controle disseminada no cotidiano do trabalho, em todos e em qualquer padrão produtivo. O que particulariza os modos como se

desdobram as cargas psíquicas nos espaços de trabalho, sem no entanto significar um esmorecimento das formas de controle e deixar de ter impacto sobre a sensibilidade do trabalhador. Simone Weil (1996) exemplifica extraordinariamente a severidade com que se pôs a prova o equilíbrio emocional do operariado francês da década, de 1930, a partir da sua própria experiência como operária. Os relatos são diretos e vívidos dimensionando a pressão sobre o corpo e a mente, na mistura de cansaço, angústia e medo, diante das tarefas rítmicas, monótonas e muitas vezes insalubres da fábrica.

- Emoções terríveis no dia da contratação, e no dia seguinte, indo ao encontro do desconhecido, neste metrô matinal, é grande a apreensão, chega ao mal estar físico. [...] Se houve dia em que senti medo, foi esse.
- O cansaço deprimente, amargo, por vezes doloroso a tal ponto que se deseje a morte. Todo mundo, em todas as situações, sabe o que é estar casado, mas este cansaço precisaria de um nome a parte.
- São raros os momentos do dia em que o coração não está um pouco comprimido por alguma angústia. De manhã, a angústia do dia a se viver. Nos ramais do metrô [...] a maioria dos rostos vão contraídos por essa angústia. No trabalho o medo de não estar na velocidade boa [...] O medo de matar peças [...] O medo de todos os pequenos acidentes [...] De forma geral o medo das broncas. Muitos sofrimentos são aceitos só para não levar uma bronca. [...] Queixar-se de um trabalho pesado demais ou de uma cadência impossível de acompanhar, brutalmente vem lembrar-lhe que está ocupando o lugar que centenas de desempregados aceitariam de boa vontade. É preciso cerrar os dentes. Aguentar-se.
- A gente é uma coisa entregue a vontade dos outro. Não é natural para um homem transformar-se em cosia, e como não há coação visível (chicote, cadeias), é preciso dobrar-se a si próprio em direção a esta passividade. Que vontade de poder largar a alma no cartão de entrada e só retomá-la na saída! Mas não é possível. A alma vai com a gente para a oficina. É preciso o tempo todo fazê-la calar-se. Na saída, muitas vezes não a temos mais, porque estamos cansados em excesso. (WEIL,1996, p. 103, 123, 124, 125)

A narrativa da autora traz a epiderme o sofrimento existencial de trabalhadores subordinados ao controle impositivo que se institui entre os operários, revelado na apreensão do manejo das máquinas e nas relações poder entre os assalariados. Pode-se observar a tensão explícita do ambiente de fábrica e a combinação de elementos repressivos que atuam sobre as expressões subjetivas dos operários fazendo eclodir o que Seligmann-Silva (2011) categoriza como a psicodinâmica de auto-repressão. Ou seja, uma contenção, uma autocensura, consciente imposta pelo próprio ser que se mantém, assim, refém do modelo de conduta esperado num contínuo estado de tensão e abatimento no enfrentamento do contexto de trabalho.

A intensidade do sofrimento no trabalho relatado por Weil permanece inalterada, senão apresenta-se com maior veemência na atual configuração macroeconômica. Haja vista que as práticas organizacionais de caráter flexível possuem métodos de submissão e adesão do

trabalhador tão implacável quanto os vivenciados por Weil, no entanto mais sutis e incisivos. Não é sem razão que se percebe o crescimento do adoecimento mental entre trabalhadores, como aqueles relacionados aos transtornos de comportamento relacionados a depressão, ou, o alarmante número de suicídios acontecidos nos ambientes de trabalho. Esta radicalização do sofrimento dos trabalhadores parece implicar na total descrença no sentido do trabalho, seja, no fazer, no trabalhar, no realizar, na confiança em si, no outro e no futuro (WERLANG; MENDES, 2013, p. 766), como mal da desesperança que se dissemina pelo tecido social universalizando relações sociais fendidas. É a eclosão nos espaços de trabalho de práticas e conceitos ideológicos, difundidos e materializados em valores que afetam a vida nos coletivos humanos. Para os sujeitos sociais é a “perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite viver a cada dia, a vida psíquica, a vida interior composta pela subjetividade” (WERLANG; MENDES, 2013, p. 766). O sofrimento social permanece então como fenômeno ampliado apoiado na carga psíquica que se desprende da relação capital/trabalho ao reproduzir na escala das interações sociais a insegurança, o medo e a solidão.

Por outro lado, estudos como o de Brant e Minayo-Gomez (2004, 2005) contribuem para ampliar a reflexão sobre a intervenção clínica nos comportamentos humanos, especialmente a partir da prática de transformação do sofrimento em adoecimento pela gestão do trabalho. Os pesquisadores constataram, após contato com trabalhadores, profissionais da saúde e gestores, uma tentativa deliberada de silenciamento do sofrimento, destacando a introdução de uma lógica de valorização do adoecimento como resposta às manifestações de desconforto no espaço de trabalho. Compreendem que o sofrimento é uma atitude reativa à vida, presumindo que eleva-lo à categoria de doença constitui uma estratégia para quebra de resistência a organização do trabalho. Explicam Brant e Minayo-Gomes que a ansiedade e o medo relacionam-se ao mesmo tempo com a dúvida e a esperança, dessa forma ao diagnosticar e medicalizar o medo como uma fobia, o sistema impede “a incômoda pergunta: o que está acontecendo comigo?” (BRANT; MINAYO-GOMES, 2005, p. 947). Portanto, há a supressão da dúvida e da esperança em troca de uma segurança artificial que ao amortecer o medo arrefece o desejo e a ação transformadora na relação de trabalho.

O conteúdo crítico das análises de Brant e Minayo-Gomes converge para a discussão que Safatle (2018) realiza ao examinar o crescimento vertiginoso das categorias clínicas descritoras do sofrimento psíquico, classificadas para fins de diagnóstico no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Em seu ver é importante refletir

sobre este aumento de doenças inscritas no manual, assim como inquirir sobre a razão para tão significativa expansão. Para tanto, afirma que a maneira como expressamos nossos sofrimentos reflete as limitações e a falta de adaptação a situações determinadas pelo meio social com seus valores e costumes. Distante do resultado aceitável do convívio social o sofrimento passa a ser sujeito patológico enquadrado em múltiplas partículas, fragmentadas das grandes categorias ou síndromes do adoecimento mental. Assim, reflete o sociólogo a decomposição do adoecimento mental em parcelas focalizadas desconstitui e relativiza a extensão histórica e a amplitude do comportamento humano, por que antes:

[...] elas traziam em seu bojo a história das dificuldades de socialização e individuação dos sujeitos concernidos. A partir de então, nossas doenças serão doenças sem história, nossas vidas não serão mais descritas em suas contradições e dificuldades de construção de vias singulares. Elas serão analisadas a partir de variáveis específicas ligadas a humor, a atenção, a capacidade de síntese, a afetividade adequada. Cada uma dessas dimensões da experiência será submetida a padrões de normalidade e de medida, mesmo que muitas delas tenham marcadores biológicos obscuros. Padrões esses que expressarão um desejo de performance que acabará por se naturalizar como a figura mesma de uma vida bem realizada. (SAFATLE, 2018, não paginado)

Safatle (2018) conclui o que está em jogo na ampliação do leque das doenças de comportamento: a domesticação da conduta humana em consonância com a cultura ideológica hegemônica, a padronização das relações sociais em uma lógica que intervém para ajustar comportamentos e apagar formas singulares de vida que não se encaixam a dinâmica social alienante e que exige normalidade e medida para realização da vida. O que se tem é um poder disciplinador da conduta humana que se manifesta sobre os limites dinâmicos de superação do desequilíbrio psíquico de cada indivíduo que é a reação contrária aos elementos que afligem a subjetividade. Enquadrar o sofrimento como uma doença retira dos sujeitos o poder reativo e, portanto insubmisso ao controle social reproduzido na organização e nos processos de trabalho.

Os autores não minimizam a existência de adoecimento mental como resultado concreto da ultrapassagem dos limites psíquicos de reação ao sofrimento. Limites rompidos no contato cotidiano com cargas de trabalho patológicas que produzem tensões constantes e inelimináveis da organização do trabalho estabelecida sobre as estruturas internas dos indivíduos. Por vezes, sofrimento silencioso que em casos extremos conduzem ao desespero e a “derivação mórbida da condição humana” (ALVES, 2013, p. 131) explícitos nos fenômenos do suicídio entre os muros das organizações de trabalho. O enquadramento do sofrimento no

trabalho como um transtorno mental e como resolução clínica contribui para tornar invisíveis os processos de precarização das condições e relações de trabalho favorecendo a individualização, descontextualização e naturalização do problema (MENDES; WÜNSCH, 2011, p. 474), deslocando de qualquer contestação o nocivo sistema flexível de trabalho que produz a cisão da individualidade do desejo a vida e a existência.

5 ADOECIMENTO MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL

As peças que compõe a totalidade histórica em estudo foram reconhecidas separadamente e como partes que se entrelaçam construindo um quadro único e característico da realidade sobre a qual se debruça. O desafio que se segue é revelar com nitidez as matizes que determinam o fenômeno do adoecimento mental do trabalhador num exercício conectivo entre as expressões das informações geradas pela pesquisa. A perspectiva investigativa, neste sentido, contribui para a compreensão da dimensão social deste processo, como também introduz informações e indicadores oportunos sobre a saúde mental de trabalhadores do serviço público. Indicadores que possam se transformar em instrumento de enfrentamento a exploração do trabalho dentro de parâmetros contra-hegemônicos.

5.1 CONTEXTO GEOPOLÍTICO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

A vida cotidiana regida por fatores históricos e materiais tecidos na grande teia das determinações humanas como vida “de todos os dias e de todos os homens” (NETTO; CARVALHO, 2000, p. 14). Atividades diuturnas que no espaço/tempo traduz um mundo social particular revelado pela costura de fragmentos históricos e culturais que afloram singularmente na cidade de Porto Alegre. Portanto, esta pesquisa é expressão peculiar das grandes generalidades sociais, econômicas, políticas e culturais que se fundem entre o novo e o velho tempo constituindo a cidade. Ao definir-se por uma imagem, a cidade se auto revela, dizendo-se multifacetada, plural, concebida por:

Um conjunto de múltiplas expressões, de variadas faces, origens étnicas e religiosas faz de Porto Alegre um raro espaço onde os contrastes e a diferença são bem acolhidos e sempre bem-vindos. A cidade foi fundada em 1772 por casais portugueses açorianos. Ao longo dos séculos seguintes, acolheu imigrantes de todo mundo, em particular alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses e libaneses, entre católicos, judeus, protestantes e muçulmanos. Assim é Porto Alegre,

multicultural por natureza, terra de grandes escritores, intelectuais, artistas e políticos que marcaram a história do Brasil. (PORTO ALEGRE, 2017)³³

Para além da declarada imagem histórica e cultural, Porto Alegre é a capital mais meridional do Brasil, o centro político e econômico do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma área de 496,682 km² e uma população de 1.409.351 habitantes, para uma densidade demográfica de 2.837,53 hab./km². Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE (2017)³⁴, a cidade que se concretiza neste território possui, 93% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 82.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 69.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Verifica-se ainda que, 99,55% dos domicílios têm água tratada, 99,64% possuem coleta regular de lixo, e do total dos domicílios da capital, 99.9% recebem energia elétrica.

O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) indicador que avalia três dimensões básicas do desenvolvimento humano nas cidades: renda, educação e saúde, quando aplicado para estimar evolução da cidade indica o índice de 0,744, em 2000, com avanço para 0,805, em 2010. A taxa de crescimento do índice de 8,20%, deste período, coloca a cidade no 7º lugar entre as capitais brasileiras (ATLAS, 2017)³⁵. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Porto Alegre, fator que considera a dimensão econômica de desenvolvimento das cidades, estados e de países foi estimado em 43.457,67, no ano de 2014 (IBGE, 2017). Quanto à renda per capita média da população cresceu 72,05% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 1.021,93, em 1991, para R\$ 1.758,27, em 2010 (ATLAS, 2017). Em contrapartida, persistiam 25,6%, domicílios com rendimento mensal de até meio salário mínimo, em 2010. (IBGE, 2017).

Os dados referentes à educação informam que, em 2010, 83,64%, da população no município com idade entre 6 a 17 anos estava cursando o ensino básico regular (IBGE, 2017). Em contrapartida, 2,6% da população com idade igual ou superior a 25 anos tinha escolaridade equivalente ao ensino fundamental incompleto ou não sabia ler ou escrever (ATLAS, 2017). O município e o Estado, em regime de colaboração são responsáveis junto com a União a garantir o direito à educação e cumprir as metas do Plano Nacional de Ensino - PNE, desta forma o sistema de ensino público municipal, segundo o IBGE (2017), colabora

³³ Texto originado da página da Secretaria de Turismo de Porto Alegre. Disponível em: <http://bit.ly/2FtffhM> Acesso em: 25/08/2017

³⁴ A fonte das informações é o espaço virtual de divulgação do Instituto Brasileiro de estatísticas - IBGE, disponível no link - <http://bit.ly/2FDz2eI> Acesso em : 15/09/2017.

³⁵ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <http://bit.ly/2I96Nmm> Acesso em 15/09/2017.

nesta articulação conjunta para a educação com a estrutura, organização e funcionamento de 76 pré-escolas, 46 escolas de ensino fundamental e 2 escolas de ensino médio.

O atendimento a saúde a população é realizado, desde a implantação do Pacto pela Saúde, pelo gestor municipal que assumiu “imediate ou paulatinamente a plenitude da gestão das ações e serviços de saúde oferecidos no seu território” (BRASIL, 2006). Os equipamentos básicos de saúde preferencialmente ocupados pela atenção básica foram pactuados pelos membros da União como “a porta de entrada do sistema de saúde” (BRASIL, 2006). No município, a atenção básica conta com 154 unidades básicas de saúde – UBS, representando em média 1,09 UBS por 10 mil habitantes. Os serviços públicos de saúde de maior complexidade representados pela oferta de leitos hospitalares totalizavam 7.176 leitos hospitalares, em 2015, enquanto um ano antes, em 2014, a média de leitos hospitalares por habitante era de 5,26 leitos para cada 1.000 pessoas. A taxa de mortalidade infantil média, indicador social que avalia o número de óbitos de crianças até um ano de idade, se situava na cidade em 9,19 mortes para 1.000 nascidos vivos, em 2015, enquanto no Brasil a média, em 2013, era de 13,82³⁶ onde a principal ocorrência e causa de morte foram as doenças circulatórias com 27,19% dos casos, seguido das neoplasias com 23,59% dos casos (Observapoa, 2017)³⁷.

A estrutura habitacional da cidade, por sua vez expressa um desnível entre os que possuem ou não acesso à moradia digna, especialmente aquelas pessoas que se situam na periferia da cidade. O indicador Observa POA³⁸, com base nos dados do IBGE, revela o crescimento de sub-habitações, entendendo-se que em relação à população total do município, de 2000 a 2010, o contingente de pessoas morando em locais não apropriados cresceu 29,91%, variando de 10,5% para 13,7%.

Embora, como visto os índices relatem uma cidade em condições de desenvolvimento social e urbano regular e até favorável entre as capitais brasileiras, Troleis e Basso (2011) informam uma realidade um pouco diferente daquela que os dados em princípio apresentam, ao referirem-se a dinâmica social e o desenvolvimento da vida na cidade:

As migrações e o inchaço da cidade de Porto Alegre gerou sérios problemas, como a sua falta de estrutura, no que diz respeito à moradia, às oportunidades de empregos e às condições para a destinação adequada da enorme quantidade de lixo gerado. A

³⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://bit.ly/2hKHevG> Acesso em: 28/11/2017.

³⁷ Fonte portal de informações virtuais da prefeitura municipal de Porto Alegre ObservaPOA. Disponível em <http://bit.ly/2FCkls2> Acesso em 15/09/2017.

³⁸ Cia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - Procempa. Disponível em: <http://bit.ly/2ExdFL> Acesso em: 15/09/2017.

falta de habitação resultou no surgimento de vilas, nas franjas das cidades; a falta de emprego colocou milhares de pessoas na linha de pobreza; e o problema do lixo foi enfrentado com a implantação dos grandes lixões, que contribuíram para a degradação de diversos recursos naturais como o solo e os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, gerando assim muitas áreas irregulares sujeitas a riscos ambientais e a riscos à saúde das pessoas que ali vivem. (TROLEIS; BASSO, 2011, p 115)

Enquanto a cidade se declara culturalmente multifacetada parecem também multiforme os problemas que apresenta, estruturais como explicitam os autores, pois está vinculado aos interesses do mercado imobiliário ao qual o ente público contribui para a valorização ao viabilizar estrutura urbana, equipamentos e serviços públicos. Milton Santos (2013) atento ao poder econômico à constituição dos espaços territoriais confere à lei do lucro à subordinação da organização territorial não deslocando do poder público a responsabilidade pela geração de desníveis dos espaços populacionais:

No entanto, o poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações. Ao empobrecimento pela economia, isto é, pelo mercado, junta-se o empobrecimento pela má organização do território pelo poder político. (SANTOS, 195)

Dessa forma, descrever os equipamentos, serviços públicos e o contexto socioeconômico da cidade de Porto Alegre, tem o propósito apresentar a estrutura urbana da cidade, mas especificamente como o poder público municipal regula e ordena os aparelhos públicos a cidade e revelar a organização administrativa e a importância do material humano que a sustenta a atividade pública.

A estrutura administrativa da cidade de Porto Alegre, em 2015, era formada por 33 órgãos geridos por dois modelos jurídicos administrativos, o direto e o indireto: a Administração Centralizada contendo, 23 secretarias e 1 departamento e a Administração Descentralizada constituída, por 4 entidades autárquicas, 2 entidades de economia mista, 2 fundações e 1 empresa pública. O quadro funcional³⁹ do município estava composto por, 31.135 servidores públicos, sendo que do total, 22.370 eram servidores ativos, 16.118 ocupavam cargo de provimento efetivo, 309 estavam em cargo em extinção, 5.943 eram servidores celetistas e por fim, 8.765 servidores inativos (PORTO ALEGRE, 2015).

Soma-se a estas informações elementos extraídos de documento produzido e publicado pela Secretaria de Administração do município: o Censo dos Servidores da PMPA / 2012 -

³⁹ Informação disponível no Portal Transparência e Acesso a Informação da Prefeitura de Porto Alegre, referente ao mês de setembro de 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2F17dnD> Acesso em 27/11/2015.

Relatório de Trabalho. O Relatório apresenta itens importantes ao estudo, tais como: o maior número de servidores do sexo o feminino, para cada 100 mulheres havia 82,67 homens; a idade média dos servidores municipais de 47,33; a informação de que 80,49% dos servidores se autodeclararam brancos; o ingresso no serviço público superior a 10 anos para 75,98% dos servidores; a escolaridade das mulheres é superior ao dos homens e que considerando toda a população de servidores municipais de Porto Alegre, mais de 50% possui pelo menos, nível superior completo (PORTO ALEGRE, 2013, p. 24).

Os dados apresentados sobre a cidade e seus servidores a guisa de um perfil resumido situa o trabalho dos servidores públicos municipais em relação às demandas da população e a oferta de serviços públicos, também em recursos humanos a estas solicitações. Neste sentido, o estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE⁴⁰ informa que densidade do funcionalismo público no Brasil (relação entre o número de servidores e o número de cidadãos do país), em 2013, é de 11,4%, enquanto nos países que compõem a OCDE, em média é de 19,3%, chegando a 25,8%, na Suécia. O estudo informa por sua vez que nos países como Dinamarca e Noruega, o emprego no serviço público em relação ao emprego formal pode chegar a quase até três vezes mais o número percentual de servidores empregados no Brasil, enquanto nos Estados Unidos, com sua peculiar lei trabalhista, há 2 vezes mais servidores públicos do que no nosso país. O DIEESE (2015) encorpa as informações ao trazer dados que sintetiza a distribuição dos ocupados (trabalhadores) de 10 anos ou mais por atividade econômica no trabalho principal no Brasil e Grandes Regiões, entre os anos de 2004 e 2014. O estudo conclui que o serviço público no Brasil, em 2004, possuía 5,0%, do total dos empregados com um vínculo de emprego, e em 2014, este percentual alcançou, 5,2%, do total de trabalhadores com registro ocupacional. A Região Sul possuía 4,1%, em 2004, passando para, 4,4%, em 2014.

Percebe-se em comparação aos dados internacionais que não parece haver excesso de servidores nos quadros públicos como se possa antecipar, ao contrário, as estimativas apontam para um número diminuto de servidores no Brasil, em relação a força de trabalho empregada em outros países, principalmente países do norte europeu, onde as políticas públicas, embora sofrendo retração, ainda desempenham papel importante para a proteção social e a cidadania nestes países. Tendo em mente que os desafios na área social são pouco semelhantes entre estes países e o Brasil, fato realça a precariedade dos recursos humanos no

⁴⁰ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Government at a Glance 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2Eou0lm> Acesso em: 06/02/2018

serviço público brasileiro diante de uma cidadania que demanda ações diferenciadas e políticas públicas mais amplas para maior força de trabalho empregada.

5.2 EFETIVAÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA

Antecedendo a análise dos dados uma revisão bibliográfica e de documentos, cujas origens foram descritas e referenciadas ao longo do trabalho. Este material serviu para elaboração do conteúdo teórico, comparativo ou estimativo ao estudo. Os dados que servem de base a investigação foram coletados no Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre – PREVIMPA. São dados secundários migrados da plataforma eletrônica que armazena informações sobre a vida profissional dos servidores municipais, ferramenta de controle e acesso os direitos e deveres do servidor. A ferramenta de gestão em recursos humanos acumula uma gama bastante significativa de dados, entre estes o registro de todas as licenças remuneradas por afastamento ao trabalho concedido aos servidores municipais. A plataforma denominada, Sistema Ergon, gerou uma matriz de dados vertidos do Sistema para planilha eletrônica do software operacional da Microsoft Excel®, na versão 2007. As planilhas se caracterizam por operar em folhas de cálculo, executados a partir da manipulação de dados numéricos, portanto propícia ao estudo descritivo dos dados numéricos.

O sistema operacional – Ergon é utilizado na área da previdência municipal (Previmpa) para as finalidades do seguro previdenciário, satisfazendo as necessidades específicas para cada unidade administrativa da instituição, como também para a Perícia Médica registrar nas atividades inerentes à área e as avaliações sobre a aptidão física ou mental dos servidores. O resultado desta avaliação é registrada conforme as regras definidas pelo Estatuto do Servidor Municipal (PMPA, 1985). Destaca-se, para este estudo a avaliação da incapacidade temporária ao trabalho, pelos registros no sistema de Licença para Tratamento de Saúde – LTS, benefício equivalente ao chamado auxílio-doença no regime geral de previdência⁴¹.

A amostra dos dados possui um corte de tempo longitudinal que inicia em 2008 e se estende até o ano de 2015. O período inicial da coleta foi definido devido à implantação e efetivação do sistema Ergon. O sistema integrou e unificou, em 2006, dois dos sistemas

⁴¹ O auxílio-doença é um benefício por incapacidade devido ao segurado do INSS acometido por uma doença ou acidente que o torne temporariamente incapaz para o trabalho. Disponível em: <http://bit.ly/1OLsKE7> Acesso em: 20/11/2017

operacionais em uso no município, apresentando condições satisfatórias de acesso em 2008. O período final, dezembro de 2015, foi fixado pelo ingresso pela pesquisadora no Programa de Pós-graduação no início do ano posterior.

Por sua vez, a população em análise é composta por servidores efetivos, ativos e lotados nas secretarias e departamentos da prefeitura municipal de Porto Alegre. É desta forma o contingente de servidores municipais que, em algum momento do período da coleta de dados, tenha inscrito na plataforma eletrônica, nota sobre afastamento ao trabalho com base em licença para tratamento de saúde.

O critério que identifica o afastamento ao trabalho tem base em licenças normatizadas pelo Estatuto do Servidor Municipal⁴² (PMPA, 1985). O documento estabelece as formas e tipos das licenças que podem ser utilizadas pelos servidores municipais, tendo para o fim previdenciário a função de estabelecer o benefício no qual estará vinculado o servidor nas situações de afastamento ao trabalho. Para tanto, aplica-se o Estatuto junto às regras do seguro previdenciário. O Previmpa é a instituição responsável por gerir o sistema previdenciário no município. A instituição tipifica os benefícios com base na nomenclatura e siglas derivada do Estatuto do Servidor, sendo estes: a Licença para Tratamento de Saúde (LTS), a Licença por Acidente De Trabalho (LAT), o Benefício Assistencial (BAS), a Licença Gestante (LG), e a Licença para Tratar Interesses Particulares (LTP). É a partir destas convenções que as licenças são lançadas no sistema operacional suprimindo de informações o banco de dados.

Adequar os dados para análise exigiu a eliminação de registros organizados em linhas, cuja célula correspondente a variável CID não estivesse preenchida. A inexistência do dado, indispensável à proposta de investigação anula a utilização do registro por ser necessário identificar o tipo de doença relacionada ao afastamento ao trabalho justificado pela licença. Em tempo, a linha na planilha é constituída por células alinhadas lado a lado no sentido horizontal, onde se insere dados que compõem as variáveis. A tarefa diminuiu do total de geral de anotações (195.253) a quantidade de 3.852 linhas ou registros.

Vale a ressalva que as linhas eliminadas, em sua maioria se relacionam a Licenças por Acidente de Trabalho – LAT (3.524). O que pode indicar afora a ocorrência de fatores organizativos para notificação do acidente de trabalho, a aproximação conservadora para o reconhecimento do nexos de causa e efeito entre o acidente e a lesão, a doença e o trabalho.

⁴² Artigo 141 - O funcionário terá direito à licença; I - para tratamento de saúde; II -; III - para repouso à gestante e à puérpera; IV - para fins de adoção; V - para concorrer a cargo público eletivo e exercê-lo; VI - para prestação de serviço militar obrigatório; VII - para tratar de interesses particulares; VIII - para acompanhar cônjuge; IX - em caráter especial, como prêmio; X - paternidade. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 245/1991) Disponível em: <http://bit.ly/2H8nrIE> Acesso em: 20/11/2017

Compreendendo-se uma concepção de Saúde do Trabalhador que na sua amplitude pressuponha também a relação entre a organização e os processos de trabalho e as determinações sociais nas manifestações das doenças do trabalho e profissionais.

Os registros das licenças de saúde – LTS e LAT são sistematizados segundo critérios estabelecidos pela Perícia Médica do município, com base no ordenamento reconhecido universalmente: a Classificação Internacional de Doenças - CID 10⁴³. O uso, pela instituição, dos parâmetros estabelecidos pelo sistema é especialmente importante por cultivar a convenção avalizando o seu objetivo principal ser o “alicerce para a identificação de tendências e estatísticas da saúde a nível mundial e o padrão internacional para relatar doenças e condições de saúde” (OMS, 2017). Sem dúvida, princípio que uniformiza e torna comum o compartilhamento de informações científicas.

Identificadas às licenças de saúde, extraiu-se da base de dados todos os registros referentes às LTS descartando-se as demais licenças sobranes. Deste conjunto de LTS filtrou-se novamente os dados, a partir do grupo de doenças relacionadas aos transtornos mentais e comportamentais (CID F), gerando nova e definitiva base de dados que compôs a investigação e dando aporte às informações produzidas. Em princípio, a matriz migrada da plataforma Ergon, sofreu alguma restrição para composição de variáveis, sendo mantido para análise os elementos que identificam: a matrícula do servidor, o sexo, a data de nascimento, a data de início e fim da licença, a quantidade de dias de cada licença, o CID, tipo de licença, a lotação, o setor, o cargo, o nome do cargo, o tipo de vínculo e a data de admissão.

Nem todas as variáveis, como dito foram utilizadas no estudo, bem como ainda foi necessário realizar alterações no modo de ordená-las para tratamento dos dados. Neste caso, a multiplicidade de valores identificava a idade, o tempo de serviço e o cargo exercido precisaram de reordenamento, pois de outra forma inviabilizaria a sistematização e exposição das informações. Para solucionar esta questão criaram-se blocos que agrupam conjuntos de idade e de tempo de serviço. Em ambos os casos, os grupos foram arranjados de dez em dez anos, com algumas exceções: no primeiro grupo de idade incluiu-se uma faixa de servidores com idade de ingresso no serviço público a partir de 18 anos, resultando em um grupo com servidores com uma faixa etária mais ampla, entre 18 – 30 anos; no último grupo incluíram-se servidores com mais de 60 anos (51 – 65 anos), novamente ampliando a faixa etária. Ainda,

⁴³ O CID define o universo de doenças, distúrbios, lesões e outras condições de saúde relacionadas, listadas de forma abrangente e hierárquica que permite: fácil armazenamento, recuperação e análise de informações de saúde para a tomada de decisões com base em evidências; compartilhar e comparar informações de saúde entre hospitais, regiões, cenários e países; comparações de dados no mesmo local em diferentes períodos de tempo. Organização Mundial da Saúde; 2017. Disponível em: <http://bit.ly/1m0RSdq> Acesso em: 06/08/2017.

como exceção ao critério inicial, no campo da variável tempo de serviço, criou-se um grupo que absorveu servidores com tempo reduzido de serviço (0 - 04 anos) para adaptar o critério aqueles servidores em estágio probatório (regulamentado em dois anos no município) e com histórico funcional muito recente. Dessa forma o grupo de idade ficou assim composto: 18 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 a 65 anos; 66 anos ou mais.. E o grupo de tempo de serviço: 0 a 04 anos; 05 a 15 anos; 16 a 25 anos; 26 a 35 anos; 36 anos ou mais.

A variável cargo, do mesmo modo que as variáveis de idade e tempo de serviço, é constituída por uma multiplicidade de profissões trazendo dificuldades para organização e tabulação de dados. A solução para esta dificuldade foi também o agrupamento dos distintos cargos, tendo como parâmetro a classificação de profissões do Plano de Carreira dos servidores públicos do município – a relação dos cargos públicos do município está disponível em documento anexo (PMPA, 1988). A elaboração e sistematização dos cargos em conjuntos profissionais se baseou nas 11 Classes de servidores compostas no Plano de Carreira: Grupo Laser e Cultura, Grupo Fiscalização e Vigilância, Grupo Saúde e Assistência, Grupo Técnico Profissional, Grupo de Atividades Complementares, Grupo Operacional, Grupo Comunicação, Grupo de Obras, Grupo Executivo e Assessoramento Superior e o Grupo Apoio a Administração. Criou-se ainda, o Grupo Educação, composto pelo quadro do magistério municipal, não incluso no plano geral de carreira do município pela característica específica da sua atividade profissional, assim como o Grupo Legislativo com servidores integrantes da Câmara Municipal.

Deve-se salientar que o registro das licenças para justificar o afastamento ao trabalho é computado a partir do primeiro dia de falta ao trabalho. Assim são inseridas no banco de dados não havendo delimitação mínima de dias para o seu registro. A leitura dos dados ocorre em relação às licenças e opta por informar a distribuição e a relação destas às demais variáveis. As variáveis foram tabuladas e analisadas com base na estatística descritiva visando condensar e descrever o conjunto de dados, assim realizando uma síntese das totalizações de maneira direta. Utilizou-se para apresentar os dados o uso de tabelas, onde se realiza o cruzamento de variáveis para fins de análise, segundo o interesse comum entre elas.

Os aspectos éticos foram respeitados como preconiza a Resolução N° 466/12 e Resolução N° 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, firmando-se um Termo de Compromisso de Utilização de Dados e um Termo de Autorização para Realização de Pesquisa assinado pela direção da entidade municipal previdenciária – Previmpa, publicado no Diário Oficial de Porto Alegre, n° 5468, em 22/03/2017. Garantiu-se o sigilo sobre os

dados pessoais dos servidores envolvidos na pesquisa, resguardando-se assim um possível desconforto e exposição dos servidores na investigação.

5.3 QUADRO GERAL DE LICENÇAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

As primeiras análises do banco de dados serviram para efetivar uma visão ampla do quadro de notificações. A tarefa contabilizou no total, levando-se em conta o período investigado, 195.253, registros de licenças utilizadas para justificar afastamento ao trabalho. Desse total, obteve-se a média de 24.406, afastamentos ao trabalho em cada ano da investigação (2008-2015). As mesmas significaram 2.339.569 de dias de ausência com média de 235.923 dias, por ano da amostra.

Do volume total⁴⁴ de licenças que justificaram afastamento ao trabalho extraíram-se as Licenças para Tratamento de Saúde – LTS que somaram 154.474 registros. O valor evidenciou percentual superior de registros em relação às demais licenças com 79,1% sobre o total. As LTS representaram em média, 19.309 licenças por ano. O desvio padrão calculado é de 877 licenças para a média. As informações compostas na Tabela 1 demonstra a incidência de licenças por ano investigado e indica o número de dias utilizados nestas licenças e a média de dias de afastamento por cada licença. Embora os números de licenças de saúde não apresentem resultados inesperados é significativo o fato de que a maioria esmagadora ao justificar o afastamento ao trabalho tem como causa principal notificações por adoecimento. Estudos sobre absenteísmo no serviço público realizados por Daniel, Koerich e Lang (2017), Bastos, Saraiva e Saraiva (2016) e Leão et al (2015), observados nas cidades de Curitiba, Vitória e Goiânia, confirmam a prevalência de licenças para tratamento de saúde demonstrando um paralelismo entre os dados aqui apresentados. A ocorrência de licenças mantém um padrão que se desenvolve do início para queda e posterior elevação no uso de LTS no correr do período investigado. Chama atenção que, em 2011, tenha ocorrido o menor número de licenças (18.109), mas produzido um número médio de dias concedidos por licença (12,0) superior aos índices apresentados nos anos anteriores. A partir deste ano cresce percentualmente o número de dias concedidos por licença em relação ao próprio número delas.

⁴⁴ Subtraiu-se da soma total dos registros, 40.779 licenças, compostas por: 28.478, registros de LTP; 9.664, registros de LAT; 1.258, registros de BAS; 1.379, registros de LG.

Tabela 1 – Número total de licenças para tratamento de saúde e quantidade de dias relativos ao afastamento do trabalho por ano da amostra - 2008/2015.

<i>ano</i>	<i>nº licenças</i>	<i>%</i>	<i>nº dias</i>	<i>%</i>	<i>dia/lic</i>
2008	19.484	12,6	204.119	10,8	10,5
2009	19.376	12,4	208.659	11,1	10,8
2010	18.698	12,1	210.619	11,2	11,3
2011	18.109	11,7	217.045	11,5	12,0
2012	18.651	12,0	244.173	12,9	13,1
2013	20.255	13,1	287.225	15,2	14,2
2014	20.785	13,4	279.508	14,8	13,4
2015	19.116	12,4	236.036	12,5	12,3
Total	154.474	100	1.887.384	100	12,2

Fonte: PMPA – Ergon 2015. Elaborado pela autora.

O conjunto de LTS (154.474) notificam as mais variadas causas de adoecimento, as licenças foram notificadas com base na Classificação Internacional de Doenças - CID 10. A Tabela 2 numera as dez maiores distribuições de licenças ocorridas durante o período investigado. Do conjunto de LTS se sobressaíram as referentes ao CID M - Doenças do sistema musculoesquelético e do tecido conjuntivo ao apresentar 19,8% (30.522) do total de licenças, seguida pelas notificações do CID F - Transtornos mentais e comportamentais com 17,8% (27.512) do total. As licenças do CID M e F ocupam respectivamente o primeiro e segundo lugar no somatório de notificações, enquanto as licenças relacionadas ao CID Z - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde, ocupa a terceira colocação com 12,3%, (18.947) no conjunto de licenças para tratamento de saúde.

A prevalência destas doenças encontra correspondência nas pesquisas realizadas por Santos e Mattos (2010), Cunha, Blank e Boing (2009), Leão et al (2015), Vale et al (2015), Daniel, Koerich e Lang (2017). Nas quais se constata que, em quatro dos cinco trabalhos, as licenças por Transtornos Mentais e Comportamentais – TMC (CID F) ocupam o primeiro lugar no somatório de licenças. A prevalência das licenças relacionadas ao CID F e M confirma as expectativas do estudo de Wüsch (2004) realizado no início dos anos 2000. O pesquisador previa que a incidência destas doenças “poderão se expressar mais acentuadamente no decorrer dos próximos anos.” (WÜNSCH, 2004, p. 110). Por sua vez, autores como Bernardo et al, (2011) e estudos como o de Alencar e Ota (2011) indicam que doenças como LER/DORT, são acrescidas de sofrimento psíquico como uma ação reativa a doença física impregnado de pressões psicológicas internas (insegurança, medo) e externas

(culpabilização, desqualificação) do ambiente de trabalho evidenciando interação entre estas no processo adoecimento.

Tabela 2 – Classificação das dez maiores ocorrências de notificações de doenças, classificadas pelo CID 10, registradas nas licenças para tratamento de saúde, durante o período da amostra 2008/2015.

<i>CID 10</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>Total</i>
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99)	3.836	3.711	3.572	3.426	3.397	4.136	4.520	3.954	30.552
Transtornos mentais e comportamentais (F00-F99)	3.243	2.987	2.999	3.120	3.365	3.745	4.118	3.945	27.522
Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (Z00-Z99)	2.614	2.728	2.815	2.564	2.579	2.144	1.903	1.600	18.947
Doenças do aparelho respiratório (J00-J99)	1.759	2.693	2.129	2.152	1.901	2.448	1.944	1.985	17.011
Lesões, envenenamento e algumas outras conseqüências de causas externas (S00-T98)	1.878	1.899	1.555	1.563	1.774	1.734	1.928	1.831	14.162
Doenças do aparelho circulatório (I00-I99)	1.065	851	896	909	913	931	988	891	7.444
Doenças do aparelho digestivo (K00-K93)	939	841	871	822	954	953	898	786	7.064
Algumas doenças infecciosas e parasitárias (A00-B99)	902	706	786	581	850	839	999	708	6371
Doenças do ouvido e da apófise mastóide (H60-H95)	633	599	730	705	698	712	717	623	5.417
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte (R00-R99)	513	521	479	404	415	482	499	440	3.753

Fonte: PMPA, Sistema Ergon, 2015. Elaborado pela autora.

5.4 SERVIDORES PÚBLICOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A caracterização dos servidores que obtiveram LTS notificadas pelo CID F, contém indicadores demográficos situando o adoecimento com base no perfil específico destes trabalhadores. Para tanto do número total dos servidores (14.235) que justificaram afastamento ao trabalho por licença de saúde identificou-se 4.490 (27,4%) notificados a partir de registros compatíveis ao CID F. A Tabela 3 descreve a idade, sexo e tempo de exercício profissional no serviço público destes trabalhadores.

Tabela 3 - Idade, sexo e tempo de exercício no cargo público, segundo número de servidores públicos com registro de licenças de saúde classificadas no CID F, no período da amostra (2008/2015).

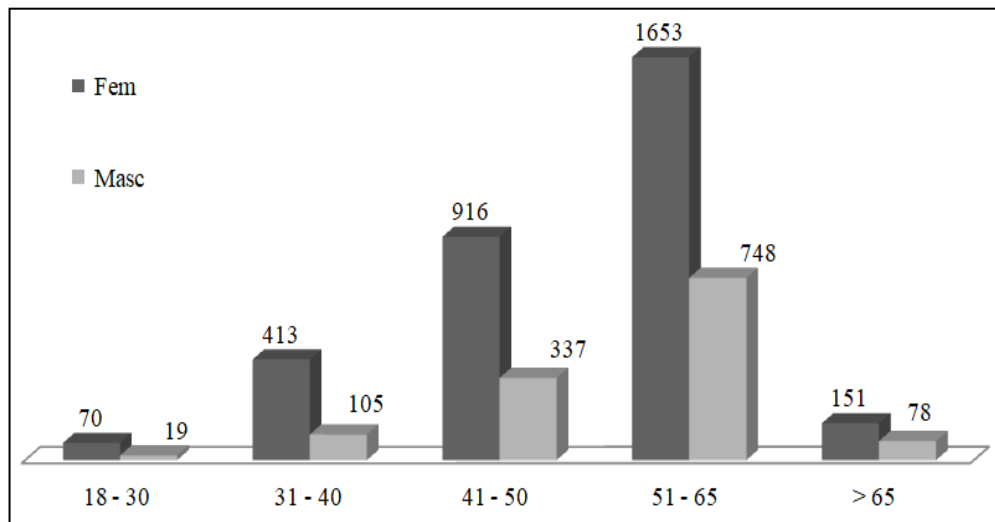
Idade/sexo	Tempo de serviço										total
	0 - 04		05 - 14		15 - 24		25 - 34		± 35		
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%	
18 - 30	63	100	26	100	-	-	-	-	-	-	89
Fem	49	77,8	21	80,8	-	-	-	-	-	-	70
Masc	14	22,2	5	19,2	-	-	-	-	-	-	19
31 - 40	222	100	261	100	35	100	-	-	-	-	518
Fem	179	80,6	206	78,9	28	80	-	-	-	-	413
Masc	43	19,4	55	17	7	20	-	-	-	-	105
41 - 50	85	100	323	100	778	100	67	100	-	-	1.253
Fem	69	81,2	269	83,3	531	68,3	47	70,1	-	-	916
Masc	16	18,8	54	16,7	247	31,7	20	29,9	-	-	337
51 - 65	40	100	237	100	1.275	100	826	100	23	100	2.401
Fem	33	82,5	204	86,1	876	68,7	532	64,4	8	34,8	1653
Masc	7	17,5	33	13,9	399	31,3	294	35,6	15	65,2	748
66 ou +	-	-	18	100	129	100	78	100	4	100	229
Fem	-	-	14	77,8	91	70,5	45	57,7	1	25	151
Masc	-	-	4	22,2	38	29,5	33	42,3	3	75	78
Total	410	9,1	865	19,3	2.217	49,4	971	21,6	27	0,6	4.490

Fonte: PMPA, Sistema Ergon, 2015. Elaborado pela autora.

Os dados informam que quanto ao sexo, 3.203 (71,3%) servidores do sexo feminino utilizaram licenças para tratamento de saúde e 1.287 (28,7%) servidores do sexo masculino justificaram o afastamento do trabalho por adoecimento utilizando licença de saúde. Verificou-se do total de licenças por TMC (27.512) que as servidoras fizeram uso de 18.658 (67,8%) licenças e os servidores utilizaram 8.854 (32,2%) licenças. Em média no período, os servidores do sexo masculino utilizaram 6,7 LTS e as servidoras do sexo feminino 5,8 LTS, denotando que o adoecimento para os servidores tem uma cronicidade maior em relação às servidoras.

A distribuição de licenças da variável idade apresentou maior número de servidores 2.401 (53,5%) no grupo etário de 51 a 65 anos. Enquanto, 1.860 (41,4%) servidores com registro de licenças por TMC pertenciam aos grupos etários de 18 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos e 229 (5,1%) servidores no grupo acima de 66 anos de idade. Verificou-se que na faixa de idade onde há a maior prevalência de servidores em licença, 51 a 65 anos, o sexo que prepondera é de servidores do sexo feminino com 68,8% (1.653), ao passo que 32,1% (748) é do sexo masculino como demonstrado pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de servidores públicos municipais que solicitaram licença para tratamento de saúde notificado pelo CID F, segundo idade e sexo, no período da amostra - 2008/2015.

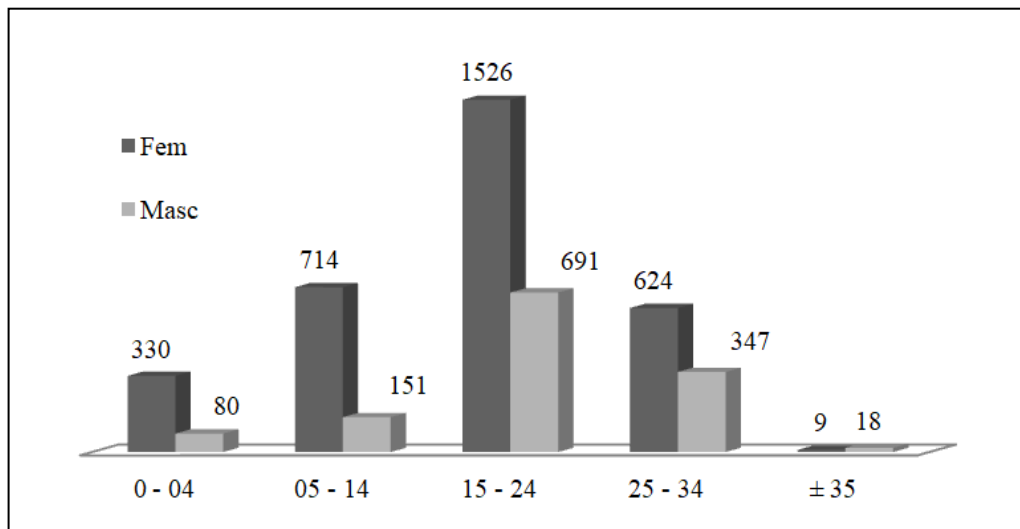


Fonte: PMPA, Sistema Ergon, 2015. Elaborado pela autora

Os servidores com tempo de ingresso no serviço público entre 15 a 24 anos são os que prevalecem entre aqueles que adoecem com 49,4% (2.217) do número total de servidores notificados por TMC. Nesta faixa de tempo de serviço o sexo dos servidores que mantém a primazia em número de licenças é o feminino com 68,8% (1.526) do total. O restante 50,6% dos servidores se distribui com equilíbrio entre os grupos de tempo de serviço de 0 a 04 anos, com 9,1% (410), de 05 a 14 anos, com 19,2% (865) e de 25 a 34 anos, com 21,6% (971) na atividade pública. Percebe-se o percentual pouco significativo de servidores, 0,6% (27), com mais de 35 anos de tempo de serviço afastados ao trabalho por TMC, como sintetizado no Gráfico 2.

Os Gráficos 1 e 2 demonstram a predominância de afastamentos ao trabalho por licença de saúde por servidores municipais com idade superior a 51 anos preponderantemente por servidoras do sexo feminino, cujo tempo de atividade no serviço público municipal supera a 15 anos. Os índices podem indicar uma tendência de manifestação dos TMC depois de um período satisfatório no exercício da atividade profissional e numa faixa etária mais próxima a maturidade das experiências sócio-ocupacionais. Destaca-se a prevalência de licenças para o sexo feminino, assim como informado pelos estudos de Cunha et al (2009), Leão et al (2015), Vale et al (2015) e Bastos, Saraiva e Saraiva (2016), sugerindo uma relação importante o papel social da mulher e às questões de gênero no trabalho e seus efeitos sobre os desgastes psíquicos das mulheres trabalhadoras do serviço público.

Gráfico 2 – Número de servidores públicos municipais que solicitaram licença para tratamento de saúde notificado pelo CID F, segundo tempo de serviço e sexo, no período da amostra - 2008/2015.



Fonte: PMPA, Sistema Ergon, 2015. Elaborado pela autora.

5.5 OS TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS DO SERVIDOR PÚBLICO DE PORTO ALEGRE

A sistematização dos dados visa destacar o adoecimento do servidor municipal na área da saúde mental. A exploração dos dados, dessa forma identifica e evidencia o fenômeno, a partir das conexões realizadas pelo cruzamento de variáveis. Os resultados encontrados são indicativos que se aproximam da realidade dos servidores municipais. Como antes salientado, a matéria de estudo são as licenças para tratamento de saúde e as suas notificações embasadas no capítulo V- Transtornos mentais e comportamentais, da Classificação Internacional de Doenças - CID 10, equivalentes aos códigos F00 - F99.

O total de licenças notificadas com o CID F resultaram em 27.512 LTS. Os dias de afastamento justificado ao trabalho decorrentes destas licenças produziram 495.450 dias de ausência ao trabalho. A média de LTS pelo CID F e a média de dias equivalem respectivamente a 3.439 licenças por TMC e 61.931 dias, por ano da amostra - 2008/2015.

A Tabela 4 exemplifica a evolução de registros de licenças pelo CID F e demonstra a quantidade de dias utilizados para retorno ao trabalho e a número de dias de afastamento ao trabalho para cada licença utilizada.

Tabela 4 – Número de licenças para tratamento de saúde notificado pelo CID F e número de dias utilizado, no período da amostra (2008-2015).

<i>ano</i>	<i>nº licenças</i>	<i>%</i>	<i>nº dias</i>	<i>%</i>	<i>dia/lic</i>
2008	3.234	11,8	50.119	10,2	15,4
2009	2.987	10,9	48.082	9,8	15,8
2010	2.999	10,9	49.811	10,2	16,3
2011	3.119	11,3	52.284	10,7	16,5
2012	3.365	12,2	63.273	12,9	18,6
2013	3.745	13,6	85.851	17,5	22,9
2014	4.118	15,0	77.058	15,7	18,7
2015	3.945	14,3	63.972	13,0	16,2
total	27.512	100	490.450	100	17,8

Fonte: PMPA, Sistema Ergon, 2015. Elaborado pela autora.

Verificou-se que a média de dias utilizados nas licenças por transtornos mentais e comportamentais (17,8) superou em 46%. (12,2) o número de dias das licenças para tratamento de saúde notificadas em todas as famílias de doenças do CID 10 - conforme demonstrado na Tabela 1. Assim como uma tendência de continua de elevação da quantidade média de dias por licença de 2008 a 2013. Em 2013, percebe-se um acréscimo percentual significativo no número de dias concedidos para as licenças – 22,9 dias por licenças. Ressalta-se que o prolongamento dos dias de afastamento ao trabalho provoca questionamentos quanto às razões para a cronicidade dos transtornos mentais e como problema a ser enfrentado se configura no ambiente de trabalho, em que pese os fatores de prevenção e promoção da saúde mental e, sobretudo a organização e os processos de trabalho se articulam no processo de adoecimento.

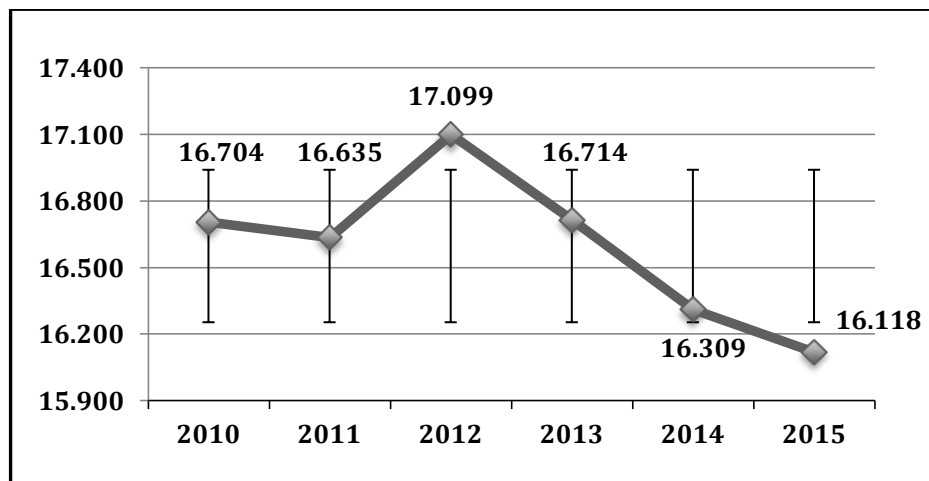
A Tabela 5 indica a distribuição de licenças de saúde pelo CID F, nos órgãos da administração centralizada e descentralizada. Antes, porém propõe-se uma discussão para qualificar o entendimento dos dados organizados naquela grade. A discussão problematiza o crescimento ou não de licenças certificadas pelo CID F, em razão do número de servidores que compõe o quadro funcional do município. A observação da variação numérica das licenças nos diferentes órgãos durante os anos investigados, conjecturando-se se esta oscilação é explicada pelo aumento ou diminuição do número de servidores como causa da oscilação das licenças.

Para tanto, buscou-se nas publicações oficiais do município dados que informassem a quantidade de servidores existentes no quadro funcional nos anos que coincidiram com os da

coleta de dados da pesquisa. Encontrando-os no “Quadro Síntese - Servidores Municipais”, disponibilizado no Portal de Transparência e Acesso à Informação⁴⁵ da Prefeitura de Porto Alegre. Em tempo, o Quadro Síntese é um documento publicado *on line* que faz parte da política de transparência do município, em obediência a normativa nacional que regula o acesso democrático à informação. O Portal disponibiliza periodicamente, a partir de 2010, informações sobre a quantidade de servidores ativos, inativos, efetivos, celetistas e cargos em extinção nas secretarias e departamentos do município. Resgatou-se desta fonte as informações necessárias para o cruzamento entre o número de servidores efetivos e ativos nas respectivas secretarias e o número de licenças de saúde registradas no período investigado pela pesquisa. Para realizar uma sistematização padronizada, utilizou-se o número de servidores efetivos e ativos do mês de dezembro, último mês de cada ciclo anual.

O resultado destas informações está representado nos Gráfico 3 e 4 que permite a visualização da distribuição e evolução quantitativa das licenças para tratamento de saúde notificadas pelo CID F (Transtornos mentais e comportamentais), em relação ao número de servidores ativos no período.

Gráfico 3 – Número de servidores ativos e efetivos no município com licenças notificadas no CID F, entre os anos de 2010 e 2015.



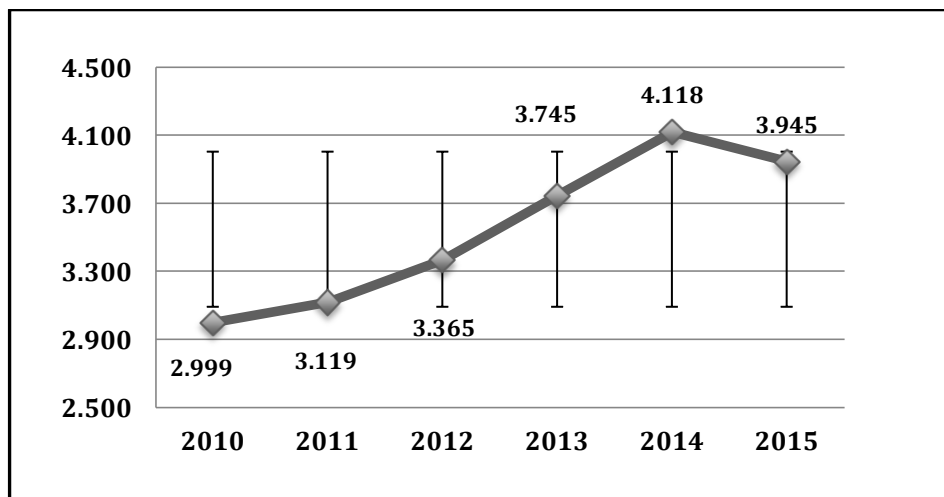
Fonte: Elaborado pela autora com base em PMPA, Portal Transparência e Acesso a Informação (2015).

⁴⁵ Site eletrônico e o título do informativo onde a prefeitura hospeda dados e presta contas sobre a administração pública, em especial sobre o quadro funcional municipal. O documento está disponível em: <http://bit.ly/2nZ5Zae> Acesso em: 22/08/2017

O Gráfico 3 revela o crescimento do número de vínculos profissionais com o município, entre os anos de 2010 (16.704), 2011 (16.635) e 2012 (17.099). Em 2012, o quadro de servidores atinge o número mais alto entre os anos investigados. O ano sinaliza o intervalo de maior crescimento do quadro funcional da prefeitura, 464 (2,7 %) servidores, entre 2011 e 2012. A partir de 2012, ocorre uma linha contínua e decrescente do número de servidores do município visto que, em 2013 (16.714), o quadro perde 385 servidores. Posteriormente, em 2014 (16.309) há a redução de 405 servidores e no último ano da amostra 2015 (16.118), menos 191 servidores. O declínio no período (2012/2015) é de 5,7% (981) de servidores da massa de trabalhadores ativos e efetivos no município.

O Gráfico 4 informa que os afastamentos ao trabalho por TMC (CID F) entre os anos de 2010 a 2015 representaram a concessão média de 3.548 licenças por ano. O grau de oscilação no número de licenças medido pelo desvio padrão é de 456 licenças para a média.

Gráfico 4 – Número de LTS certificadas a partir do CID F no município no período compreendido entre os anos de 2010 e 2015.



Fonte: PMPA, Sistema Ergon, 2015. Elaborado pela autora.

Na leitura dos gráficos encontraram-se na perspectiva da proporção das concessões de licenças por transtorno mental e comportamental em relação ao número de servidores algumas variações singulares. O declínio abrupto do número de servidores ativos no município, a partir de 2012, contrasta com aumento crescente do número de licenças, entre os anos de 2010 (2.999) a 2014 (4.118), nos quais se observa o intervalo para mais de 1.119 (37,3%) licenças. A baixa oscilação do número de servidores nos anos de 2010, 2011 e 2013 não mantém o mesmo nível e a mesma ocorrência em relação ao volume de licenças registradas no período.

A Tabela 5 lista os órgãos municipais identificando a distribuição de LTS em cada órgão. Nesta sistematização apresentam-se as licenças por TMC nos diferentes espaços de trabalho. Os resultados tendem a indicar possíveis conexões entre o ambiente de trabalho, suas requisições, especificidades e demandas em razão ao adoecimento mental dos servidores colabora para indicar onde se acirram as cargas psíquicas no cotidiano de trabalho. Para melhor tabulação e organização dos dados dividiu-se os órgãos municipais em 3 grupos: o primeiro com mais de mil licenças totalizadas nos oito anos da amostra, o segundo com cem até mil licenças e terceiro com até cem licenças.

O exame do Grupo 1 composto pela SMED, SMS, DMAE e DMLU⁴⁶, na Tabela 5, mostra que estes órgãos concentram a maior quantidade de licenças em relação aos demais grupos, com 82% (22.468) do total de licenças por transtornos mentais e comportamentais (27.512). O acúmulo de certificações na SMED (11.187) e na SMS (6.526) superam individualmente as totalizações do Grupo 3 (440) e do Grupo 2 (4.424). No Grupo 1, os órgãos municipais estão localizados equilibradamente na administração centralizada e descentralizada. Em comum têm o fato de atuarem diretamente na aplicação de serviços a população, a partir das políticas sociais, como a saúde e a educação. Por sua vez, dada a complexidade ou amplitude destes serviços, o efetivo funcional, segundo o informação geradas pelo Portal da Transparência da Prefeitura Municipal (2015) é significativo com 73,8% (12.491) dos cargos de provimento efetivo, em 2015. Neste ano, a SMED contava com 4.889 servidores, a SMS com 4.300 servidores, o DMAE com 1.790 servidores e o DMLU com 991 servidores.

O comportamento dos registros das licenças ao longo dos anos indica resultados diferentes entre os componentes do Grupo 1, embora se confirme tendência de aumento no volume de licenças a partir de 2012. Na SMS, denota-se o crescimento de registros a contar de 2011 até o fim do período da amostra, em 2015. A SMED, por sua vez intercala intervalos irregulares na incidência de registros, mas em 2012, inicia aumento gradual de licenças para alcançar estabilidade em 2015. No DMAE, as oscilações acontecem em espaços de tempo mais largos e com tendência a elevação, depois de quedas bruscas, assim como observado entre 2012 e 2014, até nova queda em 2015. O DMLU é o departamento que segue fluxo de licenças inesperado entre os integrantes deste grupo, apresenta variação positiva no início da série, mas ocorre decréscimo de registro de licenças de 2012, até 2015.

⁴⁶ SMED – Secretaria Municipal da Educação; SMS – Secretaria Municipal da Saúde; DMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgoto e DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

O Grupo 2 representado na Tabela 5 é composto por 13 membros (SMSEG, FASC, SMOV, SMAM, SMF, SMA, DEMHAB, DEP, SMC, CMPA, SMGL, SMIC, PREVIMPA⁴⁷), apresenta em média de 340 (4.424) licenças por órgão, em todo período investigado. O conjunto é constituído por células municipais com características diversificadas dentro da estrutura administrativa municipal, como a Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) que tem especificidades próprias de órgão legislador. O quadro funcional destes órgãos varia do mínimo de 71 servidores ativos, no PREVIMPA, para o máximo de 518 servidores ativos da SMSEG, em 2015 (PORTO ALEGRE, 2015). Na série de tempo a totalização do quadro de licenças mostra índices de ocorrência em elevação contínua, desde o ano de 2010, até o ano de 2014, assim como na leitura conclusiva dos dados do Grupo 1.

O Grupo 3 localizado na parte inferior da tabela é constituído por 12 membros que apresentam número de licenças de saúde inferiores ou iguais a 88 (1,6%) no período investigado. Ainda assim, o número diminuto de licença no bloco ocasiona um padrão não homogêneo na distribuição de licenças nos órgãos que compõe este grupo. Na parte superior da tabela do Grupo 3 a média de licenças é de 69 por órgão, distribuídas entre PMPA, SMURB, SMGES, SME, SMT e GP⁴⁸, das quais totaliza-se 413 licenças. Na base inferior do grupo se identifica a média de 4,5 licenças por órgão, ou, 27 licenças, distribuídas entre SMACIS, SMDH, SMTUR, SEDA, SMJ, SMPEO⁴⁹. Estes órgãos possuem em comum: o vínculo à administração centralizada, o exercício de atividades não ligadas às políticas sociais e um quadro funcional pequeno de zero servidores na (SMJ)⁵⁰, a 212 servidores ativos na SMURB (PORTO ALEGRE, 2015). O quadro de licenças na série de tempo tem comportamento instável evoluindo para uma elevação positiva de ocorrências nos 3 anos finais do período investigado.

⁴⁷SMSEG – Secretaria Municipal de Segurança; FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania; SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação; SMAM – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; SMF – Secretaria Municipal da Fazenda; SMA - Secretaria Municipal de Administração; DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação; DEP – Departamento de Esgotos Pluviais; SMC – Secretaria Municipal do Cultura; CMPA – Câmara Municipal de Porto Alegre; SMGL – Secretaria Municipal de Governança Local; SMIC – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; PREVIMPA – Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre.

⁴⁸ SMURB – Secretaria Municipal de Urbanismo; SMGES – Secretaria Municipal de Gestão; SME – Secretaria Municipal de Esportes; SMT – Secretaria Municipal dos Transportes; GP – Gabinete do Prefeito.

⁴⁹ SMACIS - Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social; SMDH – Secretaria Municipal de Direitos Humanos; SMTUR – Secretaria Municipal de Turismo; SEDA – Secretaria Especial dos Direitos dos Animais; SMJ – Secretaria Municipal da Juventude; SMPEO – Secretaria Municipal Planejamento e Gestão

⁵⁰Dado relativo a informação do Relatório Mensal - Cargos por secretaria, elaborado pela SMA - SRH / Equipe de controle de cargos e movimentação de pessoal em 6 de Dezembro 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2sqjOE2> Acesso em: 22/08/20017.

Tabela 5 – Número de licenças notificadas e classificadas no CID F, segundo os órgãos municipais (secretarias, departamentos e fundação) no período da amostra - 2008 e 2015.

Órgão municipal	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Grupo 1	2.643	2.433	2.497	2.591	2.834	3.080	3.344	3.226
SMED - Sec. Mun. da Educação	1.387	1.272	1.261	1.340	1.311	1.485	1.567	1.564
SMS - Sec. Mun. da Saúde	673	642	655	623	889	919	1.049	1.076
DMAE - Dep. Mun. Águas e Esgotos	395	280	299	401	368	435	496	385
DMLU - Dep. Mun. de Limpeza Urbana	188	239	282	227	266	241	232	201
Grupo 2	512	504	461	468	494	615	721	649
SMSEG - Sec. Mun. de Segurança	84	60	65	68	61	64	85	100
FASC - Fund. Assist Social Cidadania	77	67	63	45	34	71	100	102
SMOV - Sec. Mun. Obras e Viação.	86	76	82	52	55	76	66	66
SMAM - Sec. Mun. Meio Ambiente	58	47	60	62	54	86	109	76
SMF - Sec. Mun. da Fazenda	69	40	41	33	48	48	62	63
SMA - Sec. Mun. de Administração	7	38	34	44	72	54	55	31
DEM HAB - Dep. Mun. de Habitação	20	23	17	21	41	67	69	37
DEP - Dep. Mun. de Esgotos Pluviais	32	38	16	32	25	48	50	33
SMC - Sec. Mun. da Cultura	43	35	24	20	26	40	26	39
CMPA - Câmara Mun. de Porto Alegre	16	35	22	30	18	26	42	47
SMGL - Sec. Mun. de Governança Local	7	7	4	28	43	12	27	25
SMIC - Sec. Mun. Indústria e Comércio	7	8	13	25	7	18	18	14
PREVIMPA - Dep. Mun. Prev. S P M P A	6	30	20	8	10	5	12	16
Grupo 3	79	50	41	60	37	50	53	70
PMPA - Pref. Mun. de Porto Alegre	12	22	6	15	9	7	13	4
SMURB - Sec. Mun. Urbanismo	22	4	5	20	16	14	6	1
SMGES - Sec. Mun. de Gestão	28	4	3	12	3	5	6	17
SME - Sec. Mun. de Esportes	6	8	18	8	3	2	6	16
SMT - Sec. Mun. de Transportes	7	12	7	3		13	11	9
GP - Gabinete do Prefeito	4	-	-	2	4	7	9	4
SMACIS - Sec. Mun. Aces Incl Social	-	-	2	-	-	-	1	4
SMDH - Sec. Mun. Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	6
SMTUR - Sec. Mun. do Turismo	-	-	-	-	-	1	-	5
SEDA - Secretaria Esp. Dir. Animais	-	-	-	-	2	1	-	-
SMJ - Sec. Mun. da Justiça	-	-	-	-	-	-	-	3
SMPEO - Sec. Municipal Plan e Gestão	-	-	-	-	-	-	1	1
Total Geral	3.234	2.987	2.999	3.119	3.365	3.745	4.118	3.945

Fonte: PMPA, Sistema Ergon, 2015. Elaborado pela autora.

Tabela 6 – Número de licenças para tratamento de saúde notificadas pelo CID F por órgão municipal, número de servidores e a média de licenças por servidor, ocorridas no período da amostra (2008/2015).

Órgão municipal	nº lic	%	nº serv	%	lic/serv
Grupo 1	22.648	82,3	3.667	81,7	6,2
SMED - Sec. Mun. Educação	11.187	40,7	1.859	41,4	6,0
SMS - Sec. Mun. Saúde	6.526	23,7	1.129	25,1	5,8
DMAE – Dep. Mun. Águas e Esgotos	3.059	11,1	460	10,2	6,7
DMLU - Dep. Mun. de Limpeza Urbana	1876	6,8	219	4,9	8,6
Grupo 2	4424	16,1	728	16,2	6,1
SMSEG - Sec. Mun. de Segurança	587	2,1	97	2,2	6,1
FASC - Fund. Assis. Social e Cidadania	559	2,0	110	2,4	5,1
SMOV - Sec. Mun. Obras e Viação	559	2,0	102	2,3	5,5
SMAM - Sec. Mun. Meio Ambiente	552	2,0	78	1,7	7,1
SMF - Sec. Mun. da Fazenda	404	1,5	59	1,3	6,8
SMA - Sec. Mun. de Administração	335	1,2	48	1,1	7,0
DEMHAB - Dep. Mun. de Habitação	295	1,1	48	1,1	6,1
DEP - Dep. Mun. de Esgotos Pluviais	274	1,0	41	0,9	6,7
SMC - Sec. Mun. da Cultura	253	0,9	43	1,0	5,9
CMPA - Câmara Mun. de Porto Alegre	236	0,9	48	1,1	4,9
SMGL - Sec. Mun. de Governança Local	153	0,6	20	0,4	7,7
SMIC - Sec. Mun. de Indústria e Comércio	110	0,4	18	0,4	6,1
PREVIMPA - Dep. Mun. Previd Serv. Púb. Mun. P A	107	0,4	16	0,4	6,7
Grupo 3	440	1,6	95	2,1	4,6
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre	88	20,0	17	0,4	5,2
SMURB - Sec. Mun. Urbanismo	88	20,0	22	0,5	4,0
SMGES - Sec. Mun. de Gestão	78	17,7	14	0,3	5,6
SME - Sec. Mun. de Esportes	67	15,2	17	0,4	3,9
SMT - Sec. Mun. de Transportes	62	14,1	9	0,2	6,9
GP - Gabinete do Prefeito	30	6,8	6	0,1	5,0
SMACIS - Sec. Mun. Acessibilidade e Inclusão Social	7	1,6	2	0,04	3,5
SMDH - Sec. Mun. de Direitos Humanos	6	1,4	1	0,02	6,0
SMTUR - Sec. Mun. do Turismo	6	1,4	1	0,02	6,0
SEDA - Secretaria Esp. dos Direitos dos Animais	3	0,7	3	0,07	1,0
SMJ - Sec. Mun. da Justiça	3	0,7	1	0,02	3,0
SMPEO - Sec. Mun. de Planejamento e Gestão	2	0,5	2	0,04	1,0
Total de licenças	27.512	100	4.490	100	6,1

Fonte: PMPA, Sistema Ergon, 2015. Elaborado pela autora.

A Tabela 6 estabelece a relação entre o número de servidores e a incidência de licenças por órgãos municipais. A relação média total encontrada foi de 6,1 licenças por servidor em todos os órgãos analisados. Na leitura dos dados verificou-se que 81,7% (4.490)

dos servidores municipais que apresentaram TMC utilizaram 82,3% (22.648) das licenças de saúde e estão localizados no Grupo 1. Neste grupo é relevante destacar a diferença entre o número médio de licenças por servidor entre Secretaria Municipal da Educação (6,0) e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (8,3) bastante superior para o departamento em relação à secretaria, embora menor número de servidores afastados no trabalho no Departamento de Limpeza (DMLU). O Grupo 2 somou 726 servidores notificados com média de 6,1 licenças por servidor, apresentando oscilação para mais (7,7) e para menos (4,9) entre o número de licenças por servidores nos diferentes órgãos municipais. As licenças no Grupo 3 foram utilizadas por 95 servidores, ou, 2,1% dos servidores notificados.

A Tabela 7 informa a distribuição de licenças segundo o grupo de cargos⁵¹, o código de classificação de doenças e o tempo de serviço do servidor em licença, enquanto realiza o cruzamento das variáveis.

Tabela 7 – Número de licenças para tratamento de saúde certificadas no CID F, em relação ao grupo de cargo e o tempo de serviço do servidor municipal no período da amostra (2008/2015)

<i>Cargos/TS*</i>	<i>F00- F09</i>	<i>F10- F19</i>	<i>F20- F29</i>	<i>F30- F39</i>	<i>F40- F48</i>	<i>F50- F59</i>	<i>F60- F69</i>	<i>F70- F79</i>	<i>F80- F89</i>	<i>F90- F99</i>	<i>Total</i>
<i>Apoio a adm</i>	12	98	93	1500	643	9	6	-	-	2	2363
<i>0 - 04</i>	-	-	2	61	72	-	-	-	-	-	135
<i>05-14</i>	2	6	34	192	94	6	-	-	-	-	334
<i>15 - 24</i>	1	23	45	610	199	1	5	-	-	-	884
<i>25 - 34</i>	9	69	12	627	265	2	1	-	-	2	987
<i>± 35</i>	-	-	-	10	13	-	-	-	-	-	23
<i>Ativ compl</i>	15	440	90	1321	321	5	6	1	-	8	2207
<i>05-14</i>	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
<i>15 - 24</i>	2	372	72	1094	218	5	4	1	-	7	1775
<i>25 - 34</i>	13	68	18	214	88	-	2	-	-	1	404
<i>± 35</i>	-	-	-	13	13	-	-	-	-	-	26
<i>Comunicação</i>	3	-	-	73	20	-	-	-	-	-	96
<i>15 - 24</i>	3	-	-	6	5	-	-	-	-	-	14
<i>25 - 34</i>	-	-	-	67	15	-	-	-	-	-	82
<i>Educação</i>	32	51	68	5855	3075	15	25	-	-	3	9124
<i>0 - 04</i>	4	1	2	330	252	-	-	-	-	1	590
<i>05-14</i>	1	9	31	1458	844	7	1	-	-	1	2352
<i>15 - 24</i>	12	40	28	2903	1359	8	24	-	-	1	4375
<i>25 - 34</i>	15	1	7	1164	620	-	-	-	-	-	1807
<i>Ex/asses sup</i>	4	48	41	1326	860	4	1	-	1	10	2295
<i>0 - 04</i>	-	-	-	97	86	-	-	-	-	-	183
<i>05-14</i>	-	1	-	249	216	-	1	-	-	-	467

Continua >

⁵¹ A lista de cargos está disponível em anexo a este trabalho.

Continuação >

Tabela 7 – Número de licenças para tratamento de saúde certificadas no CID F, em relação ao grupo de cargo e o tempo de serviço do servidor municipal no período da amostra (2008/2015)

<i>Cargos/TS*</i>	<i>F00- F09</i>	<i>F10- F19</i>	<i>F20- F29</i>	<i>F30- F39</i>	<i>F40- F48</i>	<i>F50- F59</i>	<i>F60- F69</i>	<i>F70- F79</i>	<i>F80- F89</i>	<i>F90- F99</i>	<i>Total</i>
<i>15 - 24</i>	4	16	41	769	469	4	-	-	-	10	1313
<i>25 - 34</i>	-	31	-	208	89	-	-	-	1	-	329
<i>± 35</i>	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
<i>Fisc e vigil</i>	5	228	29	496	214	4	4	-	-	1	981
<i>0 - 04</i>	-	-	-	1	6	-	-	-	-	-	7
<i>05-14</i>	-	9	-	46	58	-	3	-	-	-	116
<i>15 - 24</i>	2	126	25	295	85	3	-	-	-	-	536
<i>25 - 34</i>	3	93	4	134	61	1	1	-	-	1	298
<i>± 35</i>	-	-	-	20	4	-	-	-	-	-	24
<i>Lazer e cult</i>	-	-	2	41	4	-	-	-	-	-	47
<i>15 - 24</i>	-	-	-	31	1	-	-	-	-	-	32
<i>25 - 34</i>	-	-	2	10	3	-	-	-	-	-	15
<i>Legislativo</i>	5	47	2	111	67	-	1	-	-	-	233
<i>0 - 04</i>	-	-	-	13	2	-	-	-	-	-	15
<i>05-14</i>	-	-	-	8	2	-	-	-	-	-	10
<i>15 - 24</i>	5	7	-	35	24	-	-	-	-	-	71
<i>25 - 34</i>	-	40	2	46	29	-	1	-	-	-	118
<i>± 35</i>	-	-	-	9	10	-	-	-	-	-	19
<i>Obras</i>	4	375	25	441	152	-	2	-	-	-	999
<i>05-14</i>	-	-	2	12	-	-	-	-	-	-	14
<i>15 - 24</i>	2	314	23	301	110	-	1	-	-	-	751
<i>25 - 34</i>	2	61	-	128	42	-	1	-	-	-	234
<i>Operacional</i>	18	1512	112	1.309	594	1	13	4	-	2	3.565
<i>0 - 04</i>	-	10	2	28	19	-	-	-	-	-	59
<i>05-14</i>	2	53	5	114	55	-	-	-	-	-	229
<i>15 - 24</i>	10	1.105	83	767	340	1	10	3	-	1	2320
<i>25 - 34</i>	6	315	22	396	176	-	3	1	-	1	920
<i>± 35</i>	-	29	-	4	4	-	-	-	-	-	37
<i>Saúde/assist</i>	17	105	25	2.809	1.048	9	15	-	-	3	4.031
<i>0 - 04</i>	-	4	1	53	72	-	-	-	-	-	130
<i>05-14</i>	3	39	2	529	277	5	1	-	-	-	856
<i>15 - 24</i>	13	59	7	1678	602	-	14	-	-	3	2376
<i>25 - 34</i>	1	3	15	543	93	4	-	-	-	-	659
<i>± 35</i>	-	-	-	6	4	-	-	-	-	-	10
<i>Técnico prof</i>	12	44	29	1.076	395	8	6	-	-	1	1.571
<i>0 - 04</i>	4	13	11	160	81	2	1	-	-	1	273
<i>05-14</i>	1	14	1	437	84	6	5	-	-	-	548
<i>15 - 24</i>	5	17	17	383	181	-	-	-	-	-	603
<i>25 - 34</i>	2	-	-	95	49	-	-	-	-	-	146
<i>± 35</i>	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
<i>Total geral</i>	127	2.948	516	16.358	7.393	55	79	5	1	30	27.512

Fonte: PMPA - Ergon, 2015. Elaborado pela autora. * TS - Tempo de ingresso no serviço público

A Tabela 7 evidencia em quanto tempo da vida profissional e qual o tipo de TMC incide sobre os trabalhadores do serviço público municipal.

Na variável tempo de serviço a distribuição de licenças é de: 5,1%, para a categoria 00 – 04 anos de serviço; 17,9%, para a categoria 05 -14 anos de serviço; 54,7%, para a categoria 15 – 24 anos de serviço; 21,8%, para a categoria 25 – 34 anos de serviço e 0,5%, para a categoria de servidores com número maior ou igual a 35 anos de serviço.

É massiva a distribuição de licenças para servidores com tempo de serviço entre 15 – 24 anos, a incidência ocorre preferencialmente em nove dos Grupos de Cargo: Atividades Complementares; Educação; Executivo e Assessoramento Superior; Fiscalização e Vigilância; Lazer e Cultura; Obras; Operacional; Saúde e Assistência e Técnico Profissional. As classes profissionais que operam no Legislativo, Comunicação e Apoio à Administração, as licenças recaem preferencialmente entre servidores com 25 – 34 anos de serviço.

Na relação entre as variáveis tempo de serviço e licenças classificadas por TMC verifica-se que há a prevalência de registros, 59,5%, (16.358) nas tipificações de doenças do bloco F30-F39 (Doenças do humor/afetivas)⁵². As licenças notificadas por distúrbios de humor/afetivos ocorrem prevalentemente em 8 grupos profissionais e estão relacionadas ao tempo de ingresso no serviço público relativo a 15 - 24 anos. A segunda tipificação com maior número de licenças é a que corresponde ao bloco F40-F48 (Transtornos de ansiedade fóbica)⁵³, possuindo, 26,9% (7393) dos registros. As licenças por transtornos de ansiedade ocorrem entre servidores com 15 – 24 anos de exercício na atividade pública, seguido pelos registros do bloco F10-F19 (Distúrbios mentais e comportamentais devido o uso de substâncias psicoativas)⁵⁴ com 10,7% (2.948), apresentando prevalência de notificações para

⁵² Este bloco contém distúrbios em que o distúrbio fundamental é uma mudança no afeto ou humor para a depressão (com ou sem ansiedade associada) ou para a exaltação. A mudança de humor geralmente é acompanhada por uma mudança no nível geral de atividade; A maioria dos outros sintomas são secundários ou facilmente compreendidos no contexto da mudança de humor e atividade. A maioria desses distúrbios tendem a ser recorrentes e o início de episódios individuais pode estar relacionado a eventos ou situações estressantes. Fonte: <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en#/F30-F39>

⁵³ Um grupo de distúrbios em que a ansiedade é evocada apenas, ou predominantemente, em certas situações bem definidas que atualmente não são perigosas. Como resultado, essas situações são caracteristicamente evitadas ou suportadas com medo. A preocupação do paciente pode ser focada em sintomas individuais como palpitações ou sensação fraca e muitas vezes é associada a medos secundários de morrer, perder o controle ou enlouquecer. Contemplar a entrada na situação fóbica geralmente gera ansiedade antecipada. A ansiedade fóbica e a depressão geralmente coexistem. Se são necessários dois diagnósticos, ansiedade fóbica e episódio depressivo, ou apenas um. <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en#/F40-F48>

⁵⁴ Este bloco contém uma grande variedade de distúrbios que diferem em gravidade e forma clínica, mas que são todos atribuíveis ao uso de uma ou mais substâncias psicoativas, que podem ou não ter sido medicamente prescritas. O terceiro caractere do código identifica a substância envolvida e o quarto caractere o estado clínico. Os códigos devem ser utilizados, conforme necessário, para cada substância especificada, mas deve notar-se que nem todos os códigos de quarto caráter são aplicáveis a todas as substâncias. Informação disponível em: <http://bit.ly/1TGQj3j> Acesso em: 17/09/2017.

servidores com 15 – 24 anos de tempo de serviço. Destaca-se que as licenças por uso de substâncias psicoativas tem supremacia em um único grupo de cargo de todos os pesquisados.

A Tabela 7 demonstra a relação entre os grupos de cargo e as licenças tipificadas, visto que as licenças de saúde estão prioritariamente relacionadas às doenças do bloco F30-F39, seguidas pelas doenças do bloco F40-F48 e do bloco F10-F19. Neste sentido, realiza-se a análise individualizada para cada grupo de cargo para demonstrar algumas particularidades das informações na perspectiva das classes profissionais.

No grupo Apoio à Administração, constituído por servidores que realizam “atividades de apoio às áreas de tributação e arrecadação, à pesquisa, planejamento, orientação, coordenação e à administração técnica” (PMPA, 1985) evidencia-se ocorrências de licenças equilibradas entre as faixas de tempo de serviço, de 15- 24 anos (610) e 25 – 34 anos (627), invariavelmente notificadas como doenças do humor (F30-F39).

Atividades Complementares, neste grupo os profissionais executam “atividades de apoio e serviços gerais” (PMPA, 1985), exibem grande parcela de licenças (1094) no bloco com códigos de F30-F39, mas também quantidade significativa relacionada ao uso de substâncias psicoativas - F10-F19 (440), número superior ao de certificações exibidas no código F40-F48 (321), em geral a segunda maior notificação para os grupos profissionais. Nesta categoria profissional não há registro de servidores com tempo de serviço igual ou inferior a 04 anos de ingresso no serviço público havendo ainda o predomínio de licenças entre servidores com 15 – 24 anos de serviço.

Os profissionais do grupo Cultura /Lazer e os profissionais envolvidos com o grupo Comunicação realizam tarefas de “apoio às áreas de comunicação e de pesquisa, lazer e divulgação da cultura” (PMPA, 1985) e de maneira geral tem reduzida incidências de licenças (96; 47), prevalentemente com base nas certificações F30-F39 dos quais não consta, registros de licenças para servidores com mais 35 anos de serviço ou menos de 15 anos.

A classe profissional Educação, refere notificações por TMC para especialistas do magistério que desempenham “atividades docentes com vistas a alcançar os objetivos da educação” (PCMM, 1988)⁵⁵, apresentam certificação significativa no grupo F30-F39 (5.855) e em segundo plano no grupo F40-F48 (3075), com relevância para a faixa de ingresso no serviço público de 15 – 24 anos; 2.903 para o código F30-F39, e 1.359 para o código F40-F48. Este grupo de profissionais é o que apresenta maior número de registros dentre os

⁵⁵ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano de Carreira do Magistério Municipal Disponível em: <http://bit.ly/2EktSUM>. Acesso em 10/02/2018.

demais grupos, com, 9.124 licenças com prevalência de licenças entre servidores na faixa de 15 - 24 anos de ingresso no serviço público (4.375).

O grupo de profissionais da Fiscalização e Vigilância realiza “atividades de vigilância e de controle do cumprimento da legislação pertinente à respectiva área” (PMPA, 1988) apresenta maior número de notificações pelo CID F30-F39 (496), seguido por F10-F19 (228), por uso de substâncias psicoativas. Ambas notificações estão situadas na faixa de servidores com 15 - 24 anos de serviço. A mesma característica de adoecimento se apresenta para servidores da classe profissional do grupo de Obras que apoia os serviços de obras, arquitetura, engenharia e atividades correlatas. Há neste grupo profissional prevalência de notificações F30-F39 (441), seguido por registros F10-F19 (395) para servidores com 15 – 24 anos de serviço. A tendência de notificações por uso de substâncias psicoativas, também é observada e de forma prevalente no grupo de servidores, cuja profissão se enquadra na classe Operacional. Segundo o plano estes servidores elaboram tarefas artesanais ou que necessitem habilidade manual especializada. Os registros evidenciam 1.512, notificações no CID F10-F19, para um tempo de serviço situado, entre 15 -24 anos (1.105), de ingresso na atividade pública.

O adoecimento vinculado ao transtorno de humor (F30-F39) afeta majoritariamente a classe dos Técnicos profissionais. A manifestação do adoecimento com base nas notificações alcança o número de 1.076 licenças, localizadas preferencialmente na faixa de tempo de serviço entre 05 -14 anos (437). Estes profissionais realizam “atividades de natureza técnico-profissional para cujo exercício é exigido curso de grau médio ou habilitação legal equivalente” (PMPA, 1988). No Grupo Executivo e Assessoramento Superior, as tarefas dos servidores são definidas na execução e assessoramento superior de natureza técnico-científica, onde se enquadram profissionais com nível superior como médicos, advogados, engenheiros, assistentes sociais, etc. Foi identificado para estes profissionais, 1.326 licenças, por distúrbios de humor (F30-F39). A incidência das licenças neste código de adoecimento ocorre para servidores que apresentam tempo de ingresso no serviço público de 15 – 24 anos (769).

Os servidores municipais que ocupam cargo no grupo da Saúde e Assistência obtiveram, 2.809 licenças pelo CID F30-F39, seguido por notificações em F40-F48, com 1.048 licenças. Destaque para a quantidade de licenças para a faixa de tempo de serviço entre 15 - 24 anos, com 2.376 registros em todos os códigos de doenças, mas também é significativo o número de licenças (856) para servidores com 05 – 14 anos de ingresso no serviço público. Estes servidores são profissionais de nível médio e realizam “atividades de

apoio à área de saúde e assistência médico-social e outras atividades afins” (PMPA, 1988) se constituindo em quadro funcional.

A leitura dos dados contribuiu para a geração de informações relevantes quanto às profissões afetadas pelos TMC, assim como situou o tempo de contato com a atividade profissional no serviço público e o adoecimento mental. Os transtornos de humor (F30-39) são os que têm supremacia nas licenças para tratamento de saúde em 11 dos 12 grupos de cargos relacionados, fato superado por um grupo profissional (Operacional) com notificações no CID F10-19. O uso de substâncias psicoativas (F10-19) é relevante para os grupos de Atividades complementares, Fiscalização e vigilância e Obras, sendo a segunda causa de afastamento ao trabalho, totalizando 1.043 licenças. Por sua vez, os Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o stress (F40-48) aparecem como segunda causa das licenças de saúde para oito grupos de cargos (Apoio a Administração, Comunicação, Educação, Lazer e Cultura, Saúde e Assistência, Técnico Profissional, Executivo e Assessoramento Superior, Legislativo). Para nove (Atividades Complementares, Educação, Executivo e Assessoramento Superior, Fiscalização e Vigilância, Lazer e Cultura, Operacional, Saúde e Assistência, Técnico Profissional, Obras) dos 12 grupos de cargos, o tempo de serviço aproximado em que os agravos a saúde se manifestaram com mais intensidade se situou na faixa dos 15 – 24 anos, de ingresso no serviço público. Importante referir que para os cargos da área da Saúde e assistência, Técnico Profissional e da Educação os agravos a saúde se manifestam com boa incidência de licenças (3.756) entre 05 - 14 anos de ingresso no serviço público.

A Tabela 8 faz uma síntese da relação entre os grupos de cargos, a incidência das licenças, o número de servidores notificados e os dias de afastamento ao trabalho. Acrescenta às informações anteriores a característica temporal dos transtornos na atividade profissional dos servidores municipais. Os servidores com cargos relacionados aos grupos profissionais do Legislativo, Obras, Operacional e Lazer e cultura são aqueles cujas licenças se estendem por maior número de dias, embora para os cargos de Obras (8,4) o número de licenças por servidor exceda o número médio (6,1) em mais de um dígito. Na leitura da Tabela 8 os cargos da área da Educação possuem os primeiros índices de ocorrência de licenças e de servidores notificados por TMC, mas apresenta quantidade de dias por licença (16,0) inferior a média apresentada pela totalidade dos cargos (17,8), assim como o número de licenças por servidor (5,9).

Tabela 8 – Número de licenças para tratamento de saúde notificadas a partir do CID F, número de servidores notificados e quantidade de dias de afastamento ao trabalho por grupo de cargo entre os anos de 2008 e 2015.

<i>Grupo cargo</i>	<i>nº lic</i>	<i>nº serv</i>	<i>lic/serv</i>	<i>nº dias</i>	<i>lic/dia</i>
Apoio a administração	2.363	360	6,6	40.708	17,2
Ativ complementares	2.207	341	6,5	42.997	19,5
Comunicação	96	20	4,8	1.627	16,9
Educação	9.124	1.558	5,9	145.647	16,0
Ex e asses superior	2.295	366	6,3	39.919	17,4
Fiscalização e vigilância	981	305	3,2	18.567	18,9
Lazer e cultura	47	7	6,7	1.129	24,0
Legislativo	233	45	5,2	4.849	20,8
Obras	999	119	8,4	19.904	19,9
Operacional	3.565	510	7,0	74.211	20,8
Saúde e assistência	4.031	608	6,6	70.885	17,6
Técnico profissional	1.571	251	6,3	30.007	19,1
Total	27.512	4.490	6,1	490.450	17,8

Fonte: PMPA - Ergon, 2015. Elaborado pela autora

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sintonia com a literatura produzida por autores como Meszáros, Antunes, Alves e Seligmann-Silva, buscou-se identificar o quanto a atual organização do trabalho no setor público, embasada no gerencialismo, vem provocando desgastes e o aprofundamento das contradições que perpassam as relações de trabalho nestas instâncias. De certo que não há limites entre estado de saúde e doença e que os fenômenos de desgaste mental provocam muitas perdas (SELIGMANN-SILVA, 2011), somos desafiados a cada dia a compreender a produção do desgaste dos trabalhadores nos mais diversos ambientes de trabalho, seja público ou privado. A questão da saúde mental passou a fazer parte destes cotidianos de trabalho, pela precarização exacerbada *no* e *do* trabalho, retrocessos de direitos, ameaças diárias de mudanças, parcelamento de salários e inseguranças de toda ordem que torna avassalador o contexto do trabalho no âmbito público. A radicalização da exploração da força de trabalho propôs uma cruzada feroz do capital contra o trabalho num movimento estratégico de sobrevivência que arrasta todos os agentes sociais, assim como o Estado, ao realinhamento das condições de trabalho às necessidades de expansão do capital. A mesclagem do sistema burocrático e a mudança do paradigma administrativo público têm conduzido o servidor público a um reduzido espaço para o desenvolvimento do sentido da atividade pública, em

meio ao afrouxamento da responsabilidade do Estado com a sociedade e o alarmante crescimento das iniquidades sociais que dilaceram a condição de existência dos trabalhadores. Portanto a sua existência como trabalhador também significa ter de enfrentar disposições de trabalho que requerem um extenso domínio mental em razão da intensificação do trabalho, pelo arbítrio das metas, pelos parâmetros de controle da atividade e pela precarização do trabalho, tendo em vista as ações do Estado que tem terceirizado ou privatizado os serviços públicos, reduzido os recursos humanos e diminuído os recursos financeiros e o investimento público nas políticas públicas. O que se requisita para o servidor municipal é uma grande disponibilidade e mobilização física e mental para execução da atividade que realiza em nome do Estado, que oferece como contrapartida processos institucionais equívocos e meios restritos para efetivação do trabalho (CLOT, 2001). É bastante próprio debater sobre o nexo entre o adoecimento mental e o trabalho compreendendo seu vinculado com o padrão de exploração do mundo do trabalho flexível. A “fetichização do adoecimento” (ALVES, 2013) tem escondido a origem do esmagamento psíquico dos trabalhadores com a elaboração de parâmetros clínicos para a manifestação de desconforto, sofrimento e adoecimento do trabalhador. Num processo que transforma o sofrimento no trabalho em doença, (BRANT, 2005) e a doença em matéria de domínio e controle da força de trabalho. A adaptação induzida e a naturalização do adoecimento facilita o apaziguamento dos indivíduos sem que se permita o questionamento quanto aos elementos que atuam contra a subjetividade no trabalho.

Com base na análise das informações capturadas pela manifestação do adoecimento psíquico dos servidores públicos municipais, encontraram-se dados que correspondem ao que estudos na área da saúde e na saúde do trabalhador têm revelado como tendência na última década. A interação dinâmica das particularidades socioeconômicas no trabalho traz repercussões especiais ao serviço público municipal, em destaque para duas importantes expressões sociais das relações de poder e dominação, no que diz respeito à questão de gênero e da mercadorização da alienação social no consumo de substâncias psicoativas.

Observando com cuidado o quadro de adoecimento mental apresenta-se a primazia de licenças para tratamento de saúde para servidores do sexo feminino, com 71,3%, de licenças solicitadas, ao mesmo tempo em que foram utilizadas 68,8%, do total de licenças notificadas por transtornos mentais e comportamentais. A prevalência de licenças para servidores do sexo feminino expõe a questão de gênero no trabalho, fato que resgata o papel do feminino na sociedade e a transversalidade da exploração e opressão enfrentada pelas mulheres no trabalho e na vida cotidiana. Isto se torna mais claro quando a informação do Censo

Municipal realizado, em 2012, indica o predomínio não muito largo de servidores do sexo feminino no quadro funcional do município, onde para cada 100 mulheres há 82,67 homens, diferindo da proporção revelada pelo estudo. Outra referência importante na relação de gênero no trabalho evidenciado pelos resultados da pesquisa é a precocidade do adoecimento psíquico das servidoras quando em contato com a organização e os processos de trabalho medido pelo tempo de ingresso no serviço. Verificou-se que para as trabalhadoras do município a solicitação de licenças passa a ser significativa, a partir do 5º ano de exercício da atividade pública, com a utilização de, 21,5% das licenças do total das licenças solicitadas pelo contingente feminino. As licenças foram solicitadas quando estes servidores possuíam em torno de 31 anos, até 40 anos de idade. Fato que denota que as responsabilidades femininas são intensas e os desgastes mentais atingem repercussão muito cedo no desenvolvimento das relações de vida das servidoras públicas.

Percebeu-se que o uso de substâncias psicoativas, tem um lugar importante nas observações sobre os transtornos mentais e comportamentais apresentados pelo quadro funcional do município, uma vez que as licenças para tratamento de saúde notificadas pelo CID F10-19, foram a segunda causa de afastamento ao trabalho, com 30,8%, (2.727) do total das licenças utilizadas por servidores do sexo masculino (8.854). O processo de adoecimento destes servidores parece vinculado à atividade do órgão a qual está lotado, a maioria empenhado nos serviços de manutenção da estrutura urbana. Os cargos destes servidores são majoritariamente para auxílio ou apoio às profissões executivas e técnicas. Atividades que em geral são realizadas em condições de trabalho insalubres, perigosas, estafantes e muitas vezes de baixa visibilidade social para o servidor. Associadas à precarização crescente do trabalho, a alta carga de estressores viabilizam a adoção de meios para fuga de sensações e vivências desagradáveis no trabalho. Em qualquer sentido, dar visibilidade do problema desoculta às determinações da organização do trabalho sobre a questão que se apoia na naturalização e na culpabilização do indivíduo para a dependência química.

A prevalência das licenças para tratamento de saúde tipificado pelos transtornos de humor (F30-39) e pelos transtornos neuróticos e relacionados com o “stress” (F40-48), encontrada nesta pesquisa, responde a um grau de similaridade com expressões do adoecimento mental no trabalho verificado por estudos direcionados a esta área da saúde do trabalhador. A primazia dos transtornos de humor e estresse para a maioria absoluta dos órgãos municipais, mas especialmente para os servidores lotados nas secretarias de educação (40,7%) e saúde (23,7%), denotam o cansaço mental e a exaustão emocional (SELIGMANN-SILVA, 2011) que cotidianamente afligem os servidores comprometidos com a efetivação do

trabalho, nem sempre exequíveis diante do processo de desestruturação do organismo público. Considera-se que a precariedade dos ambientes de trabalho, a fragilização dos recursos humanos e das relações de trabalho, com a mescla de estatutários, celetistas e terceirizados, as diferenciações salariais e de direitos, são algumas das situações que forçam o limite da resistência emocional dos servidores no exercício da atividade laboral. A reforma gerencial do Estado expôs, em última análise, os agentes públicos à violência institucional e da sociedade, que associados aos sentimentos de insegurança, impotência e o medo contribuem para provocar desgastes psíquicos indiscutíveis à organização mental dos servidores municipais.

Na análise do adoecimento mental dos servidores públicos municipais tendo como base a reforma gerencial do Estado nos padrões neoliberais, não se pode desprezar a existência de processos e dinâmicas burocráticas de trabalho anteriores à reforma que reproduziriam sofrimento e adoecimento mental no serviço público. Tendo em vista que o estranhamento da atividade como ato e como fim é intrínseco ao trabalho no sistema capitalista e não está dissociado aos elementos peculiares do trabalho nas instituições públicas. Mas, ao contrário, entende-se que há um somatório de fatores que perpassam o contexto de trabalho do serviço público exacerbados pelas questões relativas ao gerenciamento do Estado e que trouxeram à tarefa pública a radicalização da exploração do trabalho, as experiências de precarização do trabalho e a insegurança de classe. Vemos que as transformações do mundo do trabalho reviveram expressões primitivas desta exploração transbordando suas perversidades nas diversas manifestações de sofrimento do trabalhador, contribuindo especialmente para o desbotamento do valor humano e do sentido da vida. Sinalizar o problema evoca destacar o aumento significativo dos transtornos mentais e comportamentais em todo o mundo, mas também representa indicar na esfera do trabalho, os medos e inseguranças que a perda diuturna das parcas conquistas de proteção ao trabalho representam para o equilíbrio emocional do trabalhador. Para o servidor público municipal a drástica alteração da sociabilidade contemporânea promovida pela reprodução espúria do capital em face à crise, o atinge em seus múltiplos papéis sociais, especialmente por se envolver intimamente com o desamparo da classe trabalhadora jogada à vala comum da proteção social, a partir de escassos recursos públicos gerenciados em meio à precarização do serviço público.

As evidências do desgaste mental dos servidores públicos municipais foram analisadas ao se identificar na organização do trabalho estatal a instituição radicalizada do conservadorismo liberal. A mensuração desta realidade se choca com a avaliação da incompatibilidade das ações desmedidas do capital para o desenvolvimento da vida humana,

onde o modelo de trabalho jamais admitido como ideal seria meio de assegurar à humanidade a sua manutenção sem que houvesse para isso a exploração ordinária do trabalho alheio e a infâmia das desigualdades e injustiças sociais. A saúde mental, desta forma, seria medida pela capacidade de renovação e abstração da genialidade humana senão por sua incapacidade de adapta-se a patológica organização do trabalho e a reprodução social não menos adoecida.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria do Carmo Baracho; OTA, Natacha Harum. O afastamento do trabalho por LER/DORT: repercussões na saúde mental. *Revista de Terapia Ocupacional*, Universidade de São Paulo, v. 22, n. 1, p. 60-67, jan./abr. 2011.
- ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. *Blog Boitempo*. Publicado em 21/09/2012. Disponível em: <http://bit.ly/2z5yZDX> Acesso em: 12/12/2017.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho*. Bauru: Canal 6. 2013.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade - o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital*. Tese de livre-docência. 2007. 177 f. Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2008.
- ALVES, Natália Cristina Ribeiro. A construção sócio-política dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. 497 f. Universidade de São Paulo, São Pulo. 2015.
- ANDRADE, Tania Bof et al. Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público. *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 166-171, out./dez. 2008.
- ANTUNES, Ricardo. A sociedade dos adoecimentos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Unicamp, 8. ed. 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: BoiTempo. 2007.
- BASTOS, Vitor Guerzet Ayres; SARAIVA, Patricia Grativol Costa; SARAIVA, Fábio Petersen. Absenteísmo-doença no serviço público municipal da Prefeitura Municipal de Vitória. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 14, n. 3, p. 192-201, 2016.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington - a visão neoliberal dos problema latino-americanos. p. 21-37, 1994. *Consulta popular*. Disponível em: <http://bit.ly/2powPuq> Acesso em: 11/012/2017.
- BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da sociedade civil no contexto da crise do capital. In. *Serviço Social - direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS. 2009a.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez. 2009. (Biblioteca básica de Serviço Social, v 2)
- BEHRING, Elaine. *Política social no capitalismo tardio*. 4. ed. São Paulo: Cortez,. 2009b.
- BERNARDO, Marcia Hespanhol et al. Ainda sobre a saúde mental do trabalhador. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 8-11, Junho 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2tuCkMn> Acesso em: 07/02/2018.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. ed. digital. Companhia das Letras. 2014.

BRANT; Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. O sofrimento e seus destinos na gestão do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 939-952, 2005.

BRANT; Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 213-223, 2004.

BRASIL. Casa Civil. *Emenda constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998*. Disponível em: <http://bit.ly/2vOoZeB> Acesso em: 25/12/2017.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, DF. 1995. Disponível em <http://bit.ly/1yS4AAm> Acesso em 07/12/2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Entendendo o SUS*. Brasília - DF, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2xToxfh> Acesso em: 20/09/2017.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Editora 34. 1996.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3 ed. Rio de Janeiro, Guanabara.1987.

BRULON, V; OHAYON, P; ROSENBERG, G. A reforma gerencial brasileira em questão: contribuições para um projeto em construção. Rio de Janeiro, *Revista do Serviço Público*, v. 63, n. 3, p. 265, 2012.

CÁRDENAS Gracia, J. Las características jurídicas del neoliberalismo. In. *Cuestiones Constitucionales*. Distrito Federal, México, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. núm. 32, jan-jun, 2015, p. 3-44 Disponível em: <http://bit.ly/2jxNLLQ> Acesso em: 08/12/2017.

CLOT, Yves. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, Vozes. 2007.

CLOT, Yves. Clínica do trabalho, clínica do real. In: *Le journal des psychologues*, Paris, n. 185, mars, 2001. Tradução: Kátia Santorum e Suyanna Linhales Barker. Disponível em: <http://bit.ly/2DJwZ4j> Acesso em 28/01/2018.

COSTA, Marcelo Neubauer da. A EGP e a sua própria evolução. In: *Artigos publicados no site - Escola de Gestão Pública*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2EivwSf> Acesso em: 06/01/2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus. 1992.

CUNHA, Jane Bittencourt; BLANK Vera Lúcia G.; BOING, Antonio Fernando. Tendência temporal de afastamento do trabalho em servidores públicos (1995-2005). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 12, p. 226-236, 2009.

DANIEL, Edevar; KOERICH, Cynthia Rosana Carvalho; LANG, Amarildo. O perfil do absenteísmo dos servidores da prefeitura municipal de Curitiba, de 2010 a 2015. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 15, n. 2, p. 142-149, 2017.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo. 2010.

ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1984.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 35, n. 122, 2010.

GAULEJAC, Vincent. *Gestão como doença social*. 3. ed. São Paulo: Ideias e Letras. 2007.

GOMEZ, André Villar. *A Dialética da natureza de Marx: os antagonismos entre capital e natureza*. 2004. 109 f. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Curso de Filosofia, Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola. 2011b.

HARVEY, David. *O enigma do capital*. ed. Eletrônica. São Paulo: Boitempo.. 2011a.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. Disponível em: <http://bit.ly/2gVwzhP> Acesso em: 10/09/2017.

KOVÁCS, Ilona. *A Questão da burocracia em Marx e Engels*. 1982, 115 f. Tese Doutorado. Universidade de Ciências Econômicas de Budapeste. 1982. Disponível em: <http://bit.ly/2m4wI51> Acesso em: 05/01/2018.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista latinoamericana de Salud*, v. 2, n. 1, p. 7-25, 1982.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde – trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec. 1989.

LEÃO, Ana Lúcia de Melo et al. Absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, p. 262-277, 2015.

LESSA, Sergio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács. 2012.

LESSA, Sergio. *Trabalho (fundante) e trabalho abstrato (produtivo e improdutivo)*. Fragmento do Seminário de Trabalho - Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde, 20 anos do SUS: contradições e desafios. Youtube. 2008. Disponível em <http://bit.ly/2zBQrkc> Acesso em: 10/09/2017.

LESSA, Sergio. *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez. 2007.

LESSA, Sergio. Trabalho Produtivo e Improdutivo. In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. 2009. Disponível em:

LINHART, Danièle. L'entreprise de dépossession Entretien avec Danièle Linhart. *La vie de idées*, Paris. 22 mai 2015. Entrevista concedida a Laurent Aucher e Frédérique Barnier Disponível em: <http://bit.ly/2qZaeG4> Acesso em 11/11/2017.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo. 2011.

MARX, Karl. *Manifesto comunista*. ed. eletrônica. 1999. Disponível em: <http://bit.ly/1g8Gla9> Acesso em:12/11/2107.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. *O capital – crítica a economia política*. Volume I, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural.1996b. (Coleção - Os economistas)

MARX, Karl. *O capital – crítica a economia política*. Volume I, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural.1996a. (Coleção - Os economistas)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

MATTE, Izabel Chistina Cota. Os desafios na implementação da estratégia. In: *Artigos - Escola de Gestão Pública*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2EivwSf> Acesso em: 06/01/2018.

MATTOS, Cristiane Brum Marques de; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel. "Excelência e produtividade": novos imperativos de gestão no serviço público. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 322-331, ago. 2015. Disponível em <http://bit.ly/2FusXxA>. Acesso em 01/03/2018.

MENDES, Jussara Maria Rosa; OLIVEIRA, Paulo Antonio Barros. Medicina do trabalho: o desafio da integralidade na atenção à saúde. In: VIEIRA, S. I. V. (Coord.). *Medicina básica do trabalho*. Curitiba: Gênese, 1995.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches. Elementos para uma nova cultura em segurança e saúde no trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 153-163, 2007.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WUNSCH, Dolores Sanches. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, p. 461-481, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2DdclcB>. Acesso em 18 Jan. 2018.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo. v. 25, p. 341-349. 1991.

MÈSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo. ed.eletr. 2011.

MÈSZÁROS, Istvan. *Socialismo o barbarie*. ·Pasado y Presente XXI: Ciudad de La Habana, Cuba. 2005.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.13, s.2, p. 21-32, 1997.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; DAMBORIARENA, Luiza Araujo. A trajetória Ininterrupta da Reforma do Aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos Marcos do Neoliberalismo e do Gerencialismo. *Administração Pública e Gestão Social*, [S.l.], p. 184-193, jul. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2zI13uu> Acesso em: 29 dez. 2017.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social - crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2DG8QfB> Acesso em: 23/12/2017.

MOTTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In. *Serviço Social - direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS. 2009.

NETTO, José Paulo. *O que é trabalho para Marx*. Fragmento do curso "O método em Marx". Youtube. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2i9dqX> Acesso em 08/10/2017.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, M.C. Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo, Cortez, 2000.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. *Estrés en el trabajo: un reto colectivo*. Gineva: OIT, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/1N72DGD>> Acesso em: 20 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. *Relatório mundial da saúde 2001. Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. 1 ed. Lisboa, OMS, 2002.

PAPARELLI, Renata; SATO, Leny; OLIVEIRA, Fábio de. *A Saúde Mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo , v. 36, n. 123, p. 118-127, Junho 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Estado, sociedade e esfera pública. In: *Serviço Social - direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS. 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. *Concepciones, propuestas y regimenes de bienestar liberales conservadores*. Universidade de Brasília. 2017. 15 slides. Apresentação em Power Point.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Lei Complementar N° 133. *Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre*. 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Lei Municipal N° 6309. *Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada*. 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Portal Transparência e Acesso a Informação. *Quadro Funcional*. Disponível em: <http://bit.ly/2nZ5Zae> Acesso em 19/11/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Administração. Censo dos servidores da PMPA, 2012: relatório de trabalho. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG). 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento de Porto Alegre. *Modelo de gestão prefeitura de Porto Alegre*. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2qHoEMC> Acesso em: 08/01/2018.

RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores*. Tradução de Raimundo Estrêla. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.

SALA, Arnaldo et al. Licenças médicas entre trabalhadores da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo no ano de 2004. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2168-2178, 2009.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. Descrever a vida psíquica. *Folha de S. Paulo. Ilustrada*, São Paulo, n. 19 jan 2018. p. 8, 2018.

SANTOS, Jandira Pereira dos; MATTOS, Airton Pozo de. Absentismo-doença na prefeitura municipal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 35, n. 121, p. 148-156. 2010.

SANTOS, Milton. *O espaço da cidadania e outras reflexões / Milton Santos*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, v.3, ed 2, 2013. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro)

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo: Cortez. 1994.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez. 2011.

SILVA-JUNIOR, João Silvestre; FISCHER, Frida Marina. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. v. 18, n. 4, p. 735-744, 2015.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Crítica à concepção gerencialista de gestão pública: o caso Brasileiro. In: *Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*, 19. 2009, Guayaquil. Anais... Guayaquil. 2009. p. 1-11. Disponível em: <http://bit.ly/2C4awio> Acesso em: 25/12/17.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. *Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira*. 2006. 387 f. Tese de doutorado. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Diego de Oliveira. A saúde na perspectiva da 'ontologia do ser social. *Trabalho Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14 n. 2, p. 337-354, mai-ago. 2016.

TAMBELLINI, Anamaria Testa; ALMEIDA, Mariza Gomes de; CAMARA, Volney de Mgalhães. Registrando a história da Saúde do Trabalhador no Brasil: notas sobre sua emergência e constituição. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 32, v. 11, p. 21-37. 2013.

TRAESEL, Elisete Soares; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. "Somos sobreviventes": vivências de servidores públicos de uma instituição de seguridade social diante dos novos modos de gestão e a precarização do trabalho na reforma gerencial do serviço público. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 224-238, dez. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2De7neU>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TROLEIS, Adriano Lima; BASSO, Luis Alberto. Porto Alegre: urbanização, sub-habitação e consequências ambientais. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, 2011. Disponível em <http://bit.ly/2AC0SCB> Acesso em : 05/11/2015.

VALE, Sílvia Fernandes do et al. Análise de diagnósticos associados às licenças médicas de servidores públicos do Ceará. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 6 n. 1, p. 68-81, jan.-jun. 2015.

VALLE, Karla Fernanda; LEITE, Janete Luzia. Admirável mundo novo: precarização/intensificação do trabalho sobre os servidores públicos. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

VIEIRA, Evaldo. *A república brasileira 1951-2010 – de Getúlio a Lula*. São Paulo: Cortez. 2015.

WACQUANT, Loic. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set-dez. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2kBbGdy> Acesso: 22/12/2017.

WEBER , Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WEBER, Max. *Economia y sociedade*. Madrid: Fondo de Cultura Economica. 2002.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out.-dez. 2013

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna. Tradução: João Roberto Martins Filho. *Monthly Review*, Nova Iorque, 47 (3), jul-ago, 1995. Disponível em: <http://bit.ly/2yJzdRz> Acesso em: 22/10/2107.

WOOD, Ellen Meiksins. *O Império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

WÜNSCH FILHO, Vitor. Perfil epidemiológico da população trabalhadora. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte. v. 2, n. 2, p. 103-117, abr-jun, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. *Depression and Other Common Mental Disorders Global Health Estimates*. Geneva: OMS, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2IwvOIO>>. Acesso em 30/12/2017.

APÊNDICE I

LISTA DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, COM BASE NO PLANO DE CARREIRA DO SERVIDOR MUNICIPAL

Grupo Apoio a Administração	Grupo Operacional	Grupo de Atividades Complementares
ASSESSOR ADMINISTRATIVO I TESOUREIRO COBRADOR ASSISTENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR TÉCNICO DE SERVIÇO MILITAR DESENHISTA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO HOSPITALAR RECEPCIONISTA	ELETRICISTA MECÂNICO AJUSTADOR CARPINTEIRO CHAPEADOR ESTOFADOR FERREIRO INSTALADOR MARCENEIRO PEDREIRO PINTOR SOLDADOR TORNEIRO COSTUREIRA MOTORISTA OPERADOR DE MÁQUINAS MAQUINISTA ASFALTADOR CALCETEIRO COZINHEIRO JARDINEIRO	INSPETOR DE ALUNOS GARÇOM APONTADOR PORTEIRO CONTÍNUO ASCENSORISTA ZELADOR AUXILIAR DE COZINHA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS OPERÁRIO
Grupo Comunicação	Grupo Laser e Cultura	Grupo Fiscalização e Vigilância
AUXILIAR DE PROMOÇÕES DE OPERADOR DE MICROFILMAGEM OPERADOR DE ARTES GRÁFICAS OPERADOR DE RÁDIO TRANSECTOR TELEFONISTA	INSTRUTOR DE ARTES PLÁSTICAS ORIENTADOR EDUCACIONAL COORDENADOR DO CURSO DE GRAVURA E XILOGRAVURA CONTRAMESTRE DE MÚSICA COPISTA-ARQUIVISTA MUSICAL MÚSICO INSTRUMENTISTA DE 1ª CLASSE AUXILIAR DE COPISTA-ARQUIVISTA MUSICAL MÚSICO INSTRUMENTISTA DE 2ª CLASSE	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO GUARDA-PARQUES GUARDA MUNICIPAL
Grupo de Obras	Grupo Saúde e Assistência	Grupo Técnico Profissional
AUXILIAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS MESTRE-DE-OBRAS LABORATORISTA DE SOLOS E ASFALTO OPERADOR DE REDE OPERADOR DE MOTORES AUXILIAR DE CAMPO OPERÁRIO ESPECIALIZADO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM AUXILIAR DE FISIOTERAPIA AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO AUXILIAR DE LABORATÓRIO E ANÁLISES VISITADOR SANITÁRIO AUXILIAR DE SERVIÇO SOCIAL MONITOR ATENDENTE	ELETROTÉCNICO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA TÉCNICO EM ARQUIVO TÉCNICO EM CONTABILIDADE TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA TÉCNICO EM ESPETÁCULOS E DIVERSÕES TÉCNICO EM ENFERMAGEM TÉCNICO DE SEGURANÇA DO

		TRABALHO TÉCNICO EM RADIOLOGIA
Grupo Executivo e Assessoramento Superior		
ADMINISTRADOR ARQUITETO ARQUIVISTA ASSESSOR ADMINISTRATIVO II ASSESSOR PARA ASSUNTOS JURÍDICOS ASSISTENTE SOCIAL AGENTE FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL BIBLIOTECÁRIO BIÓLOGO CIRURGIÃO-DENTISTA CONTADOR ECONOMISTA ENFERMEIRO ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRÔNOMO	ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO DE OPERAÇÕES ENGENHEIRO FLORESTAL ESTATÍSTICO EXATOR MUNICIPAL FARMACÊUTICO FISIOTERAPEUTA GEÓGRAFO GEÓLOGO MÉDICO MÉDICO VETERINÁRIO MESTRE DE MÚSICA NUTRICIONISTA PROCURADOR PSICÓLOGO SOCIÓLOGO TÉCNICO DE CULTURA	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE TÉCNICO EM TREINAMENTO E SELEÇÃO TÉCNICO EM TURISMO TERAPEUTA OCUPACIONAL FONAUDIÓLOGO FÍSICO

ANEXO I

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Departamento Municipal de Previdência dos Servidores
Públicos do Município de Porto Alegre – Previmpa
GABINETE DO DIRETOR-GERAL
 Rua Uruguai, n.º 277 – 6º andar – 90.010-140 – Porto Alegre – RS – Brasil.
 Fone: (51) 3289 3523 | E-mail: gabinete@previmpa.prefpoa.com.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, Renan da Silva Aguiar, Diretor-Geral do Previmpa, AUTORIZO a Sra. Jussara Maria Rosa Mendes, professora adjunta, do Programa de Pós-graduação Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, matrícula 00197124 e a Sra. Eliana Bellini Pinto, mestranda, do Programa de Pós-graduação Política Social e Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, matrícula 00208054, a realizarem coleta no banco de dados do Sistema Ergon com informações sobre licenças de saúde, acidente de trabalho e aposentadoria por invalidez, no período de 01/01/2008, a 31/12/2015, dos servidores públicos municipais, para a realização do Projeto de Pesquisa - A saúde dos servidores públicos de Porto Alegre, que tem por objetivo primário evidenciar o processo de saúde e doença no âmbito do serviço público municipal.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Iniciarem a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
- 2- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 3- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS Nº 466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Porto Alegre, 20 de abril de 2017.


 Renan da Silva Aguiar
 Diretor-Geral
 PREVIMPA

Diário Oficial de Porto Alegre, Edição 5468 de 22/03/2017.

Renan da Silva Aguiar
 Diretor-Geral
 PREVIMPA